

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO**

**ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

BRUNA VALENÇA MALLORGA

**O PATRIMÔNIO CONGREGADO:
a presença da Igreja Católica nos tombamentos
do IPHAN em São Paulo**

Guarulhos

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – EFLCH**

BRUNA VALENÇA MALLORGA

**O PATRIMÔNIO CONGREGADO:
A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NOS TOMBAMENTOS DO
IPHAN EM SÃO PAULO**

GUARULHOS

2019

BRUNA VALENÇA MALLORGA
O PATRIMÔNIO CONGREGADO:
A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NOS TOMBAMENTOS DO
IPHAN EM SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflito

Orientação: Prof. Dr. Fernando Atique
Coorientação: Prof.^a Dr.^a Lucília Santos Siqueira

GUARULHOS

2019

Mallorga, Bruna Valença.

O Patrimônio Congregado: a presença da Igreja Católica nos tombamentos do IPHAN em São Paulo
/ Bruna Valença Mallorga – 2019.

189 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Fernando Atique.

Coorientação: Prof.^a Dr.^a Lucília Santos Siqueira

1. Igreja Católica Apostólica Romana. 2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 3. Tombamento. 4. São Paulo. 5. Preservação. I. Prof. Dr. Fernando Atique. II. Prof.^a Dr.^a Lucília Santos Siqueira. III. O Patrimônio Congregado: a presença da Igreja Católica nos tombamentos do IPHAN em São Paulo.

BRUNA VALENÇA MALLORGA

**O PATRIMÔNIO CONGREGADO:
A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NOS TOMBAMENTOS DO
IPHANEM SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal
de São Paulo como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia

Aprovação: ___/___/___

Prof. Dr. Fernando Atique

Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Lucília Santos Siqueira – coorientadora

Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Marly Rodrigues

Memórias Assessorias e Projetos

Prof.^a Dr.^a Cristiane Souza Gonçalves

Universidade Federal de São Paulo

Aos meus Pais, Rita e Edmilson, pelo apoio e carinho.

À minha irmã, Barbara, pelo companheirismo.

Ao Vini, por acreditar que era possível.

Agradecimento

Essa pesquisa jamais teria acontecido sem o consentimento de Deus e o auxílio de Nossa Senhora Desatadora dos Nós.

A elaboração dessa dissertação teve uma jornada longa. Em meados de 2016, quando eu ainda estava na graduação, a primeira pessoa que apostou nesta ideia foi a professora Lucília Santos Siqueira, por isso, a ela agradeço por todas as discussões e, principalmente, por coorientar o trabalho.

Também agradeço, do fundo do meu coração, ao professor Fernando Atique que aceitou o desafio de orientar-me e teve muita paciência com as minhas infinitas insistências.

Portanto, tudo que eu escrever aqui em forma de agradecimentos será muito pouco para expressar minha eterna gratidão à professora Lucília e ao professor Fernando. Cada apontamento, cada conversa, cada sugestão, cada “puxão de orelha” proporcionou novas perspectiva para a pesquisa. Mais uma vez, meu muito obrigada.

Agradeço, ainda, a todos dos corpos docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo.

Expresso minha gratidão aos funcionários do Arquivo Noronha Santos do IPHAN por toda a ajuda prestada.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História e da *Revista Hydra* com quem dividi as alegrias e desafios das publicações.

Aos colegas do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, em especial à Elaine Barbosa, à Camila Paglione e à Joseane Roza, que foram de tamanha delicadeza.

Agradeço, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à CAPES que por meio de um convênio firmado por ambas as agências de fomento possibilitou a concessão da bolsa de mestrado ao projeto *O Patrimônio Congregado: a presença da Igreja Católica nas ações de preservação do IPHAN, em São Paulo (1937-2002)*, sob o número de processo 2017/02173-0, possibilitando a realização da pesquisa.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa, o CAPPH, a quem sou muito grata pelo companheirismo, dicas e ajudas diversas, agradeço, principalmente Michele Dias, Osvaldo Meca, Armando Jr e Rafael Conti e a todos os pesquisadores do país que mesmo com inúmeras adversidades permanecem firmes no propósito de continuar seus trabalhos de modo digno e científico.

Ao José Carlos Barriquelo Júnior, pelos muitos empréstimos de livros em seu nome, meu muito obrigada.

Agradeço aos meus pais, Rita e Edmilson, pelo apoio, carinho e compreensão. À Barbara, minha irmã-amiga que deixa os dias mais alegres, sou muito grata. E ao Vini, meu companheiro de vida, pelos infinitos incentivos e por acreditar que era possível, mesmo quando eu já não mais acreditava, expresso minha gratidão também.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos de outras espécies: aos gatos Nefertiti, Bastet, Tutankamon, Frajola, Rafael e Pipo; aos cachorros: Laika – *in memoriam* e Rodolpho; e ao Garibaldo, a calopsita. Cada um deles ofertou-me um amor puro e lindo, sentimento este que facilitou o difícil trabalho da escrita.

Resumo

Esta dissertação buscou discutir, por meio dos processos de tombamento, como se deu a participação da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR – dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, principalmente, no Estado de São Paulo. Para a compreensão da dinâmica de preservação do IPHAN, bem como dos conflitos e negociações que envolveram a ICAR, utilizamos tanto os processos que tiveram como decisão final o tombamento, como, também, os que não receberam chancela favorável desse órgão de preservação. Procurou-se entender, em suma, como o IPHAN lidou com os “múltiplos papéis” da ICAR, já que a instituição além de ser proprietária de diversos bens que passaram pelo processo de tombamento, foi também proprietária destes bens, e possuiu representantes no corpo técnico do Instituto, auxiliando, de certa maneira, na delimitação do que resultou preservado em São Paulo.

Palavras-chave: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Igreja Católica Apostólica Romana, tombamentos, São Paulo, preservação.

Abstract

This dissertation sought to discuss, through the administrative processes, called in Brazil as “tombamentos”, how the Roman Apostolic Catholic Church - ICAR - participated in the Institute of National Historical and Artistic Heritage - IPHAN - mainly in the State of São Paulo. In order to understand the preservation dynamics of IPHAN, as well as the conflicts and negotiations that involved ICAR, we used both the processes that had the final decision as the listed (tombados), as well as those that did not receive favorable approval from this preservation body. As main goal, we tried to understand how IPHAN dealt with ICAR's “multiple roles”, since the institution, besides owning several assets that went through the overturning process, also owned these assets, and had representatives in the body. Institute technician, helping, in a way, in the delineation of what was preserved in São Paulo.

Keywords: *Hystorical and National Arts Heritage Institute; Roman Catholic Church; Heritage; São Paulo; Preservation.*

LISTA DE IMAGEM

Imagem I: Reprodução parcial do processo de tombamento 180-T-1938.....74

LISTA DE MAPAS

Mapa I: Mapa de Bens católicos tombados em SP pelo IPHAN com processos de tombamento abertos entre os anos de 1937-2002.....	125
--	-----

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1:</i> Levantamento de Bens Religiosos da ICAR no Estado de São Paulo, com processos de tombamento iniciados pelo IPHAN.....	60
<i>Tabela 2:</i> Imagens na composição dos Processos de Tombamento do IPHAN para os Bens Religiosos da ICAR no Estado de São Paulo.....	68
<i>Tabela 3:</i> Comparação entre os bens tombados pelo CONDEPHAAT com os processos de tombamento abertos pelo IPHAN	114
<i>Tabela 4:</i> Datação dos Bens Religiosos da ICAR tombados pelo IPHAN no Estado de São Paulo.....	121
<i>Tabela 5:</i> Em quais livros inscreveram os bens tombados pelo SPHAN nas décadas de 1930 e 1940 em território nacional.....	135
<i>Tabela 6:</i> Em quais livros inscreveram os bens tombados pelo SPHAN nas décadas de 1930 e 1940 no Estado de São Paulo.....	136
<i>Tabela 7:</i> Indicação dos Livros de Tombo utilizados para inscrição dos Bens Religiosos da ICAR tombados pelo IPHAN no Estado de São Paulo.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

CAPPH – Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CF – Constituição Federal

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONDEPAAC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CONDEPHAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Turístico do Município de Franca

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CPROD - Controle de Processos e Documentos

DEPROT - Departamento de Proteção

DET - Divisão de Estudos e Tombamento

DID - Departamento de Identificação e Documentação

DPH - Departamento do Patrimônio Histórico

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DR – Diretoria Regional

DTC –Diretoria de Tombamento e Conservação

FNpM - Fundação Nacional Pró-Memória

GVEPP - Grupo de Visitas, Estudos e Pesquisa em Patrimônio

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana

IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros/ Universidade de São Paulo

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEC - Liga Eleitoral Católica

MAS – Museu de Arte Sacra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MES – Ministério da Educação e Saúde

MinC – Ministério da Cultura

MPF – Ministério Público Federal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SA – Seção de Arte

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SH – Seção de História

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

UPPM – Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	20
Capítulo I A Construção da Cultura no País: o ambiente de “formação” do Patrimônio Nacional e a participação da ICAR	27
1.1. – Os religiosos funcionários: Dom Clemente Maria da Silva Nigra e Cônego Raimundo Trindade	47
Capítulo II Os processos de tombamento do IPHAN no Estado de São Paulo: uma análise para os bens religiosos católicos.....	55
2.1. Como se desenvolveram estes processos?.....	64
Capítulo III Os Livros de Tombo Histórico e das Belas Artes: como foram preservados os bens religiosos católicos em São Paulo	127
3.1. Os livros do Tombo	127
3.2. As inscrições nos <i>Livros do Tombo</i> para os bens religiosos católicos paulistas	133
Considerações Finais	144
Documentação	147
Processos de Tombamento.....	147
Outras documentações	150
Referência Bibliográfica	151
Anexos	164
Anexo I	164

INTRODUÇÃO

Será que a Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR¹ – teve alguma relevância para as práticas preservacionistas no Brasil? Muitos estudiosos² que se debruçaram sobre a temática do patrimônio cultural do país e de sua conservação apontam a ICAR como uma entidade importante dentro da instituição federal criada para este fim, ou seja, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. É relevante frisarmos que muitos desses estudos não tinham a ICAR, ou mesmo outras religiões, como objeto de pesquisa. Entretanto, ao enfocarem diversas questões do campo do patrimônio cultural, recorrentemente os autores citam a ICAR. Isto, conforme interpretamos, se dá porque ela foi, e permanece, como proprietária de um significativo número de bens tombados, e, também, porque em determinados momentos teve, em seu corpo de funcionários, membros da instituição.

Interessados, então, no envolvimento da ICAR com o IPHAN, propusemos esta investigação que se pautou por compreender as relações entre essas instituições, tendo como foco as questões ligadas ao campo do patrimônio cultural. Convém apontar, de início, que a ICAR não é uma instituição una. Ela é composta por esferas regulares e seculares, e, portanto, possui, em seu bojo, diferentes “alas”, as quais trazem perspectivas distintas sobre diversos aspectos, inclusive sobre o patrimônio cultural. Estes desvãos estruturantes da ICAR e as potenciais polêmicas que trouxeram ao campo do patrimônio são, exatamente, a perspectiva que nos interessa neste estudo.

Em um primeiro momento, almejávamos tecer uma história para esta dissertação em que a ICAR estivesse presente, inclusive, em momentos anteriores à criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Esta era uma ânsia de mostrarmos como esta instituição teve um papel importantíssimo na consolidação do que conhecemos atualmente como República Federativa do Brasil. É sabido que a construção

¹ Podemos ver a utilização dessa sigla no trabalho de LUI, Janayna de Alencar. “*Em nome de Deus*”: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88373/230688.pdf?sequence=1>>, último acesso em 13/11/2018.

²Podemos citar nomes importantes da área da preservação que fizeram menção à ICAR mesmo não sendo seus objetos de pesquisa *per se*, como: Silvana Rubino, Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Regina Romeiro Chuva.

e consolidação do Estado Brasileiro foi fruto de diversos projetos e vertentes políticas e que a ICAR auxiliou nas diversas etapas da construção e consolidação desse Estado-Nação³. Salientamos, então, que a instituição religiosa teve participação em diversas esferas, e não apenas na área patrimonial. Como exemplos, podemos citar alguns religiosos que tiveram vida política no século XIX, como Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que participou de modo ativo da Confederação do Equador; Padre Diogo Antônio Feijó que foi Regente do Brasil entre os anos de 1835-1837; Dom Romualdo Antonio de Seixas, que foi nomeado em 1826 Arcebispo da Bahia e durante a vida pública também atuou como Deputado Geral representando o Pará e também a Bahia; e, ainda, o Cônego João Batista Gonçalves Campos que em 1826 foi nomeado Arcipreste da Catedral do Pará e vice-presidente da mesma província, membro do Conselho Presidencial e do Conselho Geral de Província do Grão-Pará, dentre outras funções.⁴

A ICAR esteve ligada ao Estado brasileiro mesmo antes de ele ser denominado como tal, já que a prática do Padroado esteve vigente nessa porção de terra americana até a Proclamação da República, no final do século XIX⁵. A instituição religiosa católica foi

³JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), p. 127-175. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação; histórias. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000, p. 131 -132.

⁴ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 1779-1825. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca / organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello – São Paulo: Ed. 34, 2001, 648p. (Coleção Formadores do Brasil), p.15 e 46.; DOLHNIKOFF, Miriam. *Diogo Antônio Feijó: padre regente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombração de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843) / Magda M. de O. Ricci*. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT – IFCH, 2011.; CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. 3.ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 33,35 e 50; SISSON, S.A [editor]. – *Galeria dos brasileiros ilustres*. – Brasília: Senado Federal, 1999. V. 1. (Coleção Brasil 500 anos), p. 303. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027>>, último acesso em 18/09/2019; SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUSMÁN, Décio de Alencar (org.) *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém, Paka-tatu, 2002, p. 144 e 145.

⁵ A prática do Padroado foi uma herança do Império Português que esteve em vigência nos períodos colonial e imperial no Brasil onde os religiosos eram funcionários do Estado Brasileiro, portanto a Coroa detinha alguns privilégios sobre as questões religiosas católicas no dito território. Para saber mais sobre o Padroado e o seu fim em terras atualmente denominadas brasileiras recomendamos a leitura de: BOXER, Charles. O Padroado da Coroa e as missões católicas. In: BOXER, Charles. *O Império marítimo português 1415-1825 / Charles Boxer*; tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; DOLHNIKOFF, Miriam. *Diogo Antônio Feijó: padre regente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.48.; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *Revista Almanack Braziliense* n°08, p.127-137, novembro 2008, p.129. Disponível em: <www.revistas.usp.br/alb/article/download/11700/13471>, último acesso em 02/02/2014.; NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião do Império e a Igreja*. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial: volume I, 1808-1831*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p.377 – 428.; HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da historiografia*. Número 02, p. 50-66. março 2009, p.

figura significativa em diversos episódios na esfera do Estado, tais como a chegada de representantes religiosos junto com o Governador Geral em 1549 com o intuito de catequizar a população indígena originária do território e transforma-los em servos da Coroa Portuguesa⁶; o “batismo” de territórios na América Portuguesa realizado por religiosos, inclusive a fundação da Cidade de São Paulo por Jesuítas em 1554⁷; as práticas da vida cotidiana da Corte, como o anúncio de um nascimento era realizado por meio dos sinos da igreja⁸; a morte também estava sob a supervisão da igreja como demonstrado por João José Reis com o episódio da *Cemiterada*⁹; o controle do tempo: “São Paulo, até meados do século XIX a batida dos sinos às nove horas da noite era o sinal para que as pessoas se recolhessem às próprias casas”¹⁰; ainda podemos mencionar a questão dos registros paroquiais que fizeram parte da vida da população brasileira nos períodos colonial e imperial, esses documentos tinham a função de registrar nascimentos, casamentos e óbitos, que só começou perder eficácia com a Proclamação da República, embora o Registro Civil já tivesse sido implantado na primeira metade do século XIX;¹¹ nosso intuito é focarmos na questão patrimonial, muito embora saibamos do grande papel que a ICAR exerceu nesse território e que a apresentação desses episódios de modo *em passant* demonstre a importância da Igreja que, de fato, ainda são poucos para o tamanho de influência e magnitude que exerceu.

E após citarmos brevemente os atores acima, notamos que a despeito da longa relação entre Igreja e Estado, estudos acerca do relacionamento com as políticas nacionais de preservação são escassas, levando a uma nublada percepção de que a ICAR pouco, ou

51. Disponível em: <<https://historiadahistoriografia.com.br/revista/search/authors/view?firstName=Hugo&middleName=&lastName=Hruby&affiliation=PUC-RS&country=BR>>, último acesso em: 12/08/2016.; AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/07.pdf>>, acesso em 18/09/2019.

⁶ AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. Aparecida, SP: Editora Santuário, p.13.

⁷ SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 44.

⁸ DEL PRIORE, Mary. *A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 37.

⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

¹⁰ AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008, p. 33.

¹¹ BASSANEZI, Maria Silvia C.B. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. *Idéias*. Dossiê: Migrações e Seção Livre, v. 2, n. 1 (2011), p. 89-107, p. 94. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649332/15887>>, último acesso em 12/09/2018.

quase nada realizou na seara patrimonial. Percebemos, ao longo de nossa investigação, que a Igreja procurava estar presente em todas as esferas para se manter importante e com hegemonia. Por meio dessa sucinta contextualização procuramos sinalizar que a ICAR teve um papel significativo na construção do que é conhecido e se consolidou como Brasil. A instituição auxiliou, de maneira inequívoca, na construção dessa nação. Mas será que a Igreja Católica também esteve presente na consolidação das políticas preservacionistas? Será principalmente essa questão que norteará o primeiro capítulo desta dissertação: *A construção da cultura no país: o ambiente de “formação” do Patrimônio Nacional com a participação da ICAR*. Nele, apoiada em bibliografia diversa, destacamos o envolvimento da ICAR na tessitura política do Brasil.

Sabedores da dificuldade de lidar com um recorte espacial tão grande quanto o brasileiro, decidimos circunscrever nossa pesquisa ao território paulista. Esta escolha se fazia interessante, dentre outras possíveis razões, porque há uma recorrência na historiografia em explicar que São Paulo pouco tinha a contribuir com o cenário “nacional” do patrimônio. Esta “justificativa” advém da pena de Mario de Andrade, ao escrever o artigo sobre a Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque, ainda em 1937. Apontando que o caráter “histórico” deveria ser aquele a embasar os tombamentos em São Paulo, já que muito pouco haveria de beleza no estado, Mario de Andrade, de certa maneira, impregnou a pesquisa sobre o patrimônio paulista de um complexo de inferioridade que passou, também, à historiografia, a qual, muito recentemente se pôs a perguntar a validade de tais afirmações.¹²

Posto o recorte espacial em São Paulo, restava-nos perguntar qual recorte temporal nos seria adequado. Esta atitude foi a que maiores reflexões à guisa de justificativa tivemos. Sendo os processos de tombamentos peças de caráter administrativo, é impossível estipular previamente quanto cada bem em inventariação para fins de

¹² MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MARINS%252c%20Paulo%20C_G_%20Novos%20patrim%C3%B4nios%252c%20um%20novo%20Brasil.pdf>, último acesso em 28/10/2019.; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Risco*. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc-usp, p. 4-14, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>, último acesso em 28/10/2019.; GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional em São Paulo: o caso da restauração do sítio Santo Antônio, 1940-1947. *Pós*, n.21, São Paulo, p. 168-187, junho 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43514/47136/>>, último acesso em 28/10/2019.

tombamento tramitará. Assim, esta dissertação teve que trabalhar com arco temporal muito grande, exatamente porque entender os diversos períodos do IPHAN na lida com o estado de São Paulo impunha um desafio que era ver quando o Estado entrava na “pauta” da discussão do órgão federal de preservação. Em linhas gerais, começamos nossa demarcação logo com a atuação do IPHAN, em 1937, e seguimos *a priori* até o ano de 2002 ano no qual foi aberto o último processo de tombamento de um bem católico no Estado de São Paulo¹³, porém com a leitura dos processos de tombamentos nos deparamos com processos em trâmites no ano de 2019 que não poderíamos deixar de relatar, portanto acabamos estendendo o marco cronológico da pesquisa.

Uma das mudanças que pretendemos apontar refere-se à denominação do órgão: que em seu início era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e atualmente encontra-se designado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nos mais de 80 anos da instituição, o órgão de preservação federal foi denominado além de SPHAN, nos primórdios, também teve denominações como Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)¹⁴, de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).¹⁵

Postas estas balizas, convém descrever como distribuimos o conteúdo de nossa pesquisa.

Assim, no segundo capítulo, intitulado *Os processos de tombamento do IPHAN no Estado de São Paulo: uma análise para os bens religiosos católicos*, analisamos 33 processos de tombamentos abertos no Estado de São Paulo para bens religiosos católicos,

¹³Baseados na tabela *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*, atualizada em novembro de 2016, período em que iniciamos a pesquisa, selecionamos os bens e seus respectivos processos de tombamento. Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016. Ressaltamos que esta planilha não está mais disponível porque ocorreram atualizações e outra está disponível no site do órgão.

¹⁴ REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/52/diretoria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-dphan-1946-1970>>, último acesso em 16/10/2019.

¹⁵ REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Secretaria e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/60/secretaria-e-subsecretaria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-1979-1990>>, último acesso em 17/10/2019.

buscando compreender sua estrutura e as justificativas que levaram à chancela do tombamento desses bens ou não. De maneira a não descartar as tensões inerentes à prática da preservação, decidimos, também, por incorporar os processos que culminaram em negativas de tombamento, uma vez que a tramitação revela desvãos importantes da ação da ICAR no IPHAN. A escolha dos processos de tombamento ocorreu ainda no momento da delimitação do projeto de pesquisa no final de 2016, quando pensamos em entender qual a possível participação da ICAR no IPHAN no território paulista buscamos saber quais os bens se enquadravam como bens religiosos católicos localizados no Estado de São Paulo e nos deparamos com 35 processos de tombamentos e tivemos acesso a 33 deles, dentre estes processos encontramos em diversos estágios: há aqueles tombados, com tombamento cancelado, os que foram anexados a outros processos, há aquele foi rerratificado¹⁶ e os que estão em fase de instrução.¹⁷

E, por fim, no terceiro capítulo, denominado *Os Livros de Tombo Histórico e das Belas Artes: como foram preservados os bens religiosos católicos em São Paulo* buscando entender qual o motivo de a maioria desses bens terem sido inscritos simultaneamente nos *Livro do Tombo Histórico* e no *das Belas Artes*. Tal inquietação surgiu levando em consideração a ideia consagrada de que o Estado de São Paulo não conta em seu rol com bens de beleza significativa, como já mencionado, que se justifique a inscrição do tombamento no *Livro do Tombo das Belas Artes*.

Em termos teóricos, nos valem das preocupações de autores como Maria Stella Bresciani, Nestor Canclini, Stuart Hall, Paolo Rossi e Françoise Choay.

Em termos analíticos, utilizamos autores que tratam da história do IPHAN, como Silvana Barbosa Rubino, Márcia Regina Romeiro Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca,

¹⁶O processo de tombamento 216-T-39 no princípio versava apenas à uma igreja pertencente à Ordem Terceira do Carmo, na cidade de Santos, porém ao retornar ao processo após anos – inclusive o bem já estava tombado – o órgão percebeu que a Igreja pertencente à ordem primeira e seu acervo deveriam também pertencer ao mesmo processo, portanto ocorreu uma rerratificação. Informação disponível em: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Nº Processo “T” 216. Santos – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de N.S.do Carmo*. Nº Processo “T” 217. Santos – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Arquivo: Convento do Carmo*. Nº Processo “T” 661. Santos – SP. 1962.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo*. Nº Processo “T” 1251. Santos – SP. 1987.

¹⁷ A busca para verificarmos quais processos nos interessavam foi realizada por meio da tabela: IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em 16/12/2016.

Paulo César Garcez Marins, Cristiane Souza Gonçalves, Lauro Cavalcanti e Eduardo Augusto Costa. E autores como Riolando Azzi, Kenneth Serbin, Helena Isabel Mueller e Mateus Rosada, para a perspectiva da ICAR, sendo que ao tratamos com os autores que tiveram enfoque no IPHAN, também conseguimos absorver informações importantes acerca da ICAR.

Desta maneira, procuramos apresentar uma contribuição à história da preservação pelo IPHAN em São Paulo. Pelo viés da ação e das concepções da ICAR, cremos termos dado um passo que é o de lançar luzes sobre esta relação de duas instituições que são próximas, mas que curiosamente pouco foram vistas em conjunção pelos analistas do campo do patrimônio.

Capítulo I

A Construção da Cultura no País: o ambiente de “formação” do Patrimônio Nacional e a participação da ICAR

Muito já se falou acerca do IPHAN e de sua criação, constituindo-se, recentemente, até em um “lugar-comum”.¹⁸ Porém, até nos “lugares-comuns” é possível encontrar novas informações e fazer inferências relevantes a estudos históricos. Retomando o contexto político e cultural dos anos 1930, forçosamente nos deparamos com a presença varguista. Vargas, em 30 de novembro de 1937, promulgou o decreto-lei n.25, que tinha como objetivo organizar “a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.”¹⁹ Esse decreto varguista, em seu primeiro artigo, definiu o que era entendido como patrimônio histórico e artístico da nação: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”²⁰ Acerca desse decreto-lei, Sonia Rabello, que estudou as questões do patrimônio por meio da esfera jurídica, trouxe uma informação pouco ou quase nunca mencionada nos trabalhos referentes à preservação do IPHAN e ao decreto-lei nº25/1937. A autora afirmou que:

Embora tenha a forma legal de decreto-lei, o Decreto-lei 25/37 foi examinado e aprovado, em primeira votação, pelo Congresso Nacional. No entanto, antes de ser novamente apreciado, aquela casa parlamentar foi fechada. Não obstante esse fato, o Presidente da República editou a norma sob a forma de decreto-lei.²¹

¹⁸A ideia de “lugar-comum”, como apontado por Maria Stella Bresciani, evoca uma etiqueta neutralizadora, algo que se referencia sem maiores compreensões, para a qual se remetem vários autores, sem maiores problematizações. BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

¹⁹BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>, último acesso em 13/09/2018.

²⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, Capítulo I: do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>, último acesso em 13/09/2018.m

²¹ RABELLO, Sonia. Introdução. IN: RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p.15.

Embora tenha sido legal esta medida do Presidente da República que estava ancorada no artigo 13 da *Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil*, assinada em 10 de novembro de 1937²², ou seja, 20 dias antes da assinatura do decreto-lei nº25/1937, podemos identificar um interesse do então presidente Getúlio Vargas no funcionamento do órgão de preservação. Infere-se, então, que nos planos de Vargas, esse órgão pudesse ajudar a legitimar seu governo, levando em consideração, como apontou Márcia Chuva, que “o SPHAN foi uma peça no conjunto de atos políticos, implementados especialmente a partir de 1937, pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma “memória nacional”.²³ Chuva apontou a necessidade do regime Varguista de uma construção de uma identidade nacional homogênea na qual o patrimônio escolhido fosse encarado de modo natural e não ocorressem questionamentos.²⁴

Este decreto definiu a concepção de patrimônio que o SPHAN/IPHAN utilizaria nas suas práticas por muitas décadas. É necessário que entendamos o que o patrimônio, etimológica e socialmente pode também significar. No *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado na década de 1940, organizado por Laudelino Freire, e “considerado a primeira grande obra do gênero produzida no Brasil”²⁵ designou para o termo patrimônio as seguintes definições:

s. m. Lat. *patrimonium*. Herança paterna. // 2. Bens de família. // 3. Bens necessários para a ordenação de um eclesiástico. // 4. Quaisquer bens, materiais ou morais, pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou coletividade. // 5. Pequena povoação, no interior do Brasil.²⁶

Percebemos que neste momento, logo após a implementação do IPHAN a questão cultural não tinha sido incorporada a etimologia da palavra como veremos adiante. E

²²BRASIL. Constituição (1937). *Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, de 10 de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>, último acesso em 01/07/2019.

²³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.28.

²⁴*Ibidem*, p.25.

²⁵ LOPES, Reinaldo José. A língua do Brasil, palavra por palavra. *Unespiciência*. Edição 01, setembro de 2009. Disponível em: <<http://unespiciencia.com.br/2009/09/01/letras-01/>>, último acesso em 21/10/2019.

²⁶FREIRE, Laudelino (org). *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A noite. Volume IV. Publicado entre fev.1942 a fev. 1943, p. 3856.

mesmo na edição de 1957, ou seja, 20 anos após a criação do IPHAN a questão relacionada à cultura não tinha sido incorporada ao dicionário.²⁷ No dicionário *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* existem cinco definições para o termo:

[Do lat. *patrimoniu.*] **S.m.1.** Herança Paterna. **2.** Bens de família. **3.** Dote dos ordinandos. **4.** Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos; (...). **5.**Fig. Riqueza (...).²⁸

Para nós, a definição que nos satisfaz é a quarta, que complementamos com a perspectiva trazida por Françoise Choay:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade.²⁹

Françoise Benhamou, por sua vez, defendeu que “o patrimônio é uma construção social,³⁰ e que

Sua “produção” depende dos agentes públicos e privados que concorrem na definição dos seus contornos. Uma grande parte dos bens

²⁷FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 3ª edição, Volume IV, 1957, p. 3856.

²⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. – 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 1508.

²⁹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2006, p.11

³⁰ BENHAMOU, Françoise. *Economia do patrimônio cultural*. São Paulo: Edições Sesc, 2016, p. 15.

só se reveste de seu caráter patrimonial *ex post*, quando se expressa a vontade de obstar o esquecimento e a destruição do que aparece como suporte de identidade, arte e história.³¹

Tanto Choay quanto Benhamou debruçaram-se sobre aquele patrimônio que também é conhecido como cultural, histórico e artístico. Esta confluência de significações foi usada, em muitas partes do mundo ocidental, para construir imagens de identidades nacionais. Pensando nessa construção, devemos olhar para o artigo 25, ainda do decreto-lei 25/1937, que contém a seguinte diretriz:

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.³²

Vejamos que no dispositivo legal responsável por organizar o patrimônio cultural nacional a presença eclesiástica foi sinalizada como condição *sine qua non*. É necessário pensarmos por qual razão a instituição eclesiástica deveria estar presente no diálogo acerca da preservação daqueles bens que ancorariam “a” identidade brasileira. Qual a importância da ICAR dentro desse debate? Frisamos ainda que a ICAR, na grande maioria dos processos que analisamos nesta pesquisa, é a proprietária desses bens tombados. Situação que também deve ser levada em consideração, já que estamos falando de bens privados, sujeitos a normas de mercado de bens simbólicos – no caso de obras de arte - e de bens imobiliários, e que a ICAR soube explorar, quando necessário este capital de duplo lastro.

É importante apontarmos que embora utilizemos o termo ICAR de uma maneira ampla é necessário destacar que não é uma instituição una, devemos apontar que entre

³¹*Idem, Ibidem.*

³² BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, Capítulo V: Disposições Gerais, Art.25. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>, último acesso em: 13/09/2018. Grifo nosso.

outras coisas ela pode estar enquadrada com membros seculares e regulares.³³ Kátia Brasilino Michelin afirmou que:

[...] a formação secular (*saeculum*), que vive no mundo (no século), ou seja, em sociedade e possui funções como de ministrar sacramentos, orientar espiritualmente os cristãos e ajudar os que necessitam; e a formação regular (*regulas*), que, inicialmente, era constituída por membros que buscavam servir a Deus em penitência, contemplação e retirando-se do mundo, sendo que mais tarde tal formação passou a agregar também membros que passaram a viver junto às cidades, mas com atribuições específicas. A formação regular é composta pelas ordens monásticas, mendicantes, regrantes e/ou regulares e possui regulação eclesiástica própria, as chamadas *regras*. Tal divisão está vinculada com a própria estruturação do catolicismo ao longo dos séculos, embora muitas vezes as funções se confundam e alguns clérigos transitem nos dois tipos de formação ou os acumulem.³⁴

A “história” do SPHAN/IPHAN³⁵ é de suma importância para as compreensões destas colocações que vimos fazendo. A produção da agenda cultural brasileira se deu mediante inúmeras compactuações, e Vargas valeu-se de diversas entidades para perfazer seu projeto de nação, incluindo o SPHAN e a ICAR. Como pontua Helena Müller, desde 1916 o catolicismo brasileiro empreendeu uma campanha para retomar as bases de legitimidade dentro do cenário educacional e cultural no país, pois tinha perdido a hegemonia dentro dele com a Proclamação da República. Destacando o papel do arcebispo do Recife, Dom Sebastião Leme, que em seu discurso de posse, naquele ano, conclamou os católicos a uma ação mais efetiva na vida da sociedade, Müller nos mostra que alguns intelectuais brasileiros fortaleceram-se politicamente ao redor de nomes como o próprio Dom Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo, que se tornou “o organizador e fundador do movimento católico que ganhou consistência e visibilidade no Centro Dom

³³ MICHELAN, Kátia Brasilino. Ordens Religiosas. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/90/ordens-religiosas>>, último acesso em: 29/11/2019.

³⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁵ Algo que devemos apontar desde este momento é que esse órgão passou por mudanças de nome ao longo dos anos, fato que também constitui parte de sua história e identidade. Porém, aqui, tal informação se faz ainda mais necessária levando em consideração que ao abordarmos diversos períodos dessa instituição por vezes usaremos sua nomenclatura da época. Fazemos estes parênteses para informar que estamos tratando da mesma instituição, embora com alterações marcantes ao longo de sua trajetória.

Vital, na revista *A Ordem* e no grupo de pensadores denominado de intelectuais católicos.”³⁶ Completa a historiadora, dizendo que Jackson de Figueiredo:

Era rígido em suas concepções, autoritário em suas práticas. Morreu em 1928 deixando organizada uma militância católica de forte influência política no governo Vargas, que via nos intelectuais católicos uma possibilidade de interlocução e apoio, em especial nos anos de estruturação do Estado Novo. Pode-se dizer que se construiu, com essa relação, uma rua de mão dupla entre Estado e Igreja, na qual circularam ideias, projetos e ações que fortaleceram ambas as partes.³⁷

A inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 12 de outubro de 1931, contou com a presença de altas autoridades eclesásticas e, com grande destaque, de Getúlio Vargas, mandatário após a “revolução de 1930”.³⁸ As relações de Vargas com a ICAR, como vistas acima, foram próximas, e aumentaram de intensidade durante o Estado Novo. O Cristo Redentor, que poderia significar a face mais “atrasada” do país, que Vargas queria ver derrotada, foi explorado de maneira inversa: a imensa estátua de concreto, detentora de uma refinada tecnologia construtiva, e considerada uma das maiores conquistas da técnica, foi transformada em discurso dos feitos superlativos do país, algo que, curiosamente, vemos que agradava a Vargas. Retomando Müller, podemos ver que, resumidamente, já sob a égide do Estado Novo, os católicos “privilegiaram sempre a ação política mediada por seus intelectuais”, evitando enfrentamentos mais densos ou excessivos e pontuando um rechaço generalizado por tudo o que pudesse ser atrelado aos discursos comunistas. Esta fórmula agradou muito a Getúlio Vargas, que anuiu, em tese, com a presença da ICAR no corpo técnico do recém “Patrimônio”.

Desta maneira, quando nos debruçamos sobre os trabalhos dos investigadores da história do SPHAN, como Márcia Regina Romeiro Chuva, vemos que a *fase heroica* do IPHAN, que é aquela na qual Rodrigo de Melo Franco Andrade estava à sua frente, entre

³⁶MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, p.259-278, 2015, p. 269. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000100259>, último acesso em: 29/10/2019.

³⁷*Idem, ibidem.*

³⁸ CHRISTO REDEMPTOR. Direção e Produção: Bel Noronha. Rio de Janeiro – Brasil: Bel Noronha Produções Artísticas, 2005. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=christo_redemptor>, último acesso em 21/10/2019.

os anos de 1937 e 1967³⁹, foi a que mais recebeu investigações, mas a presença e as tensões com a ICAR não são destacadas. Retornando ao período de criação do IPHAN, Lauro Cavalcanti apresentou a composição inicial do órgão e o que pode ser considerado sua “prioridade preservacionista” naquele momento:

O Sphan começa a funcionar contando, além de seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, com os seguintes colaboradores: uma secretária, Judith Martins, e os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Alcides da Rocha Miranda. O predomínio maciço de arquitetos foi uma das poucas e, com toda certeza, mais substancial alteração que Rodrigo Melo Franco imprime ao projeto de Mário de Andrade. Corresponde à prioridade estabelecida no Sphan: os bens de “pedra e cal”, com ênfase na arquitetura setecentista mineira. Dos sete arquitetos, apenas Paulo Thedim Barreto não pertencia ao movimento “modernista”: dedicava-se principalmente ao desenho — havia realizado cuidadoso levantamento da igreja e mosteiro de São Bento, que lhe valeu sua indicação pelos religiosos a Rodrigo — e, posteriormente, ao desenho de traçados reguladores nas igrejas barrocas mineiras, com destaque para a obra de Aleijadinho.⁴⁰

Cavalcanti ainda apontou que os profissionais mais requisitados para o órgão foram os arquitetos, salientando uma mudança no *Anteprojeto* de Mário de Andrade (1936) realizada por Rodrigo M. F. de Andrade. Esta alteração pode ter sido a mudança mais marcante nesse *Anteprojeto* Andradiano, constituindo-se em uma espécie de diretriz para as ações do instituto durante a *fase heroica*. Este período inicial da instituição preservacionista significou muito mais do que apenas Rodrigo M. F. de Andrade estar à frente do SPHAN. Mais do que tentar pontuar a existência de um herói personificado em Rodrigo M. F. de Andrade, Lauro Cavalcanti nos chama a atenção para as dificuldades enfrentadas na implementação e permanência desse órgão:

³⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 28.

⁴⁰ CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p., p.186

A primeira fase da repartição é freqüentemente referida como a fase “heróica”. “Heróica” por conta do “romantismo” das viagens para desvendar a realidade brasileira tão exótica e desconhecida no próprio país; pela escassez de recursos e número de funcionários para a hercúlea tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional. A excitação revolucionária e o trabalho apaixonado de redescoberta do Brasil alternam-se, entretanto, desde os primeiros tempos do Sphan, com a angústia e sofrimento derivados do sentimento de impotência em face da enorme burocracia que envolvia cada projeto na rotina do órgão.⁴¹

Essas dificuldades sofridas pelo SPHAN, todavia, não o impediram de criar as bases de escolha do que seria o patrimônio “nacional”. Neste cenário, a presença de edificações religiosas foi preponderante. Mario de Andrade, que a despeito de ter sido preterido em seu anteprojeto para o SPHAN foi incorporado aos trabalhos pioneiros do órgão, escreveu acerca da ideia de que a ICAR era detentora do mais expressivo em termos de uma pauta patrimonial naqueles anos.⁴² No artigo que redigiu em 1937 sobre a Capela do Sítio de Santo Antônio, em São Roque, SP, Mario de Andrade apontou:

Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topar com alguma São Francisco? Já não digo tão inédita como a de São João d’el Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... (...)Se é certo que uma pesquisa muito paciente pode encontrar detalhes de beleza ou soluções arquitetônicas de interesse técnico, num teto ou torre sineira, num alpendre ou numa janela gradeada, é mais incontestável ainda, a meu ver, que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia.⁴³

A sequência de remissões a elementos arquitetônicos e artísticos típicos de edificações religiosas, somadas às explícitas menções a cidades com templos católicos

⁴¹ *Idem, ibidem*, p.187

⁴² CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Minc—IPHAN, 2000.

⁴³ ANDRADE, Mario. A capela de Santo Antônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 26, p.24-29, 1997, p. 24. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat26_m.pdf>, último acesso em: 29/10/2019.

notáveis, expõe como a ICAR era vista como uma espécie de celeiro de bens a justificarem a formação e as ações preservacionistas do SPHAN. Faz-se necessário, então, que apontemos que de tudo que foi tombado pelo órgão, de 1937 até fins da década de 1990, cerca de 40% foi proveniente das políticas patrimoniais da fase heroica.⁴⁴ O que mais nos chama a atenção, contudo, é que durante a primeira década do SPHAN, a arquitetura religiosa ficou em disparada como tipologia com o maior número de bens tombados.⁴⁵

Como nesse trabalho buscamos compreender o papel da ICAR dentro dos processos de tombamento que foram abertos para os bens religiosos no Estado de São Paulo, e levando em consideração que esses processos tiveram início em diversos períodos da instituição, não nos deteremos, com grande fôlego, na análise da *fase heroica*. Aqui nos interessa entender qual foi a eleição do patrimônio ao longo da consolidação do IPHAN, e, neste aspecto é que tecemos as considerações que seguirão.

Não é fácil precisar quem cunhou o conceito de *fase heroica*. O que sabemos, é que a história institucional do órgão de preservação federal, após 4 décadas de sua criação, nos anos 1970, já se autorreferia como tendo passado por uma “fase heroica”.⁴⁶ A história institucional apropriou-se deste *heroísmo* como veremos no excerto a seguir:

De fato, a amplitude das ideias de Mário de Andrade e de Rodrigo Mello Franco de Andrade – principais mentores, à sua época, do que é bem cultural e como preservá-lo – exigiu um esforço heroico dos que, em um Brasil buscando a industrialização, optaram por dedicar seu talento à tarefa de identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro.⁴⁷

⁴⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.147.

⁴⁵ RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968*. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 130. Quadro nº5 – tipos de bens.

⁴⁶ IPHAN. Aos 43 anos, um novo caminho. Restauração e uso social pesquisa, reflexão e referência, 1979, p.3. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_0.pdf>, último acesso em: 29/10/2019.

⁴⁷ *Idem, Ibidem.*

Além de o IPHAN apontar o *heroísmo* do período em que Rodrigo M. F. de Andrade foi diretor da instituição, indicado pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema⁴⁸ para alicerçar o órgão, o excerto a seguir nos mostra quem eram os colaboradores diretos dele:

Nos primeiros anos do SPHAN, seu diretor contou com a colaboração de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Leão, Paulo Tedim Barreto, Heloísa Alberto Torres, Luís Jardim, José de Sousa Reis, Lucio Costa, dom Clemente da Silva Nigra, Francisco Marques dos Santos, Edgar Jacinto da Silva, Renato Soeiro, Gustavo Barroso, Osvaldo Teixeira, Aírton de Almeida Carvalho, Rafael Carneiro da Rocha, Afonso Arinos de Melo Franco, Edgar Roquete Pinto, Pedro Correia de Araújo, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freire, Godofredo Filho, Francisco Agenor de Noronha Santos, Aníbal Fernandes, Augusto Meyer, Joaquim Cardoso, Alcides da Rocha Miranda, Hannah Levy, Vinícius de Moraes, Celso Cunha, Artur César Ferreira Reis, Sérgio Buarque de Holanda e outros. Formou-se uma equipe com pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres-de-obras, a quem Rodrigo transmitiu seu entusiasmo e empenho incansável na defesa do patrimônio cultural da nação.⁴⁹

Rodrigo M. F. de Andrade, como já mencionamos, contou com apoio de muitas pessoas para implementação e consolidação do IPHAN, e dentre delas dom Clemente da Silva Nigra, personagem que abordaremos mais adiante, religioso que exerceu importante papel na implementação do Arquivo Central do Instituto, como lemos no *website* do IPHAN:

A implantação efetiva começou a ser realizada a partir de 1940, com o Arquivista-Mór da Ordem Beneditina Brasileira, D. Clemente da Silva Nigra. O monge iniciou a tarefa organizando os documentos acumulados do então presidente do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), Rodrigo de Melo Franco. D. Clemente separou os documentos textuais dos que catalogava como especiais, as fotos, gravuras, plantas, mapas, entre outros. Este sistema foi substituído durante a gestão de Carlos Drummond de Andrade, no período de 1946 a 1962.⁵⁰

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p., p.63

⁴⁹ Teresinha Marinho Notícia biográfica. IN ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos/ Rodrigo M.F. de Andrade*. – Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p.20 e 21.

⁵⁰ Informação no site do IPHAN: Página Inicial > Serviços > Arquivo Central do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/401>>, último acesso em: 17/6/2019

Silvana Rubino informou, em sua dissertação de mestrado devotada à história do SPHAN, que Capanema, ministro do MES ao qual o IPHAN era subordinado,⁵¹ - tinha forte ligação com Alceu Amoroso Lima, líder da aliança Igreja-Estado. Apontando ainda que Lima tinha alguma influência sobre a figura do ministro,⁵² Márcia Chuva também mencionou a participação de Amoroso Lima dentro do MES, frisou que Rodrigo Melo Franco de Andrade e ele eram amigos pessoais, e definiu Lima como “expoente da intelectualidade católica e “eminência parda” junto ao ministro Capanema, o que garantiu, efetivamente, a inclusão dos valores morais do catolicismo nos projetos do MES.”⁵³ Esta estratégia, como vimos páginas atrás, fazia parte da intelectualidade católica, como estudado por Helena Mueller.⁵⁴

Márcia Chuva, que fez um estudo referente ao IPHAN nas décadas de 1930 e 1940, afirmou que foi a “Igreja a entidade civil mais atingida pelo ato de tombamento nesse período, como proprietária de mais de 50% dos bens tombados então.”⁵⁵ É curioso observar que grande parte do que o IPHAN amealhou como patrimônio, tenha sido construído com o discurso criado logo no início do órgão, há pouco mais de 80 anos, e que este tenha sido vinculado à ICAR, uma vez que não constam do rol de bens tombados igrejas protestantes e nem outros espaços sacros para demais religiões.

É importante mencionarmos o que Rubino defendeu em sua dissertação de mestrado. Para ela,

cada tombamento é uma construção de significado, de história, mito, passado – ainda que sobre materiais já existentes. Ao se tombar uma

⁵¹ REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6., p. 1. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>, último acesso em 28/08/2018.

⁵²RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história*. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 56.

⁵³CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 106

⁵⁴MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p.259-278, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000100259>, último acesso em: 29/10/2019.

⁵⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p.234.

casa qualquer, ela deixa de ser uma casa qualquer, e são acionados uma série de premissas. O que se tomba merece destaque, deve revelar alguma característica peculiar, ou representar uma tendência geral. Temos o bem tombado porque singular, típico. Ou porque excepcional, o único, o ápice. De uma época, da simultaneidade a um evento, de uma maneira de se construir.⁵⁶

Devemos nos atentar que a autora sinalizou a importância que é devida ao bem tombado: ele foi *eleito* para o rol de importância na *história selecionada*. Porém, devemos levar em consideração que se alguns bens foram selecionados para representar a identidade nacional, outros foram relegados ao esquecimento. Aqui não estamos defendendo que tudo deva ser preservado. Também sabemos da importância das perdas defendida por José Reginaldo Santos Gonçalves.⁵⁷ Mas estamos apontando que alguns bens foram selecionados em detrimento de outros, e aqueles que foram legados ao esquecimento também poderiam ter muito a mostrar, mas como processo de tombamento está coadunado às condições sociais, intelectuais e políticas de cada momento, sempre que se seleciona algo, também se seleciona o que não se quer manter. Paolo Rossi afirmou que

Há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido.⁵⁸

Portanto, é indispensável pensar que apagamentos podem ter sido feitos para que outros bens fossem mais destacados. Devemos ainda pensar nos apagamentos pela perspectiva política. Ao colocar algo sob um holofote ou relegá-lo à escuridão são modos

⁵⁶ RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história*. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 5 e 6.

⁵⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

⁵⁸ ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. IN: ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Cap. 1, p. 32

distintos de criar um discurso legitimador, como ficou evidente no discurso de Rossi. Talvez os apagamentos e esquecimentos tenham sido diminuídos com a proximidade dos anos 1980, no IPHAN, mas essa ainda é uma hipótese a ser explorada.

Mesmo assim, Paulo César Garcez Marins defendeu que na década de 1980 ocorreu uma mudança de paradigmas dentro da instituição, e outras religiões, assim como outros costumes, passaram a ser reconhecidos, tendo sua diversidade e identidade preservadas.⁵⁹ Maria Cecília Londres Fonseca afirmou, também, que “a mudança de orientação nos anos 70-80 encontrou a instituição despreparada para valorar, proteger e justificar sua atuação em face de novos tipos de propostas”.⁶⁰ A mesma autora ainda afirmou que a instituição até então estava focada na arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e XVIII.⁶¹ Foi um período de transição⁶² que embora estivesse acolhendo novas perspectivas ainda não era o ideal de acolhimento e valorização.⁶³ O próprio corpo técnico do IPHAN expressava essa dificuldade. Neste sentido, Londres Fonseca trouxe o excerto de um parecer técnico da arquiteta Dora Alcântara, que dizia que:

Sempre que nos é proposta a preservação de um bem tradicional em nossa prática institucional de tombamento – igreja, teatro, etc. – não há dificuldade maior, porque já possuímos o necessário quadro de exemplos para referenciá-los. Se, ao contrário, a proposta refere-se a um objeto não tradicional – caixa-d’água, vila operária, etc. – temos necessidade de organizar um mínimo quadro de referência para opinar com menor margem de erro.⁶⁴

Importante trazermos as vozes internas do órgão preservacionista para que possamos compreender as dificuldades enfrentadas para a preservação do patrimônio nacional. Gilberto Velho, que atuou como membro do Conselho Consultivo na década de 1980 escreveu um artigo para apontar os trâmites que envolveram o tombamento do

⁵⁹ MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>>, último acesso em 29/08/2018.

⁶⁰FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p.110 -111.

⁶¹*Idem, ibidem*, p.110.

⁶²*Idem, ibidem*, p.209.

⁶³*Idem, ibidem*, p.217.

⁶⁴Proc. 1.072-T-82 APUD FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.217.

terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia, no ano de 1984. Sendo que Velho foi o relator deste processo em que “Era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado Nacional.”⁶⁵O relator afirmou que:

O Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros consideravam desproposital e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa. Cabe lembrar que, até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. As primeiras principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio foram tomadas, sobretudo, em relação a prédios coloniais e, em menor proporção, aos do período do Império e da Primeira República.⁶⁶

Velho descreveu as dificuldades para que ocorresse a efetividade do tombamento, apontando que: “Havia um verdadeiro choque de opiniões que não se limitava internamente ao Conselho da SPHAN. Importantes veículos da imprensa da Bahia manifestaram-se contra o tombamento que foi acusado, com maior ou menor sutileza, de demagógico.”⁶⁷ Gilberto Velho completou que:

O caso do tombamento de Casa Branca poderia ser analisado como um drama social nos termos de Victor Turner (1974). Havia um grupo de atores bem definido com opiniões e mesmo interesses não só diferenciados mas antagônicos em torno de uma temática que se revelava emblemática para a própria discussão da identidade nacional. Independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil. Tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. Reconhecendo a válida preocupação de conselheiros com a justa implementação da figura do tombamento, hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira. A rápida passagem do Cardeal Primaz na histórica reunião não disfarçava que os setores mais conservadores do catolicismo baiano e, mesmo nacional, viam com maus olhos a valorização dos cultos afro-brasileiros.

⁶⁵VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *MANA* 12(1): 237-248, 2006, p. 237. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009>, último acesso em 30/10/2019.

⁶⁶*Idem, ibidem.*

⁶⁷*Idem, ibidem*, p. 239.

Quando conselheiros argumentavam que não se podia “tombar uma religião”, certamente entendiam que o tombamento de centenas de igrejas e monumentos católicos teria se dado apenas por razões artístico-arquitetônicas, o que não nos parecia correto. Assim, o tombamento de Casa Branca significava a afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural. Não há dúvida de que tal medida de reconhecimento do Estado representava também uma reparação às perseguições e à intolerância manifestadas durante séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros (...).

Nesse episódio, a cidade de Salvador foi o *locus* do embate cuja repercussão atingia toda a sociedade nacional. Depois, não só outros terreiros foram tombados, mas diversos monumentos e construções ligadas a outras tradições que não a luso-brasileira também foram reconhecidos, como uma casa de colono, no Rio Grande do Sul, uma casa de chá japonesa, em São Paulo e, mais recentemente, através da valorização da cultura imaterial, rituais indígenas como o Quarup.

Percebemos, por meio do excerto, que houve dificuldades para que ocorresse a chancela do tombo e que a ICAR procurou exercer uma pressão para que o tombamento não fosse concluído.

É sabido que o período no qual a Ditadura Militar esteve instaurada no Brasil não foi um período pacífico, uma vez que muitos opositores ao governo tiveram que deixar o país, foram reprimidos e torturados, ou desapareceram. Mas, afinal, o que tal período diz respeito à preservação dos bens patrimoniais nacionais? Ora, tanto Garcez Marins⁶⁸ quanto Londres Fonseca⁶⁹ apontaram que entre as décadas de 1970 e 1980 sucederam mudanças nas práticas de preservação e seleção dos bens preservados. Porém, essa não foi a única alteração verificada no período que fez com que pensemos na hipótese de que talvez com a aproximação do final do período ditatorial novas perspectivas de valorização tenham sido adotadas. Pâmela de Almeida Resende trouxe informações acerca de personagens presentes na transição entre a ditadura e a redemocratização num processo de supostas características impostas pelo governo de maneira gradual, lenta e segura:

⁶⁸ MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MARINS%252c%20Paulo%20C_G_%20Novos%20patrim%C3%B4nios%252c%20um%20novo%20Brasil.pdf>, último acesso em 28/10/2019

⁶⁹FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p.110 -111.

A conjuntura do pós-1970 foi marcada pela atuação de entidades e pessoas que, a despeito da abertura controlada de Ernesto Geisel, buscavam alargar o espaço de atuação na política a partir da resistência e luta democrática contra a ditadura. Com efeito, sob os interesses, sobretudo dos militares, foi pautado o processo de saída dos militares do poder. No entanto, há que se levar em consideração as demandas dos outros atores que atuavam na cena pública naquele momento. Nesse cenário, [...], destacaram-se a atuação do MDB, com o protagonismo do deputado Ulysses Guimarães; a reorganização do movimento estudantil, que passou a atuar na reconstrução das suas entidades e na luta pelas liberdades democráticas; a Igreja Católica, apesar da sua postura controversa e de apoio ao regime em diversos momentos, merece destaque pela atuação efetiva de alguns segmentos nas lutas sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o trabalho de algumas figuras importantes, como D. Adriano Hipólito e D. Paulo Evaristo Arns; a imprensa alternativa também teve seu papel nesse contexto ao denunciar as arbitrariedades do regime e veicular as demandas políticas da oposição; as associações de profissionais liberais também se destacaram no combate aberto à ditadura, com destaque para a OAB e ABI; grupos como o Movimento Negro Unificado, Movimento contra a Carestia e pelo Custo de Vida também marcaram o caráter de resistência ao regime naquele momento; tendo em vista sua capacidade mobilizatória e a amplitude de suas demandas, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita vai aparecer como a principal bandeira agregadora de todos esses segmentos sociais.⁷⁰

Nota-se, nesse contexto político de luta, que o que também estava em jogo era a possibilidade de ter voz, representatividade e quiçá um reconhecimento de identidade. Por isso, há a hipótese de que o IPHAN no meio deste contexto político-social tenha visto a necessidade de mudança. No estado de São Paulo, o último processo que redundou em tombamento de um bem individual católico aconteceu na década de 1980. Tratou-se do processo de número 1176-T-85, que teve como desfecho o tombamento “*Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo(...)*”⁷¹, como o processo é

⁷⁰ RESENDE. Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, 36-46, p.40. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/4710/4054>>, último acesso em 05/11/2018.

⁷¹O processo é composto por “Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo” e para simplificar o entendimento, reduzimos às primeiras palavras.

composto por dois bens, o primeiro bem está localizado no município de Itu e o segundo no de São Paulo.⁷²

Não acreditamos que a mudança de discurso nas escolhas de bem para preservação tenham sido aleatórias ou pura coincidência embora saibamos que as mudanças não trouxeram uma absorção de ideias rápidas e levou um tempo para que novas perspectivas, de fato, fossem incorporadas, como defendeu Londres Fonseca.⁷³

Fechando os parênteses acerca das conjunturas e mudanças, retornamos ao aspecto da quantidade significativa de bens religiosos tombados. Lucio Costa justificou o grande número de bens religiosos tombados:

Sempre prevaleceu a parte religiosa porque o número de igrejas era enorme. Enquanto os anglo-saxões tinham aquela preocupação de criar riquezas, o mundo latino, de herança portuguesa e espanhola, concentrava-se na construção de conventos e igrejas. Havia uma desproporção enorme em relação à parte residencial e militar. Essa condição de que a igreja era fundamental na tradição colonial foi considerada pela crítica leiga uma espécie de desperdício. Aquela riqueza, opulência na arquitetura religiosa muito sóbria na fachada e que você entrava nela e era aquele esplendor. Mas havia um sentido social, muito profundo, nessa aparente contradição. A Igreja, com aquele esplendor todo, estava aberta, pertencia a todos, qualquer pessoa do povo, por mais miserável que fosse, era só entrar e ficar.⁷⁴

Entretanto, por meio de tal afirmação podemos considerar a fala de José Reginaldo dos Santos Gonçalves que ao abordar o período inicial do IPHAN afirmou que “em contraste com a vanguarda europeia, o modernismo brasileiro, na perspectiva de alguns analistas, distingue-se por uma tendência conservadora que, ao invés de celebrar a ruptura, concilia passado, presente e futuro.”⁷⁵ Podemos ter como hipótese para a grande quantidade de bens religiosos católicos tombados essa permanência política da instituição em território brasileiro que procuramos mostrar em alguns pontos do trabalho e ainda

⁷² Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016.

⁷³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p. 209 e 217.

⁷⁴ IBCP Notícias, ed. esp. 27.2.92, p. 4 APUD FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. Cit.*, p.108

⁷⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015, p. 218. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>, último acesso em 30/10/2019.

ressaltar que talvez foi a perspectiva elitista, ancorada num suposto discurso democrático que prevaleceu.

O tombamento é, antes de tudo, um ato administrativo.⁷⁶ Rabello afirmou que “o primeiro e principal efeito do ato do tombamento, é a permanência – a conservação – da coisa, por causa de seu valor cultural; necessária, pois, se torna a determinação do objeto do tombamento, pelo ato administrativo.”⁷⁷ Para tomar é relevante o valor cultural. A autora defendeu que “se o fundamental não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva da arquitetura de um prédio, por exemplo, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social.”⁷⁸ Portanto, nos questionamos: a ICAR tinha um valor cultural tão grande para que tivesse um número tão significativo de bens tombados na denominada *fase heroica* do IPHAN?⁷⁹ E o que pode ser mobilizado, social e politicamente, com essa grande quantidade de bens tombados?

Chuva utilizou-se do conceito de *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson para entender uma das faces do IPHAN.⁸⁰ Anderson defendeu que “nação [é] uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.”⁸¹ Podemos entender que a eleição de terminado patrimônio auxiliou na consolidação da imaginação da nação.⁸² Até porque “o SPHAN foi uma das respostas institucionais a questões sobre as relações entre identidade e modernidades colocadas pelo contexto político e cultural que marcou a América Latina no início do século XX”.⁸³ Por meio de Chuva, percebemos que o IPHAN foi concebido para consolidar a ideia de uma nação. Mas qual foi a nação forjada por esse órgão? E como foi forjada?

⁷⁶RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 53.

⁷⁷*Idem, ibidem*, p.78.

⁷⁸*Idem, ibidem*, p.53.

⁷⁹ RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história*. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 130. Quadro nº5 – Tipo de bens.

⁸⁰CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.24.

⁸¹ ANDERSON, Benedict. Introdução. IN: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.32.

⁸²CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.24.

⁸³ CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Interpretações do Patrimônio: Arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960*. São Carlos: EduFSCAR, 2013, p.97.

O Patrimônio que foi selecionado como identitário não gera discussão, é algo dado como fato, não é necessário explicá-lo, pelo menos é essa a ideia defendida por Néstor Canclini. O autor sinalizou que

Frente à magnificência de uma pirâmide maia ou inca, de palácios coloniais, cerâmicas indígenas de três séculos atrás ou à obra de um pintor nacional reconhecido internacionalmente, não ocorre a quase ninguém pensar nas contradições sociais que expressam. A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio. Por isso mesmo, o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o tradicionalismo substancialista. Foram esses grupos – hegemônicos na América Latina desde as independências nacionais até os anos 30 deste século, donos “naturais” da terra e da força de trabalho das outras classes – os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico.⁸⁴

Essa passagem de Canclini trouxe algumas inquietações que devemos analisar: a) qual a justificativa técnica da seleção do patrimônio?; b) a seleção geralmente representa um grupo e não a totalidade, sendo que o grupo privilegiado tende a ser a elite, seja ela econômica ou intelectual; c) a ICAR se beneficiou desse discurso do não-questionamento? Portanto, é necessário que repensemos o que de fato significou essa proteção patrimonial. Quem de fato está sendo representado na seleção. Stuart Hall afirmou que

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.⁸⁵

Tal afirmação demonstrou que o patrimônio é usado por quem está no poder para afirmar suas ações. E embora possamos ter a noção de neutralidade na escolha, tendo em

⁸⁴CANCLINI, Néstor Garcia. O Porvir do Povo. IN: CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed 7. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. Cap.4, p.160.

⁸⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p.31.

vista a legislação que em teoria deveria amparar toda a população e fazer com que todos fossem representados, não é assim que ocorre na prática, já que as coisas não são imparciais.⁸⁶

Chuva ressaltou que “o patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas, assim como a intensa produção artística das Minas Gerais, foram elementos primordialmente consagrados como “patrimônio nacional”, por meio das medidas protecionistas estatais implantadas no Brasil a partir de 1937.”⁸⁷ Vemos que a ICAR estava presente desde o início como objeto de preservação, embora saibamos que por meio de uma ordem religiosa, situação importante de ressaltar que tanto secular quanto regular estão dentro da perspectiva de ICAR nesse trabalho. A ICAR estava na identidade visual do IPHAN, como apontou Márcia Chuva: “a logomarca do SPHAN, que, em 1940, podia ser encontrada impressa no papel oficial utilizado pelo órgão, com o rosto de um dos profetas de pedra-sabão, de Aleijadinho, do adro da Igreja do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.”⁸⁸

Alguns anos antes da criação do IPHAN, a cidade de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional por meio do decreto federal nº 22.928, de 1933.⁸⁹ Chuva trouxe uma análise para dois lados da história: o Estado e a Igreja

O decreto isentava a União Federal do ônus dessa ação, ao mesmo tempo que responsabilizava o governo do estado de Minas Gerais e a municipalidade de Ouro Preto pela vigilância e guarda dos “monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da cidade” (art. 2º). Por outro lado, negociava com a Igreja, concedendo-lhe o privilégio de decidir e de definir – caso fosse de seu interesse – sobre a manutenção dos monumentos de arte religiosa, que poderiam ser mantidos em estado de conservação pelo estado e o município, mediante acordos que fossem firmados com as autoridades eclesiásticas.⁹⁰

Reparamos que a ICAR, mais uma vez, foi detentora de privilégios. E reforçou, novamente, o papel que a ICAR teve dentro de diversos governos. Doravante nos

⁸⁶FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p. 22.

⁸⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 43.

⁸⁸*Idem, ibidem*, p. 59.

⁸⁹*Idem, ibidem*, p. 124

⁹⁰*Idem, ibidem*.

deteremos em alguns funcionários do órgão preservacionista que possuíram jornada dupla: já que além de serem funcionários do SPHAN também eram religiosos. Seria isso uma nova versão do *padroado régio*? Fazemos esta inferência pensando na perspectiva dos religiosos sendo funcionários do Estado, assim como durante a vigência do *padroado*.⁹¹

1.1. – Os religiosos funcionários: Dom Clemente Maria da Silva Nigra e Cônego Raimundo Trindade

Rodrigo M. F. de Andrade, contou com a participação de muitos personagens para a implementação e consolidação do IPHAN, como vimos.⁹² Dentre estas personalidades estava Dom Clemente Maria da Silva Nigra, alemão, que chegou ao Brasil com 19 anos, no ano de 1922, ingressou na Ordem Beneditina em Salvador, e em 1933 foi naturalizado brasileiro.⁹³

Em 1940, Nigra começou a colaborar com o SPHAN nas funções de “perito e pesquisador sobre arquitetura, pintura e esculturas sacras (principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro).”⁹⁴ Ainda neste mesmo órgão, ficou responsável pela implementação do seu Arquivo Geral⁹⁵. Sendo que ainda neste mesmo ano “foi nomeado arquivista-mor da Ordem Beneditina Brasileira”.⁹⁶ Márcia Chuva, ao final de sua pesquisa trouxe em um

⁹¹ SANTIROCCHI, Ítalo. A igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013, p. 1. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaeConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf>, último acesso em: 17/10/2019.

⁹² Marinho, Teresinha. Notícia Biográfica. IN ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Rodrigo e seus tempos/ Rodrigo M.F. de Andrade. – Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p.20 e 21.

⁹³ SILVA, Cintia Mayumi de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.105 - Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em:02/07/2019.

⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁹⁵ Informação no site do IPHAN: Página Inicial > Serviços > Arquivo Central do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/401>>, último acesso em:17/6/2019

⁹⁶ SILVA, Cintia Mayumi de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.105 - Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em:02/07/2019.

dos anexos um quadro que, dentre outras informações, apresentava os funcionários do órgão que participaram da Revista do SPHAN.⁹⁷

Entre os anos de 1937 e 1967, Nigra colaborou com 5 artigos para a *Revista do Patrimônio*, sendo considerado um publicador assíduo,⁹⁸ colaborando com três artigos com temática de História da Arte, um com temática histórica e um de arquitetura.⁹⁹ Lauro Cavalcanti afirmou sobre a *Revista do Patrimônio* que:

era um instrumento fundamental na difusão das idéias patrimoniais e no incentivo dos trabalhos de pesquisa. Seus artigos eram gerados de duas formas básicas: a partir de uma “encomenda” do dr. Rodrigo, um técnico debruçava-se “exclusivamente” sobre um tema, abandonando temporariamente suas outras obrigações com o fito de desvendar uma faceta até então pouco estudada de nossa cultura; em uma segunda modalidade, eram os ensaios consequência de descobertas feitas nas viagens de “redescoberta” do Brasil que caracterizou a fase “heróica”.¹⁰⁰

Ainda ressaltando a participação de Nigra na *Revista do Patrimônio* e sua relação com Rodrigo M. F. de Andrade, para a edição de número 15 que o diretor começara os preparativos em 1960, solicitou colaboração de um texto de Nigra.¹⁰¹ Lauro Cavalcanti, mais uma vez nos diz:

Rodrigo M. F. de Andrade consulta D. Clemente sobre a possibilidade de ele escrever uma introdução com comentários adequados ao manuscrito da Biblioteca Nacional referente aos Seminários da Bahia – documento este “copiado por seu intermédio para nós em 1947”.¹⁰²

⁹⁷CHUVA, Márcia Regina Romeiro. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. Anexo 1 – quadro por grupo, de autores e sua participação, por número, na revista do SPHAN (1938-1946).

⁹⁸SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Op. Cit.* p. 104 - Quadro 6 - *Revista do Patrimônio*: frequência decrescente da produção por autor.

⁹⁹*Idem, ibidem*, p.101 - Quadro 7 - *Revista do Patrimônio*: temáticas dos artigos e seus autores

¹⁰⁰CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p., p.188

¹⁰¹SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva*. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.84 e 85. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 02/07/2019.

¹⁰²*Idem, ibidem*, p.85, nota de rodapé 87.

Nigra não foi o único a ser demandado para colaborar com essa edição; outras pessoas também foram, como: Cônego Raimundo Otávio Trindade – personagem que trataremos mais adiante. Porém ambos os religiosos, assim como outros convidados não tiveram seus artigos publicados na edição em questão e nem nas posteriores, sendo que estas já não contavam com Rodrigo à frente da editoria do periódico.¹⁰³ A próxima publicação da *Revista do Patrimônio* aconteceria apenas em 1968, ano em que Rodrigo se aposentaria do IPHAN.¹⁰⁴

Robson Orzari Ribeiro, em seu mestrado, apontou que Dom Clemente Nigra atuava na *Revista* desde 1937, porém os cinco artigos publicados pelo religioso são da década de 1940, e foram publicados nas edições de nº 5, 6, 7, 8 e 9, nos anos de 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945, respectivamente.¹⁰⁵ Ainda acerca do periódico do IPHAN, Ribeiro afirmou que

observamos na revista, durante os anos de 1937 a 1978 uma intensa participação de pesquisadores autônomos, ou vinculados a museus, institutos históricos, associações e membros eclesiais, sendo que até o volume número 9 encontramos mais espaço para a atuação dos colaboradores.¹⁰⁶

E, especificamente, sobre a participação dos eclesiais na *Revista*, Ribeiro apontou que

Outra observação significativa sobre os colaboradores da *Revista* é a presença de eclesiais nos volumes considerados. Cônego Raimundo Trindade (diretor do arquivo eclesial da Arquidiocese de Mariana), Dom Clemente Maria da Silva-Nigra (arquivista da Ordem Beneditina Brasileira), Frei Venâncio Willeke, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Dom Bonifácio Jansen e o jesuíta Serafim Leite estavam vinculados à igreja católica quando contribuíram com textos para a revista. Carlos Ott, que veio ao Brasil para executar trabalhos relacionados à Ordem dos Franciscanos, mas que aqui abdicou a batina, também publicou estudos nas revistas. Em grande parte das vezes que

¹⁰³*Idem, ibidem.*

¹⁰⁴ RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional: Textos De História Da Arte Engajados Na Política De Preservação No Brasil*. 2013. 261f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.84. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf>, último acesso em: 30/06/2019.

¹⁰⁵*Idem, ibidem*, p.102-105.

¹⁰⁶*Idem, ibidem*, p.133.

contribuíram com a revista, esses autores pesquisaram e publicaram análises relacionadas à temática religiosa, apresentando dados e documentos sobre arquitetura, registrando histórias da catequização e cristianização no Brasil e analisando obras de arte associadas aos conventos, igrejas, seminários e demais “lugares” religiosos. É importante registrar que a relação do Sphan com esses intelectuais não era apenas intelectual. Por meio dela, o órgão construía uma aliança estratégica com a igreja católica, uma vez que era fundamental o apoio dessa instituição para conseguir cumprir a tarefa do “patrimônio”. Não foram raros os embates entre clérigos da igreja e o Serviço. Esses defendendo o tombamento de um monumento e aqueles defendendo sua autonomia para reformá-lo, ampliá-lo ou demoli-lo. Desse modo, a intervenção de colaboradores do Serviço junto a outros eclesiásticos era imprescindível. É significativo, quando se pensa nessa relação, que o único texto da Revista do Patrimônio que teve o século XX como “recorte histórico” seja justamente a transcrição da circular do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, solicitando a colaboração da “igreja” com as atividades do Sphan.¹⁰⁷

D. Clemente Nigra também teve um papel significativo no tombamento da *casa-grande do Sítio dos Morrinhos*, processo 370-T-DPHAN-47, em São Paulo. Contribuiu de modo técnico, mas também de intermediar com os beneditinos, proprietários do imóvel.¹⁰⁸

Pertencente à ordem beneditina, o religioso colaborou significativamente na pesquisa sobre o Sítio, pois tinha acesso aos arquivos da Ordem, em várias cidades. Desempenhou papel importante nas negociações havidas entre o Serviço Federal e a Congregação Beneditina acerca do tombamento, pois, como era de se esperar, havia interesses imobiliários envolvidos na venda da Chácara à construtora Camargo Corrêa que contrariavam o interesse de preservação da parte do IPHAN.¹⁰⁹

Tanto Robson Ribeiro, quanto Lia Mayumi e Cintia Mayumi defenderam em suas pesquisas que a presença da Igreja Católica dentro do IPHAN auxiliava a realização das atividades administrativas de preservação.¹¹⁰

¹⁰⁷*Idem, ibidem*, p.134-135

¹⁰⁸MAYUMI, Lia. Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005. 329f. Tese (doutorado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 264-267. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/pt-br.php>>, último acesso em: 01/07/2019.

¹⁰⁹*Idem, ibidem*, p. 265.

¹¹⁰ SILVA, Cintia Mayumi de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação

Ainda abordando a figura de Dom Clemente Maria da Silva Nigra citamos a documentação presente na *Série Personalidades* oriunda do Arquivo do IPHAN.¹¹¹ Por meio da documentação encontrada no interior da pasta notamos que Nigra prestou serviços ao IPHAN por quase quarenta anos, já que nos deparamos com a informação do pedido de aposentadoria em uma correspondência de 1972, porém sem assinatura, infelizmente:

Com referência à sua aposentadoria ontem mesmo falei com o Dr. Soeiro e o Solano. Este último forneceu-me as duas cópias de ofícios recentes que lhe envio para seu conhecimento, tratando da matéria e informando que o seu Processo foi encaminhado ao Departamento do Pessoal, do MEC, em Brasília. Comtudo, o comentário foi de que se trata de processo demorado. Caso o bom amigo tenha algum elemento no MEC de Brasília com alguma influência, talvez isso abreviaria a burocracia no seu caso pessoal. O que eu puder fazer em seu benefício aqui, esteja certo que o farei com o mais vivo empenho.¹¹²

Nigra anos depois ainda prestava serviços ao IPHAN, em março de 1974 o diretor do IPHAN, Renato Soeiro, solicitou ao chefe do serviço de passaportes da delegação do ministério das relações exteriores na Guanabara:

Solicito a V.Sa. queira conceder ao Revm^o Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lotado neste Instituto, a prorrogação de seu passaporte especial a fim de que possa prosseguir em suas pesquisas nos diversos arquivos da Europa, relacionados com suas atividades neste órgão, em especial

Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em: 02/07/2019.; MAYUMI, Lia. Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005. 329f. Tese (doutorado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/pt-br.php>>, último acesso em: 01/07/2019.; RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional: Textos De História Da Arte Engajados Na Política De Preservação No Brasil*. 2013. 261f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf>, último acesso em: 30/06/2019.

¹¹¹SILVA NIGRA, Dom Clemente Maria da. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades / Dom Clemente Maria da Silva Nigra. Caixa 112/Pasta 368.

¹¹²*Idem, ibidem*, s/p.

àquelas que dizem respeito ao Barão de Langadorff, Chefe da expedição científica russa ao Brasil no período de 1813 a 1830.¹¹³

Dom Clemente Nigra foi um homem com muita participação na questão histórica e patrimonial do país, “além da vocação religiosa despertava nele a vocação de historiador e pesquisador, indo de 1930 a 1932, aperfeiçoar-se na Europa.¹¹⁴” Além de prestar serviços para o IPHAN, como já apresentamos, também foi diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia¹¹⁵; teve assento no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia¹¹⁶; publicou na revista do IHGES¹¹⁷; sócio efetivo do IHGB por indicação de Rodrigo M. F. de Andrade¹¹⁸; dentre outras coisas. Ainda ressaltamos que em 1973 escreveu uma monografia *A Ilha das Cobras e sua Fortalezas* enquanto funcionário do Instituto¹¹⁹, tal obra foi considerada pela Marinha Brasileira como importante para a História Naval do País tanto que solicitou autorização do IPHAN para que pudesse publicá-la.¹²⁰ Em 1975 tudo indicava que seria publicada pelo Departamento de Publicações do Ministério da Marinha¹²¹. Em 1987, o referido trabalho ainda era considerado inédito.¹²² Faleceu em julho de 1987.¹²³

Como já mencionado, Dom Clemente Nigra não foi o único religioso que foi funcionário do IPHAN. Assim como Nigra, o Cônego Raimundo Trindade também figurou entre os funcionários do IPHAN, como está expresso na obra de Chuva¹²⁴, além de colaborar com a *Revista do Patrimônio* com seis textos, sendo que três versaram sobre documentação, um sobre arquitetura, um sobre história da arte e um sobre história.¹²⁵

¹¹³ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, s/p.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, s/p.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, s/p.

¹²¹ *Idem, ibidem*, s/p.

¹²² *Idem, ibidem*, s/p.

¹²³ *Idem, ibidem*, s/p.

¹²⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. Anexo 1 – quadro por grupo, de autores e sua participação, por número, na revista do SPHAN (1938-1946), p. 436.

¹²⁵ SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva*. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.180 - Anexo 3: Títulos dos artigos da *Revista do Patrimônio* e seus respectivos temas escritos por cada autor (1937-1967). Disponível em:

Estes textos foram publicados nas edições de número 7,8,9,12,13 e 14, nos anos de 1943,1944,1945,1955,1956 e 1959, respectivamente.¹²⁶

Pensando que a *Revista do Patrimônio* foi um veículo importante do e para o IPHAN, convém apontar, o que Ribeiro analisou:

O periódico é justamente um instrumento por meio do qual se legitimou a “invenção do patrimônio” no Brasil, construindo um novo campo de saber no país, através da produção dos conhecimentos nele veiculados. Rodrigo de Andrade, então diretor do Serviço recém-criado, entendia que a publicação seria um importante instrumento na consolidação da política estatal de preservação, por isso, antes mesmo da decretação da lei que instituiu o Sphan, ele já articulava sua edição.¹²⁷

A *Revista do Patrimônio* pode ser vista, então, como instrumento de legitimação das políticas culturais cunhadas pelo “Patrimônio”. Desta maneira, estar vinculado a ela, permitiria a instalação de um círculo de prestígio em mão dupla: legitimando o autor e legitimando o veículo. Para os religiosos-autores,¹²⁸ havia uma questão, inclusive, na linha do que expõe Mueller, de que a ICAR via em veículos culturais do ou próximos ao

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 02/07/2019

¹²⁶SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas /* Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.180 - Anexo 3: Títulos dos artigos da *Revista do Patrimônio* e seus respectivos temas escritos por cada autor (1937-1967) Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em: 02/07/2019.; RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional: Textos De História Da Arte Engajados Na Política De Preservação No Brasil*. 2013. 261f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.103-106. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf>, último acesso em: 30/06/2019.

¹²⁷ RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional: Textos De História Da Arte Engajados Na Política De Preservação No Brasil*. 2013. 261f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 2 e 3. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf>, último acesso em: 30/06/2019.

¹²⁸ SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas /* Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.105 - Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 02/07/2019.

Estado a chance de “trabalhar para crescer politicamente sem se expor, conseguir resultados favoráveis às demandas da Igreja”¹²⁹, algo que foi destinado como o “papal dos intelectuais católicos sob a liderança de Alceu Amoroso Lima - ou Tristão de Ataíde”,¹³⁰ figura também partícipe do SPHAN.

A publicação *Revista do Patrimônio* foi um espaço de divulgação de ideias sobre as práticas culturais da preservação pelo SPHAN, não restam dúvidas. Mas ela permitiu, também, amearhar respeitabilidade e vincular-se à modernidade contando com os respeitados religiosos-especialistas dentre seus articulistas. Assim, além de escreverem na *Revista*, o mesmo círculo de respeitabilidade verificado nos sumários da publicação era extensivo à entidade, uma vez que Nigra e Trindade – escritores – foram funcionários do SPHAN, mostrando como a produção cultural via Ministério e seu órgão de preservação mostrava-se como plural, embora agisse como um elo de um círculo privilegiado.¹³¹

Desta maneira, tendo investigado as relações entre ICAR e Estado Nacional por meio da trajetória do SPHAN/IPHAN, em especial em seu período inaugural, notamos claramente uma articulação de dupla polaridade no campo do Patrimônio. Embora não exista uma historiografia constituída sobre a presença eclesial no Estado brasileiro no século XX, a tomada de alguns momentos, como fizemos aqui, demonstra a atuação dos clérigos nas instâncias federais do patrimônio.

Resta-nos, agora, então, verificar como esta relação na prática preservacionista do Estado de São Paulo se deu.

¹²⁹ MUELLER, Helena Isabel. Op., cit., p.269.

¹³⁰ *Idem, ibidem.*

¹³¹ STEVENS, Garry. *O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. 1 edição. Brasília: Editora UNB, 2003.

Capítulo II

Os processos de tombamento do IPHAN no Estado de São Paulo: uma análise para os bens religiosos católicos

Como visto, esta dissertação versa sobre o Estado de São Paulo. Na busca pela documentação, nos deparamos com transformações, tensões, silenciamentos e propostas de diversos calibres. De SPHAN a IPHAN muitas alterações foram verificadas, algumas, já expostas na introdução, e que são fundamentais para a compreensão da análise que agora vamos oferecer valem. Na análise dos processos de tombamentos selecionados estamos utilizando a nomenclatura para o órgão de preservação federal que vigia na execução de cada processo. Esta decisão foi tomada porque a designação é, ela mesma, uma forma de acesso à historicidade do documento.

Adentrando às análises específicas do nosso objeto investigativo, este capítulo se dedicará aos processos de tombamento abertos no Estado de São Paulo para bens religiosos católicos. Por bens religiosos católicos estamos entendendo aqueles que tiveram processos de tombamento abertos especificamente *per se*, e não aqueles que foram incorporados aos processos de centro históricos, já que, por vezes, na composição de alguns processos de centros históricos as edificações religiosas católicas também foram incorporadas, como foi o caso do *Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luiz do Paraitinga*, tombado em 2012.¹³²

Inicialmente, essa pesquisa estava ancorada em quarenta processos de tombamento para bens católicos de caráter religioso que foram abertos pelo SPHAN/IPHAN no Estado de São Paulo, entre os anos de 1938 e 2002. Baseamos esse levantamento na tabela de bens tombados disponibilizada pelo IPHAN,¹³³ porém ao fazermos uma leitura mais focada percebemos que nessa tabela existiam processos com a mesma numeração, mas em células distintas, desagrupados, fazendo com que pensássemos, *a priori*, que eram conjuntos distintos. Porém, ao lermos os processos, notamos que estas peças deveriam ser vistas de forma agrupada. Com isto, tivemos quatro

¹³² Informação disponível no portal do Instituto do Patrimônio História e Artístico Nacional – IPHAN -, referente a São Luiz do Paraitinga, de acordo com os seguintes passos: página inicial > Patrimônio Cultural > Patrimônio Material > Conjuntos Urbanos Tombados > São Luiz do Paraitinga (SP). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/388/>>, último acesso em: 13/01/2018.

¹³³ Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016.

processos lembrados: os de números 180-T-38; 215-T-39, 221-T-39 e o 1176-T-85. O de número 180-T-38 apareceu três vezes na tabela referenciando três edificações distintas: *Igreja de São Gonçalo*, *Igreja de São Miguel Paulista* e *Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa*. O processo de nº 215-T-39 em dois momentos distintos: no primeiro momento fez referência à *Igreja Matriz de Santana*, e no segundo, ao *Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*. O de número 221-T-39 esteve presente duas vezes nesta tabela, para *Capela de São João Batista* e para *Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*. E, por fim, o processo de número 1176-T-85 que versou sobre o *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo [...]*.

Portanto, se inicialmente pensávamos que contávamos com um rol de quarenta processos percebemos que na realidade eram trinta e cinco processos de tombamento que versavam sobre os seguintes bens: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa*, *Igreja de São Miguel Paulista* e *Igreja de São Gonçalo*, no escopo do processo de tombamento 180-T-38 e com localização em Embu para a primeira igreja e para as duas restantes localizadas na cidade de São Paulo; *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*, localizada no município de Itu, sob o processo de tombamento 188-T-38; *Igreja Matriz de Santana* e *Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*, localizados no município de Itanhaém, sob o número de processo de tombamento 215-T-39; *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*, localizada no município de Santos e sob o número de processo 216-T-39; *Igreja e Convento de N.S.do Carmo*, localizados no município de Santos, sob o processo de tombamento 217-T-39; *Capela de São João Batista*, localizada no município de Carapicuíba e *Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*, localizada no município de Guararema, ambas dentro do processo de tombamento 221-T-39; *Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna*, localizada no município de Santana de Parnaíba, sob o processo de tombamento 222-T-39; *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*, localizado no município de São Paulo, pertencente ao processo de tombamento 325-T-43; *Capela de Nossa Senhora do Pilar*, localizada no município de Taubaté, sob o processo de tombamento 343-T-44; *Sítio Querubim: forro da capela*, localizado em São Roque, sob o processo de tombamento 346-T-atribuído ao ano de 1945; *Mosteiro e Igreja de São Bento*, localizado em Santos e pertencente ao processo de tombamento 348-T-45; *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*, localizado em Taubaté e sob

o número de processo de tombamento 362-T-46; *Capela do Padre Bento*, localizado em Itu e sob o processo de tombamento 366-T-46; *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*, localizados em Itu e sob o processo de tombamento 384-T-48; *Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, localizada no município de Porto Feliz e sob o processo de tombamento 482-T-53; *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*, localizados na cidade de São Vicente, sob o processo de tombamento 514-T-51; *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*, localizado no município Santos, sob o processo de tombamento 556-T-57; *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*, localizada no município de São Paulo, sob o processo de tombamento 586-T-58; *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*, localizada no município de São Paulo, sob o processo de tombamento 593-T-59; *Arquivo: Convento do Carmo*, localizado na cidade de Santos, sob o processo de tombamento 661-T-62; *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*, localizado no município de Jundiaí e sob o número de processo 743-T-64; *Igreja: Catedral*, localizada no município de Campinas e sob o número de processo de tombamento 764-T-65; *Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo* localizados na cidade de Mogi das Cruzes e sob o número de processo de tombamento 790-T-67; *Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho* e sob o número de processo de tombamento 822-T-69; *Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)* e sob o processo de tombamento 824-T-69; *Palácio Episcopal*, localizado em São Carlos e sob o número de processo de tombamento 868-T-72; *Igreja: Pilar*, localizado no município de Ribeirão Pires e sob o processo de tombamento 874-T-73; *Igreja Matriz de N. Srª do Monte Serrat* localizado em Cotia e sob o processo de tombamento 911-T-74; *Igreja: Matriz* localizada em Franca e sob o número de processo de tombamento 915-T-74; *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri* e sob o processo de tombamento 993-T-78; *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo [...]*, com bens localizados em Itu e em São Paulo, pertencentes ao processo 1176-T-85; *Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo*

convento do Carmo, localizados em Santos e sob o processo 1251-T-87; *Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas* localizado na cidade de Campinas e sob o processo de tombamento 1371-T-96; *Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*, localizada no município de Eldorado e sob o processo de tombamento 1437-T-98; e *Capela cristo operário*, localizada em São Paulo e sob o processo de tombamento 1490-T-02.¹³⁴

Ao longo da apresentação e discussão dos processos de tombamentos as informações ficarão mais nítidas e a compreensão será facilitada, porém é importante salientarmos, desde agora, que alguns processos foram anexados ou apensados em outros processos.

Os processos sobre os quais nos dedicamos não estão apenas no rol daqueles que desfrutaram da chancela do tombamento, mas alguns foram indeferidos, outros anexados, houve os instruídos, aquele que foi rerratificado e, por fim, o cancelado, como está evidenciado na tabela construída pelo IPHAN.¹³⁵

Ao entrarmos em contato, por meio eletrônico, com o Arquivo Central do órgão de preservação federal solicitando a documentação alusiva aos bens que nos interessavam, fomos informados que nem todos os processos estavam em poder do Arquivo Central. A documentação que estava sob guarda do Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, nos foi remetida por meio de serviços de *downloads*. Também entramos em contato com a Superintendência de São Paulo e com o departamento de Brasília, porém, também nestas repartições não foi possível obter o restante da documentação. Ainda tivemos acesso a alguns processos por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Desta forma, tivemos acesso a 33 processos de tombamento, os quais encaixavam-se nas seguintes situações: dezessete tombados; cinco indeferidos; um bem cancelado; um bem rerratificado, seis bens que tiveram seus processos anexados a outros processos de tombamento; e quatro processos que estão na fase de instrução, salientando que dentro desses processos que estão em fase de instrução encontram-se

¹³⁴ Informações coletadas em IPHAN. Bens Tombados e Processos em Andamento 2019 Maio. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSO%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>>, último acesso em 08/10/2019; Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (Atualização: 25.11.2016)*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016.; E também nos respectivos processos de tombamento.

¹³⁵ Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016.

alguns desses anexados e o rerratificado, porém estamos apresentando aqui a situação descrita pelo IPHAN, adiante quando relatarmos os processos de modo individual as situações nas quais se encontram ficará mais evidente¹³⁶. Ainda fazemos um adendo que o processo de tombamento nº 180-T-38, foi contabilizado na categoria de tombado, mas também de tombamento cancelado, já que a *Igreja de São Gonçalo*, pertencente a este processo teve o tombamento cancelado, porém as outras edificações deste processo permanecem tombadas. Os 2 processos de tombamento restantes não foram possíveis de acessar. Também tentamos averiguar a possibilidade de que as prefeituras em que esses bens estão localizados tivessem uma cópia dos processos, mas infelizmente não conseguimos ter acesso também por essa via.

Desta maneira, circunscrevemos nossa ação analítica sobre os bens cuja documentação tivemos acesso. Para fim de comparação entre o almejado e o encontrado, construímos uma tabela em que além dos respectivos nomes dos bens, há o ano em que o processo foi aberto e quando foi finalizado; a situação, a localização e o livro do tomo no qual foi inscrito, se for o caso. Há, ainda, um campo assinalando se o bem foi, de fato, selecionado para essa pesquisa ou não. Essa tabela contém informações retiradas de duas tabelas produzidas pelo IPHAN: *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (Atualização: 25.11.2016)* e *Bens Tombados e Processos em Andamento 2019 Maio*, ambas são de acesso público pelo site do órgão e ainda complementamos algumas informações baseadas na leitura dos processos de tombamento.¹³⁷

¹³⁶ Fazemos tal afirmação baseados na leitura dos processos de tombamento selecionados e já apontados anteriormente.

¹³⁷ Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos em Andamento 2019 Maio*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSO%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>>, último acesso em 08/10/2019; Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (Atualização: 25.11.2016)*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, último acesso em: 16/12/2016.; E os respectivos processos de tombamento selecionados.

Tabela 1
Levantamento de Bens Religiosos da ICAR no Estado de São Paulo, com processos de tombamento iniciados pelo IPHAN
Elaboração: Bruna Mallorga, 2019.

Número do Processo	Processo Referente à/ao	Cidade	Ano da Abertura do processo	Ano de Encerramento do processo	Situação	Livro do tomo em que foi inscrito	Processo Selecionado
180	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	Embu	1938	1938	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
180	Igreja de São Miguel Paulista	São Paulo	1938	1938	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
180	Igreja de São Gonçalo	São Paulo	1938	1938	Tombamento Cancelado	Histórico e de Belas Artes	SIM
188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	Itu	1938	1938	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
215	Igreja Matriz de Santana	Itanhaém	1939	1941	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
215	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	Itanhaém	1939	1941	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
216	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	Santos	1939	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2015.	Rerratificado	Histórico e das belas artes	SIM
217	Igreja e Convento de N.S.do Carmo	Santos	1939	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2015.	Anexado	Não se aplica	SIM
221	Capela de São João Batista	Carapicuíba	1939	1941	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
221	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	Guararema	1939	1941	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
222	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	Santana de Parnaíba	1939	1941	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
325	Mosteiro e Igreja da Imaculada	São Paulo	1943	1943	Tombado	Histórico e Belas Artes	SIM

	Conceição da Luz e respectivo quintal						
343	Capela de Nossa Senhora do Pilar	Taubaté	1944	1944	Tombado	Histórico e Belas Artes	SIM
346	Sítio Querubim: forro da capela	São Roque	1945	1959	Tombado	Histórico	SIM
348	Mosteiro e Igreja de São Bento	Santos	1945	1948	Tombado	Belas Artes	SIM
362	Altar-Mor da Catedral de Taubaté	Taubaté	1946	1999	Indeferido	Não se aplica	SIM
366	Capela do Padre Bento	Itu	1946	1999	Indeferido	Não se aplica	SIM
384	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos	Itu	1948	1967	Tombado	Histórico	SIM
482	Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Porto Feliz	1953	Não se aplica	Instrução	Não se aplica	NÃO
514	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	São Vicente	1951	1955	Tombado	Histórico	SIM
556	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	Santos	1957	2003	Tombado	Belas Artes	SIM
586	Igreja: Carmo (Ordem 3ª)	São Paulo	1958	1996 ¹³⁸	Anexado	Não se aplica	SIM
593	Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)	São Paulo	1959	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2019.	Instrução	Não se aplica	SIM
661	Arquivo: Convento do Carmo	Santos	1962	Última informação	Anexado	Não se aplica	SIM

¹³⁸ O processo de nº 586-T-58 foi anexado ao de nº1176-T-85, portanto colocamos o ano em que último processo foi encerrado.

				incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2015.			
743	Igreja Matriz do Núcleo Colonial	Jundiaí	1964	1999	Indeferido	Não se aplica	SIM
764	Igreja: Catedral	Campinas	1965	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2019.	Anexado	Não se aplica	SIM
790	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Mogi das Cruzes	1967	1967	Tombado	Histórico	SIM
822	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	São Paulo	1969	1969	Tombado	Belas Artes	SIM
824	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)	São Paulo	1969	1969	Tombado	Belas Artes	SIM
868	Palácio Episcopal	São Carlos	1972	2014	Indeferido	Não se aplica	SIM
874	Igreja: Pilar	Ribeirão Pires	1973	2016	Indeferido	Não se aplica	SIM
911	Igreja Matriz de N. Sr ^a do Monte Serrat	Cotia	1974	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2019.	Instrução	Não se aplica	SIM
915	Igreja: Matriz	Franca	1974	2017 encaminhado	Indeferido	Não se aplica	SIM

				para arquivamento.			
993	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri	Barueri	1977	1980	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
1176	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	Itu	1985	1999	Tombado	Histórico e de Belas Artes	SIM
1176	Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictória do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, incluindo também o	São Paulo	1985	1999	Tombado	Histórico e Belas Artes	SIM
1251	Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo.	Santos	1987	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2015.	Anexado	Não se aplica	SIM
1371	Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas	Campinas	1996	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2019.	Anexado	Não se aplica	SIM
1437	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Eldorado	1998	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2011.	Instrução	Não se aplica	SIM
1490	Capela cristo operário	São Paulo	2002	Não se aplica	Instrução	Não se aplica	NÃO

2.1. Como se desenvolveram estes processos?

A seguir apresentaremos alguns apontamentos sobre os processos de tombamento a que tivemos acesso. O primeiro aspecto a ser levantado refere-se à estrutura dos processos: muitos não possuem em suas composições fotografias ou representações artísticas que são peças importantes para a compreensão do bem sob análise. Esta ausência iconográfica é, ao mesmo tempo, curiosa e preocupante.

Principiemos por expor o que julgamos curioso. A presença de fotografias foram partes salientadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade como importantes para a composição de processos de tombamentos. Podemos explicar esta relevância assinalada por Rodrigo Melo Franco de Andrade por meio de uma carta de sua pena enviada a Mário de Andrade¹³⁹ em maio de 1937:

o que eu queria pedir a você era elaborar um plano [...], no sentido de serem inventariadas tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo. Não se trata ainda do tombamento, [...]. O que lhe peço é apenas um inventário preliminar, com os seguintes dados a respeito de cada edificação a relacionar: descrição sumária, histórico breve, autoria da obra (quando for possível apurá-la), material empregado na construção (cantaria, taipa ou o que for), estado atual da conservação, reforma ou alterações que tiver sofrido, reparos urgentes de que precisar, referências bibliográficas que existirem a seu respeito e, por fim, documentação fotográfica (esta última tão completa quanto possível)...¹⁴⁰

Por meio deste excerto notamos as primeiras iniciativas do IPHAN para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, assim como existência de uma linha-mestra de ações pela qual se pensava em levantar o maior número de informações possível a respeito dos bens que porventura poderiam vir a ter um processo de tombamento iniciado. Os processos de tombamentos só começaram a serem abertos no ano de 1938,¹⁴¹ porém,

¹³⁹ GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214, p.47.

¹⁴⁰ ANDRADE, 1987b: 125 APUD GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214p, p. 49-50.

¹⁴¹ RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968*. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 100.

como podemos observar pela correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade citada, no período de funcionamento do SPHAN em caráter de teste, já estavam acontecendo movimentações para a preservação do patrimônio de forma aparelhada.

A fotografia era um meio importante de trabalho para a questão da preservação como ficou evidente no trabalho de Brenda Coelho Fonseca e Telma Soares Cerqueira.¹⁴² As autoras em determinado momento apresentam uma correspondência trocada entre Rodrigo M. F. de Andrade e Godofredo Filho, chefe da Divisão do SPHAN na Bahia¹⁴³, em maio de 1937 – mesmo período que Rodrigo escreveu para Mário e inclusive a carta possui o teor semelhante.¹⁴⁴ Andrade solicitou a Filho que enviasse resumos em relação a possíveis patrimônios baianos que poderiam vir a serem tombados pelo órgão, frisando a necessidade de registros fotográficos.¹⁴⁵ Fonseca e Cerqueira apresentaram números significativos a respeito da quantidade de fotógrafos pelas regiões brasileiras, separados por décadas: 1937-1947; 1948-1957; 1958-1967; 1968-1977 e 1978-1987, aqui nos interessou o Estado de São Paulo que contou com 9;8;2;3 e 8 fotógrafos respectivamente.¹⁴⁶ As autoras defenderam que o Estado de São Paulo era pertencente ao rol de “interesse do SPHAN com um importante trabalho de levantamento fotográfico.”¹⁴⁷

¹⁴² FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN (1937-1987). In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>, último acesso em 15/10/2019.

¹⁴³ LIMA, Francisca Helena Barbosa. Introdução. IN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 10. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>, último acesso em 17/10/2019.

¹⁴⁴ FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN (1937-1987). In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 14 e 15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>, último acesso em 17/10/2019.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 17.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 16.

E que os territórios com o maior número de tombamento eram justamente aqueles com o maior número de profissionais da fotografia¹⁴⁸. Afirmaram, ainda, que:

As regiões Sudeste e Nordeste predominam durante cinco décadas, tanto no quantitativo de fotógrafos atuantes quanto no número de bens tombados. Isso ocorreu em função da própria concepção de patrimônio adotada pelo Serviço desde sua fundação, na qual a arquitetura colonial era priorizada. Segundo alguns autores que trabalham com o tema do patrimônio no Brasil, embora a legislação brasileira tenha sido bastante abrangente ao definir a categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, os bens patrimoniais, inicialmente, restringiram-se, à semelhança de outros países, a monumentos e peças de arte cuja origem remontava a um tempo histórico determinado que se pretendia sacralizar. O barroco brasileiro aparecia, então, como o primeiro momento em que se constituiu uma arte autenticamente nacional.¹⁴⁹

As imagens fotográficas foram instrumentos importantes para o desenvolvimento dos estudos na área do patrimônio, podemos apontar que tombamentos foram realizados por meio de análises fotográficas sem a possibilidade de verificação *in loco* do objeto, tal atitude sendo justificada ora pelo acesso dificultoso ao bem ou ainda por dificuldades orçamentárias, como apontaram Fonseca e Cerqueira.¹⁵⁰

As fotografias foram ferramentas relevantes para a elaboração das atividades preservacionistas, como já ficou evidente, porém ocorreram episódios de separação entre os arquivos textual e fotográfico. Por meio da dissertação defendida por Nayara Cavallini de Souza, é possível perceber que em diversos momentos ocorreram dissociações entre o arquivo textual e o fotográfico.¹⁵¹ Souza apontou, em sua pesquisa, que a dissociação atingiu outras tipologias de documentos do órgão e não apenas estas duas, porém a com maior índice de desmembramento foi a de caráter fotográfico.¹⁵² Eduardo Augusto Costa ao abordar o Arquivo Fotográfico do IPHAN afirmou que:

¹⁴⁸*Idem, ibidem*, p. 18.

¹⁴⁹*Idem, ibidem*, p. 18.

¹⁵⁰*Idem, ibidem*, p. 24.

¹⁵¹ SOUZA, Nayara Cavallini de. Documentos fotográficos no Arquivo: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ). 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Nayara%20Cavallini%20de%20Souza.pdf>>, último acesso em 26/06/2019.

¹⁵²*Ibidem*, p. 169.

[...] vale indicar que a divisão do Arquivo Fotográfico do IPHAN, aqui apresentada, nem sempre foi seguida em sua rigidez, tendo sido, em alguns momentos, desarticulada pelos próprios servidores. [...] o chefe do Arquivo Central, Edson de Brito Maia, retirou parte da documentação fotográfica pertencente a alguns dos processos de tombamento, entre 1971 e 1991, visto que, com a criação da área jurídica do IPHAN, neste período, esta documentação só poderia ser acessada com o pedido de *vistas* a um juiz. Deste processo, podem-se identificar alguns ruídos ao arquivo, com a sobreposição de documentos ou transferência de local previamente estabelecido, podendo-se encontrar documentos de uma tipologia fora de seu local natural. De qualquer maneira, esta alteração não impede a identificação da natureza de cada um destes documentos, o que é fundamental para a leitura do IPHAN e do próprio patrimônio no Brasil, destacando, mais uma vez, a importância do arquivo fotográfico para uma melhor apreensão da história desta instituição.¹⁵³

Além desse desmembramento entre o arquivo textual e o iconográfico, também é possível que a questão financeira pudesse ter dificultado a realização de fotografias. Mário de Andrade, em correspondência a Rodrigo M. F. de Andrade, datada de 1937 apontou algumas das dificuldades enfrentadas no quesito da documentação fotográfica:

Como Assistente Técnico do SPHAN para esta Sexta Região, venho apresentar a V. Ex.^a o relatório das primeiras pesquisas, realizadas no Estado de S. Paulo, a respeito de monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal. Para este relatório, ou melhor, para o Serviço, já foram realizadas viagens para S. Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, MBoy, Voturuna, Sto. Amaro, S. Miguel, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, S. Luís do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Pirapora, Barueri, Cabreúva, Atibaia, Perdões e Biacica. Nas primeiras viagens, tentou-se vários processos de tirar fotografias, sempre dignas da importância do SPHAN mas que não exigissem fotógrafo especialista. Semelhante tentativa pretendia diminuir o custo do serviço fotográfico. Teve-se porém que desistir dessa possível economia, pois o grande número de fotografias falhadas ou incorretas, não só depreciava o Serviço, como implicava em gastos mais pesados, exigindo retorno a lugares e coisas cujas fotografias falhavam. [...]Cumpre também esclarecer que de alguns monumentos, especialmente os da capital de S. Paulo, não foi possível ainda tirar fotografias. Sacristães e outras pessoas competentes opõem recusas ora formais ora evasivas a esse trabalho, apesar das credenciais que apresento. É facilmente perceptível a desconfiança dessas pessoas,

¹⁵³COSTA, Eduardo A. O Iphan e seu arquivo fotográfico. *Acesso Livre*. Rio de Janeiro, p.164-172, jul.-dez.2015, p. 171. Disponível em: < <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/eduardo-augusto-costa.pdf>>, último acesso 30/10/2019.

devida alguma rara vez à ignorância, e muitas à má vontade contra um Serviço que felizmente irá cercear os direitos de estrago e modificações defeituosas, de monumentos dignos de conservação.¹⁵⁴

Mário de Andrade não foi o único a mencionar as dificuldades para obter registros fotográficos a serviço do SPHAN. Luís Saia, em um dos processos que analisamos, o de número 366-T-46, referente à *Capela do Padre Bento*, informou a Rodrigo M. F. de Andrade que enviaria as fotografias solicitadas pelo diretor assim que tivesse recurso financeiro para tal ação.¹⁵⁵

Tabela 2
Imagens na composição dos Processos de Tombamento do IPHAN para os Bens Religiosos da ICAR no Estado de São Paulo¹⁵⁶
Elaboração: Bruna Valença Mallorga, 2019.

Número do Processo	Processo Referente à/ao	Levantamento Iconográfico
180	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa / Igreja de São Miguel Paulista / Igreja de São Gonçalo	NÃO
188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	NÃO
215	Igreja Matriz de Santana / Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	NÃO
216	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	SIM (ANEXADO)
217	Igreja e Convento de N.S.do Carmo	SIM (ANEXADO)
221	Capela de São João Batista / Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	NÃO
222	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	NÃO
325	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	SIM

¹⁵⁴ ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.80.

¹⁵⁵BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela do Padre Bento*. Nº Processo “T” 366. Itu – SP. 1946, fls. 14-15.

¹⁵⁶ Ressaltamos que embora a iconografia esteja presente no interior do processo de tombamento realizado pelo IPHAN, não necessariamente a iconografia foi produzida a pedido do órgão.

343	Capela de Nossa Senhora do Pilar	NÃO
346	Sítio Querubim: forro da capela	NÃO
348	Mosteiro e Igreja de São Bento	NÃO
362	Altar-Mor da Catedral de Taubaté	SIM
366	Capela do Padre Bento	SIM
384	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos	SIM
514	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	NÃO
556	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	SIM
586	Igreja: Carmo (Ordem 3ª)	NÃO
593	Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)	SIM
661	Arquivo: Convento do Carmo	SIM (ANEXADO)
743	Igreja Matriz do Núcleo Colonial	SIM
764	Igreja: Catedral	SIM (ANEXADO)
790	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	NÃO
822	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	SIM
824	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)	NÃO

868	Palácio Episcopal	NÃO
874	Igreja: Pilar	SIM
911	Igreja Matriz de N. Sr ^a do Monte Serrat	SIM
915	Igreja: Matriz	SIM
993	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri	SIM
1176	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo(...)	SIM
1251	Igreja da Ordem 1 ^a do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo.	SIM
1371	Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas	SIM
1437	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	SIM

Outro ponto a ser observado diz respeito ao “histórico dos bens”, ponto que faz ligação direta ao aspecto tratado anteriormente das imagens. O histórico produzido com informações textuais, bibliográficas, documentais e iconográficas por diversas vezes não existiu. Inúmeras vezes nos deparamos de modo simplório com a notificação ao proprietário ou responsável legal pelo bem referente ao interesse de tombamento juntamente com um recibo de anuência de proprietário ou responsável. Sendo que, por diversas vezes, não houve uma justificativa plausível para que aquele determinado bem merecesse estar no rol de preservação e salvaguarda patrimonial nacional. Não há dados sobre sua composição ou estrutura. Muito menos sobre os elementos simbólicos da escolha. Após a análise da documentação, comprovamos aquilo que Londres¹⁵⁷ e Rubino¹⁵⁸ já apontaram: a decisão acerca do que viria a ser tombado já estava tomada antes mesmo da abertura dos trâmites administrativos de tombamento. Em muitos processos que examinamos não ocorreram as elaborações de um histórico dos bens analisados como descrevemos adiante e em alguns, inclusive, foram abertos justamente

¹⁵⁷FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. Ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017

¹⁵⁸RUBINO, Silvana Barbosa. *Op. cit.*

com a notificação de processo para tombamento enviado ao proprietário. Apontamos, ainda, que ao lermos os 33 processos de tombamentos percebemos que a grande maioria do que veio a ser tombado partiu de uma demanda interna do órgão de preservação federal. Talvez tal atitude justifique-se ao levarmos em consideração que aquilo que foi eleito como patrimônio tenha sido selecionado pelos *homens da cultura*, como defendeu Londres Fonseca, e, portanto, isto já justificaria a escolha:

Os processos de seleção e proteção do patrimônio cultural nacional são regulados por leis, procedimentos e rituais bastante específicos e costumam ser conduzidos, por agentes com um perfil intelectual definido [...].No contexto brasileiro, é preciso levar em conta o papel político que, desde o período colonial, têm aqui exercido os *homens de cultura*: o de atuarem como porta-vozes das massas desprovidas de recursos para se organizarem politicamente, função que é legitimada por seu compromisso com a construção da nação e com a luta pela cidadania. Dado o caráter inescapavelmente ambíguo da posição desses intelectuais, sobretudo nos períodos autoritários, vou tentar apreender como lidaram com os diferentes compromissos, os impasses e os limites com que defrontaram. Devido ao grau extremamente restrito, no Brasil, da participação da sociedade nas políticas de preservação, as decisões desses intelectuais foram fatores cruciais na orientação dessas políticas.¹⁵⁹

Apenas os processos de tombamento de nº 514-T-51, aberto no ano de 1951, referente aos *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*; o de nº 993-T-78 aberto em 1978, referente à *imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*; e o de nº 1176-T-85 aberto em 1985, referente ao *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo[...]* não tiveram a abertura do processo de tombamento por iniciativa do órgão de preservação, mas resultaram em tombamento, sendo que a iniciativa do pedido ocorreu por meio da lei nº1.618/52 advinda da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e do Museu de Arte Sacra de Itu, respectivamente.¹⁶⁰Vale apontar que o processo de nº 1176-T-85 também contemplou a

¹⁵⁹FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. Ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p.18-19.

¹⁶⁰Informações obtidas por meio da leitura dos seguintes processos de tombamento: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*. Nº Processo “T” 514. São Vicente – SP. 1951.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*. Nº Processo “T” 993. Barueri – SP. 1978.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada*

Igreja da Ordem Terceira do Carmo, mas com situações restritas à frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo [...]. Porém, a incorporação deste bem foi iniciativa do próprio IPHAN após o pedido do Museu de Arte Sacra de Itu solicitar o tombamento do *Conjunto de oito painéis*[...].¹⁶¹ Importante ressaltar, ainda, que a maioria dos processos de tombamento de bens religiosos católicos do Estado de São Paulo realizados pelo IPHAN que resultou no indeferimento do tomo, a abertura do processo foi de iniciativa de pedidos externos ao órgão.¹⁶²

Doravante, apresentaremos de modo sucinto o conteúdo dos processos de tombamento que analisamos e, desde modo, buscamos jogar luz sobre a forma destes processos e seus conteúdos. Optamos por apresentar primeiramente aqueles processos que tiveram como desfecho o tombamento, e dentro destes processos já incorporamos o que foi cancelado e o que foi anexado, pensando na lógica de que eles estão vinculados a processos com a chancela do tomo. Em seguida, apresentaremos aqueles processos que resultaram no indeferimento do tombamento. E, por fim, os processos que ainda se encontram em tramitação.

O processo de tombamento de nº180-T-38¹⁶³, aberto no ano de 1938, contemplou as igrejas de *São Gonçalo, São Miguel Paulista* e de *M'Boy (ou Igreja de Nossa Senhora*

do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio; e Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, incluindo também o. N° Processo "T" 1176. Itu e São Paulo – SP.1985.

¹⁶¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio; e Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, incluindo também o. N° Processo "T" 1176. Itu e São Paulo – SP.1985. Volume I. Folha 3.*

¹⁶² Os seis processos de tombamento que constam como indeferidos pela tabela BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Altar-Mor da Catedral de Taubaté. N° Processo "T" 362. Taubaté – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Capela do Padre Bento. N° Processo "T" 366. Itu – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Igreja Matriz do Núcleo Colonial. N° Processo "T" 743. Jundiaí – SP. 1964.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Palácio Episcopal. N° Processo "T" 868. Santos – SP. 1972.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Igreja: Pilar. N° Processo "T" 874. Ribeirão Pires – SP. 1973. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Igreja: Matriz. N° Processo "T" 915. Franca – SP. 1974.*

¹⁶³BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista. N° Processo "T" 180. São Paulo – SP. 1938. Volume I. Capa.*

*do Rosário) e residência anexa.*¹⁶⁴As duas primeiras edificações estão localizadas no município de São Paulo e, a última, no município de Embu das Artes. Esse processo de tombamento era composto por 3 volumes, *a priori*, porém, os volumes II e III estão desaparecidos.¹⁶⁵O volume I versou, majoritariamente, sobre a Igreja de São Gonçalo, que posteriormente, na década de 1950 sofreu o processo de cancelamento de tombamento.¹⁶⁶ Retornando a perspectiva do tombamento, basicamente o que se mencionou sobre as três igrejas e a casa anexa de uma delas era o interesse em preservá-las e para isso Rodrigo M. F. de Andrade encaminhou uma notificação com a anuência para o responsável das edificações:

Excmo. E Rev.^{mo} Snr. D. Duarte Leopoldo,
D. Arcebispo Metropolitano da Cidade de São Paulo.
Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia., para os fins estabelecidos no art. 5º do Decreto-lei nº25 , de 30 de Novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, nos Livros de Tombo a que se refere o art. 4º, nº 2 e 3 do citado decreto-lei, das seguintes obras de arquitetura religiosa:
Igreja de São Gonçalo,
Igreja de Mboy,
Igreja de São Miguel, todas situadas no município da capital desse Estado e pertencentes àCuria Metropolitana de São Paulo, da qual éV. Excia. o alto representante legal.
Rogando a V. Excia., se digne anuir ao tombamento que é objeto da presente notificação [...].¹⁶⁷

Notamos que nem na notificação de tombamento há uma explicação por qual(is) motivo(s) os bens deveriam estar presentes no rol de preservação nacional. É uma notificação de caráter burocrático e pragmático, no sentido de informar que o tombamento é amparado legalmente, quais seriam os bens arrolados dentro deste tombamento e em quais livros seriam inscritos. A seguir, optamos por trazer uma reprodução iconográfica da notificação dos bens do processo de tombamento 180 para que se tenha uma ideia de sua singeleza. É necessário ressaltar que na notificação foi mencionado que todas as

¹⁶⁴*Idem, ibidem, s/p.*

¹⁶⁵BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938. Volume II, s/p.

¹⁶⁶BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938. Volume I. Folhas 05-21.

¹⁶⁷*Idem, ibidem, Folha 01.*

edificações contempladas por este tombamento estavam localizadas na cidade de São Paulo, informação que diverge na certificação de tombamento ao final do processo.¹⁶⁸

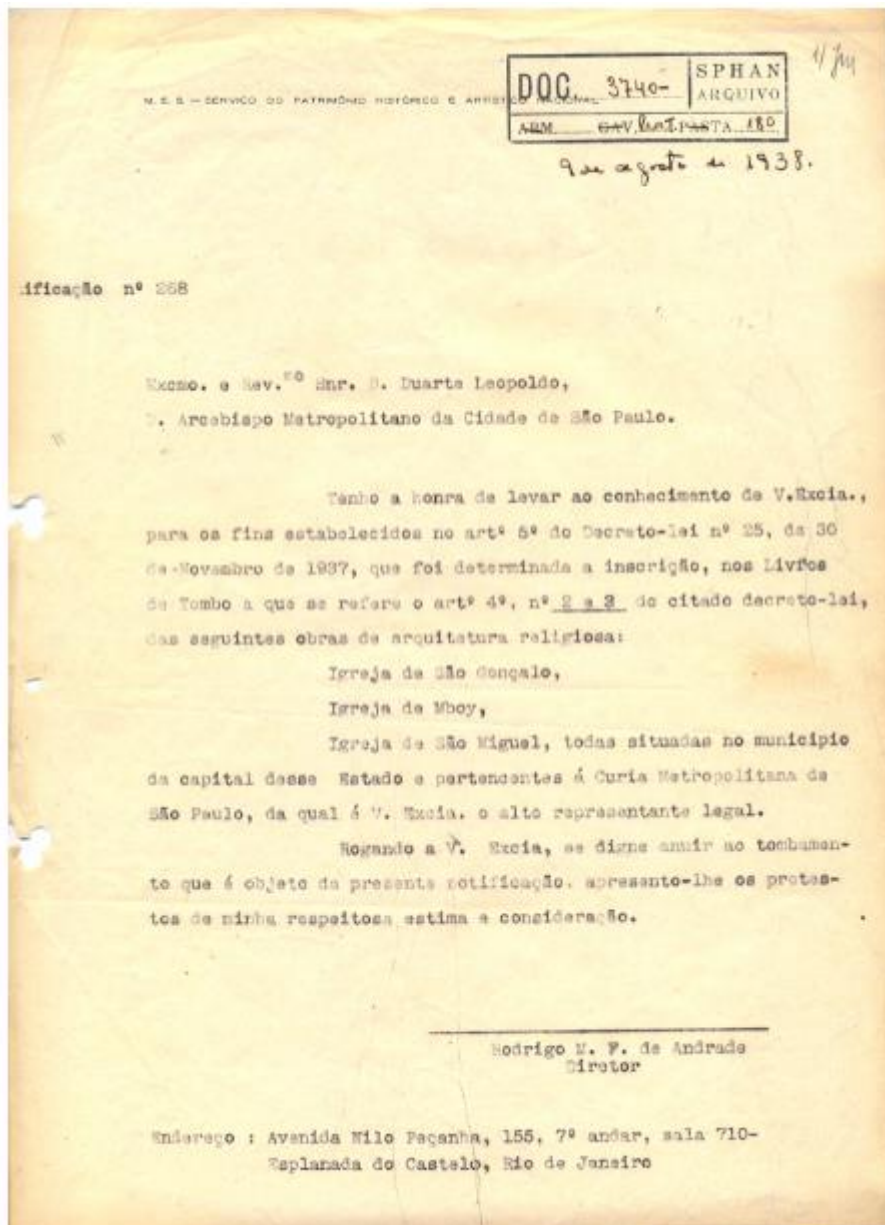


Imagem I: Reprodução parcial do processo de tombamento 180-T-1938. Retirado de BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938. Volume I. Folha 1.

O processo de tombamento de número 188-T-38, aberto no ano de 1938, versou sobre a *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*, no município de Itu. A constituição desse processo também era ancorada no envio da notificação, semelhante ao

¹⁶⁸*Idem, ibidem, s/p.*

do processo analisado anteriormente.¹⁶⁹ Assinalou oficialmente, ainda, o Diretor do órgão que caso houvesse interesse em reformar a igreja era necessário o aval do SPHAN.¹⁷⁰

O próximo processo de tombamento a ser trabalhado é o de número 215-T-39, cuja abertura ocorreu no ano de 1939, e versou sobre os “Edifícios da Matriz e Convento de São Francisco de Itanhaem”.¹⁷¹ A notificação de tombamento seguiu os mesmos moldes das anteriores, e neste caso, além das edificações, todo o acervo da *Igreja Matriz de Santa Ana* também foi tombado de acordo com a resolução do Conselho Consultivo do SPHAN, datado de 13 de agosto de 1985, sob o nº13/85/SPHAN, em medida posterior ao tombamento realizado em décadas anteriores à publicação desta resolução.¹⁷² Esse processo apresentou duas notificações de anuência, já que o órgão não tinha recebido a primeira confirmação enviada.¹⁷³

Embora tentemos apresentar os processos de tombamento de modo cronológico, por vezes isso não ocorrerá. Justificamos tal atitude em virtude de haver processos anexados e apensados, o que nos levou a optarmos por apresentá-los em um bloco único. Tal situação pode ser observada para os processos de números 216-T-39 referente à *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*; 217-T-39 referente à *Igreja e Convento de N.S.do Carmo*; 661-T-62 referente ao *Arquivo: convento do Carmo*; e 1251-T-87 referente à *Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo*, os bens desses quatro processos estão localizados no município de Santos.¹⁷⁴ Tivemos acesso a esses processos por meio do SEI 01458.000493/2015-67. O processo de nº 216-T-39 versou sobre o tombamento da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo que foi inscrita nos Livros de Tombo Histórico e das Belas Artes no ano de 1940, e “o tombamento

¹⁶⁹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*. Nº Processo “T” 188. Itu – SP. 1938, f.1

¹⁷⁰*Idem, ibidem*, f.2.

¹⁷¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santana; Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*. Nº Processo “T” 215. Itanhaem – SP. 1939.

¹⁷²*Idem, ibidem*, s/p.

¹⁷³*Idem, ibidem*, fls. 3-5.

¹⁷⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Nº Processo “T” 216. Santos – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de N.S.do Carmo*. Nº Processo “T” 217. Santos – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Arquivo: Convento do Carmo*. Nº Processo “T” 661. Santos – SP. 1962.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo*. Nº Processo “T” 1251. Santos – SP. 1987.

abrange o acervo de documentos antigos do Arquivo da Ordem Terceira, tendo em vista o extravio de vários deles, ali ocorrido, o que originou a ação judicial instaurada para a respectiva busca e apreensão.”¹⁷⁵ Ao processo 216-T-39 foi anexado o de número 661-T-62 referente ao *Arquivo: Convento do Carmo*.¹⁷⁶ Esses quatro processos trazem uma malha documental extensa, composta por informações de mais de 7 décadas, levando em consideração que há documentação da década de 1930 e ainda houve informações incorporadas no ano de 2015. De maneira sucinta, Andressa Furtado da Silva Aguiar – Chefe do Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro – procurou explicar à Coordenadora-Geral Substituta do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, qual o teor dos processos e busca uma solução¹⁷⁷ :

1. Dando prosseguimento à análise de processos de tombamento sem conclusão para encaminhamento ao DEPAM para a tomada de providências, identificamos a seguinte situação que merece avaliação pormenorizada dessa Coordenação:
2. O processo **1251-T-87** refere-se à **Igreja da Ordem Primeira do Carmo** e seu Arquivo, incluindo os remanescentes do Convento do Carmo. Nos documentos do processo, vemos que o acervo tombado em caráter urgente na década de 60 (processo **0661-T-62**) na verdade pertencia à **Ordem Primeira** e não à **Ordem Terceira**. A incorporação da documentação do acervo do processo **0661-T** ao processo **0216-T-39** foi equivocada. Porém, no processo 1251-T sugere-se que o acervo da Ordem Terceira também seja tombado, pois constitui importante fonte histórica. O processo **0217-T-38** foi anexado ao **1251-T**. E também fica claro que as Igrejas da Ordem Primeira e Terceira constituem um conjunto (sendo inclusive "alinhas e unidas por uma única torre"; Ofício nº 23/87). Há, inclusive, **um parecer datado de 2009 no final do processo favorável ao tombamento**.
3. O processo **217-T-39** refere-se à Igreja e ao Convento de Nossa Senhora do Carmo (Ordem Carmelitana) e, lendo a documentação, vemos que se trata da Igreja da **Ordem Primeira** que, junto com a Igreja da **Ordem Terceira**, constitui o conjunto religioso carmelitano de Santos - SP. Por esse motivo foi anexado ao processo 1251-T, conforme mencionado anteriormente.
4. O processo **0216-T-39** refere-se à Igreja da **Ordem Terceira** de Nossa Senhora do Monte do Calmo que foi **tombada em 1940**. No meio do processo, encontramos documentos entranhados (**já da década de 60, referentes ao processo 0661-T-62**) que relatam a necessidade urgente do tombamento dos documentos do Arquivo da Igreja, que corriam risco, uma vez que alguns já haviam sido retirados do acervo por um professor da UnB.5. Na década de 60 foi aberto o processo 0661-T-62, referente aos arquivos do Convento do Carmo. Houve uma associação dos documentos à Igreja da **Ordem Terceira**, fazendo com

¹⁷⁵*Idem, ibidem*, fls. 18-20.

¹⁷⁶*Idem, ibidem*, f.23.

¹⁷⁷*Idem, ibidem*, s/p.

que o acervo documental fosse incluído na inscrição do processo 0216 e "entranhado" no mesmo.

6. Desta forma, encaminhamos os processos em epígrafe para análise do DEPAM e sugerimos que, caso seja seguida a orientação do parecer ao final do processo 1251-T para que se cumpra o encaminhamento ao Conselho Consultivo, seja realizada a anexação do processo 1251-T ao 0216-T (consequentemente os processos 0217-T e 0661-T também seriam anexados) e rerratificação do tombamento da Igreja da Ordem Terceira, incluindo a Igreja da Ordem primeira e os acervos, já que se menciona diversas vezes que as igrejas constituem um mesmo conjunto religioso. 7. Ressaltamos que os processos não estão numerados de forma a aguardarmos manifestação da Coordenação para reorganização da documentação, convertendo-a em processo único principal com os respectivos anexos (processos acessórios). Sendo assim, deverão ser devolvidos ao Arquivo Central para que se proceda à organização do(s) processo(s) e devolução imediata para a tramitação e finalização da instrução.¹⁷⁸

A seguir, no processo de tombamento 221-T-39, aberto em 1939, versou sobre a *Capela de São João Batista*, no município de Carapicuíba e da *Igreja de Nossa Senhora da Escada*, no Município de Guararema.¹⁷⁹ Este processo também contou com duas notificações de anuência, mas sem grandes problemas já que a anuência foi assinada em 1941.¹⁸⁰

Ainda em 1939, foi aberto o processo de tombamento de nº 222-T-39, sobre a *Capela de Nossa Senhora da Conceição*, em Santana de Parnaíba.¹⁸¹ É um caso que também conta com dois pedidos de anuência, porém não há uma cópia da primeira tentativa de ciência.¹⁸² Embora o processo tenha sido iniciado no ano de 1939, em seu conteúdo só há peças a partir de 1940. E não é apenas por isso que este processo de tombamento é peculiar, mas sim, porque foi o proprietário do edifício, Fausto M. Barretos, que apresentou uma espécie de histórico para o bem, serviço este não realizado pelo órgão.¹⁸³ Barretos afirmou ao SPHAN que:

¹⁷⁸*Idem, ibidem.*

¹⁷⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de São João Batista e Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*. Nº Processo "T" 221. Carapicuíba - SP e Guararema - SP. 1939.

¹⁸⁰*Idem, ibidem*, fls. 3 e 4.

¹⁸¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna*. Nº Processo "T" 222. Santana de Parnaíba - SP. 1939.

¹⁸²*Idem, ibidem*, f.2.

¹⁸³*Idem, ibidem*, f.5

tenho a declarar, annuir com o tombamento da “Capella de Nossa Senhora Conceição Voturuna, em Parnahyba neste Estado de São Paulo, e de minha propriedade, uma vez que esse departamento Federal se encarregue as suas expensas, mandar construir prédio novo, pois da primitiva Capella só resta uma pequena parte do alicerce, uma porta aproveitável uma janela em mau estado, e, os cachorros do telhado, ainda aproveitáveis. A actual capellinha acha-se em local anti-esthetico, pois entrando-se na sedé da Fazenda, ve-se a mesma pelos fundos, e ainda mais a face lateral e oz fundos da mesma virada para a fachada da residência e muito encostada a ella. A reconstrucção deslocada alguns metros da residencia e virada para outra face, tornaria outro ambiente de belleza. Chamo a sua preciosa attenção para o pessimo estado em que se encontra o altar, e se até o momento nada providenciei foi por não conhecer pessoa competente para esse serviço. Quando tomei posse da fazenda o matto entrava na capella não existia porta na mesma e o telhado ruia, e essas providencias foram por mim executadas.¹⁸⁴

Rodrigo M. F. de Andrade, então, autorizou Luís Saia, assistente técnico do SPHAN na 6ª região, a estudar o caso e fazer um plano de restauração e conservação¹⁸⁵, algo que podemos presumir que nunca aconteceu, já que não há mais nenhuma informação referente a isso no processo. Aliás, a próxima informação, e última, é da certidão informando que o bem foi inscrito no *Livro do Tombo Histórico* e no *das Belas Artes*.¹⁸⁶

Por meio deste processo de tombamento percebemos que não houve nenhum esforço, pelo menos aparente, de trazer maiores informações sobre o objeto que foi preservado. Fato é que dos objetos preservados que trabalhamos até este momento nenhum contou com informações que justificassem seu tombo, pelo menos não há nenhuma informação pertinente e substancial no interior destes documentos administrativos.

No ano de 1943, foi aberto o processo de tombamento nº 325-T-43 que versou sobre o *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*.¹⁸⁷ Luís Saia, a esta altura chefe da divisão paulista do IPHAN,¹⁸⁸ escreveu um relatório para

¹⁸⁴*Idem, ibidem.*

¹⁸⁵*Idem, ibidem*, f. 6.

¹⁸⁶*Idem, ibidem*, s/p.

¹⁸⁷BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943.

¹⁸⁸Trindade, J. (2014). Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (18-19), 123-169, p.127, nota de rodapé 2. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i18-19p123-169>>, último acesso em 30/10/2019.

Rodrigo M. F. de Andrade sobre o respectivo bem que estava sendo estudado para possível tombamento:

Tendo sido informado pelo diretor do I.P.T. anexo à Escola Politécnica que o mesmo está interessado na aquisição de terrenos anexos ao edifício do Convento da Luz, e consultado sobre qual era o ponto de vista deste Serviço a respeito, si o mesmo já estava sendo efetivado e que seria interessante que as pretensões [sic] daquele Estabelecimento, no concernente aos ditos terrenos, fossem formuladas com a necessaria precisão de modo a possibilitar á esta Região do Serviço um estudo circunstanciado do problema, delimitando assim a zona que atinge o monumento nos termos da lei em vigor. Tomei a liberdade de informar tambem se tratar de um assunto em que o Serviço tinha o maior empenho em preservar o monumento, por se tratar do único edificio paulistano realmente defensavel do ponto de vista do Serviço. O pedido de tombamento do Convento da Luz já foi enviado a V.S. há tempos. Mas atuais circunstanciais, me parece de maior interesse apressar a inscrição do edificio em questão e, no sentido de facilitar orientação deste Serviço, podem dar uma ideia do objeto a tombar. Estou, por outro lado, preparando um relatorio sobre a parte historica da construção, o que espero terminar e enviar ainda nesta semana. Procurarei tambem estudar o esquema geral da construção, ja que um levantamento minucioso se torna bastante complicado á vista do Convento estar ocupado por religiosas. Aguardo, para poder tirar as fotos do Serviço (as que vão nos foram emprestadas por frei Adalberto Ortmann) não só a vinda do fotografo mas tambem uma ordem especial ja pedida. Os dados essenciais da construção são os seguintes:
 1603-fundação da primitiva capela.
 1774-inauguração de um recolhimento.
 1790 (mais ou menos) foi iniciada a construção atual, na qual, posteriormente foram feitas varias reformas.
 Uma bibliografia completa, na medida do possivel, sera enviada juntamente com o próximo relatorio.¹⁸⁹

Por meio deste excerto notamos algo curioso no apontamento de Saia: “Tomei a liberdade de informar tambem se tratar de um assunto em que o Serviço tinha o maior empenho em preservar o monumento, por se tratar do único edificio paulistano realmente defensavel do ponto de vista do Serviço.”¹⁹⁰ Curioso que no momento desta fala, no município de São Paulo, já existiam pelo menos dois bens tombados, *A Igreja de São Miguel Paulista* e a de *São Gonçalo*. Frisamos a expressão “pelo menos dois bens” se

¹⁸⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943, s/p. Grifo nosso.

¹⁹⁰*Idem, ibidem*, s/p.

levarmos em consideração que esta pesquisa está ancorada apenas nos bens de característica religiosa católica, que são onde estas duas edificações estão enquadradas.

Uma semana depois, Saia escreveu para Rodrigo M. F. de Andrade informando das dificuldades de fazer o relatório que havia prometido. Informou que ocorreram reformas, mas que não encontrou documentação para historicizar as transformações. Informou também endereço, proprietário, responsável legal e bibliografia para embasar o tombamento.¹⁹¹ Dentro deste processo de tombamento há plantas do edifício.¹⁹²

Em 2 de agosto de 1943, Rodrigo M. F. de Andrade enviou notificação de número 512 para Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, informando os ritos dos tombamentos e do interesses de tombar o Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz, nos *Livros de Tombo Histórico* e no *das Belas Artes* e esperava contar com a anuência.¹⁹³ Por meio do Ofício 525, Rodrigo M. F. de Andrade comunicou a Revdm^a Madre Oliva Maria de Jesus, D.D., Abadessa do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, acerca do tombamento informando que a Mitra Arquiepiscopal tinha sido notificada, mencionou os ritos do tombamento, mas em momento algum mencionou sobre anuência por parte da Abadessa.¹⁹⁴

O Arcebispo Metropolitano ao responder sobre o tombamento disse nada ter de contrário à medida preservacionista¹⁹⁵. Em 16 de agosto de 1943, o complexo foi inscrito nos *Livros de Tombo Histórico* e no *das Belas Artes*.¹⁹⁶ No mesmo dia, Rodrigo M. F. de Andrade comunicou ao Exm^o e Revdn^o D. José Gaspar de Affonseca e Silva sobre a inscrição devido a sua anuência.¹⁹⁷

Em seguida, há dois recibos assinados na data de 7/7/1943, por um padre referente à notificação 512 – ressaltamos que a data é supostamente antes da notificação ser escrita¹⁹⁸; já que a dita notificação datou agosto de 1943.¹⁹⁹

Saia, em setembro de 1944, informou que a Prefeitura de São Paulo pretendia desapropriar um terreno contíguo ao edifício tombado, mas que em nada afetaria o bem. O terreno desapropriado seria utilizado pela construção de um grupo escolar. E em

¹⁹¹*Idem, ibidem.*

¹⁹²*Idem, ibidem.*

¹⁹³*Idem, ibidem.*

¹⁹⁴*Idem, ibidem.*

¹⁹⁵*Idem, ibidem.*

¹⁹⁶*Idem, ibidem.*

¹⁹⁷*Idem, ibidem.*

¹⁹⁸*Idem, ibidem.*

¹⁹⁹*Idem, ibidem.*

contrapartida seria dado um terreno em frente ao edifício tombado para construção de um jardim. Esse terreno era de um particular que seria desapropriado.²⁰⁰

Foi anexado ao processo uma publicação jornalística informando que o Convento da Luz não seria demolido e que era um patrimônio nacional.²⁰¹ A seguir há um certificado do tombamento.²⁰²

Em 8 de fevereiro de 1963 foi solicitado a Rodrigo M. F. de Andrade por meio do Juízo dos feitos da Fazenda Nacional em São Paulo: 1) imagem do jornal que publicou o tombamento do Convento da Luz, também a transcrição do tombamento e o número do livro do tomo; 2) quais bens foram tombados em SP, e informações como livro do tomo, imagem do jornal que publicou o tombamento; 3) informações sobre o artigo 4º do decreto-lei 25, de 30/11/1930; e 4) informações trocadas entre o órgão de preservação e o convento antes de realizado o tombamento.²⁰³

No dia 20 do mesmo mês Rodrigo M.F. de Andrade respondeu ao Juiz enviando alguns documentos.²⁰⁴ Lygia Martins Costa²⁰⁵, desejava saber a área do terreno preservado, se a incorporação do terreno e desapropriação na década de 1940 fora realizada. Não houve resposta.²⁰⁶

Percebemos que, até aquele momento, este foi o único bem sobre o qual existiu uma preocupação em levantar dados sobre sua história, pelo menos este é o único processo, até aqui, que fez esta sinalização.

No ano de 1944 foi aberto o processo de tombamento de nº 343-T-44, referente à *Capela de Nossa Senhora do Pilar*,²⁰⁷ no município de Taubaté. Este foi um daqueles

²⁰⁰ *Idem, ibidem.*

²⁰¹ O Convento da Luz é um monumento nacional. Entrevista de Paulo Zingg com LuisSaya. APUD BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943, s/p.

²⁰² *Idem, ibidem.*

²⁰³ *Idem, ibidem.*

²⁰⁴ *Idem, ibidem.*

²⁰⁵ No ano de 1952, foi “convidada por Rodrigo Mello Franco de Andrade para trabalhar no IPHAN, tornando-se a primeira mulher museóloga do Patrimônio”. No IPHAN, Costa exerceu funções como de secretária da Comissão de Belas Artes; como técnica na Seção de Belas Artes; chefiou a seção de artes; também foi diretora da Divisão de Estudos e Tombamentos; idealizou e organizou o Museu da Abolição, em Recife, dentre outras atividades. Informações coletadas em: SÁ, Ivan Coelho de. Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. *Museologia & interdisciplinaridade* Vol. IV, nº 8, dez. de 2015.

²⁰⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943, s/p.

²⁰⁷ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora do Pilar*. Nº Processo “T” 343. Taubaté – SP. 1944.

processos como os da primeira década do SPHAN em que de documentação substancial há apenas a notificação de tombamento. O único adendo a ser feito refere-se à sugestão vinda com a concordância de anuência: à tinta, Monsenhor João José de Azevedo respondeu ao SPHAN concordando com o tombamento e sugerindo que o órgão de preservação desse atenção à Igreja de São José de Pindamonhangaba, frisando os túmulos de pindamonhangabenses ilustres, salientando que alguns compuseram a escolta de D. Pedro I até o Rio do Ipiranga.²⁰⁸ Rodrigo M. F. de Andrade respondeu informando que pediria para Luís Saia realizasse um estudo para verificar se existia a possibilidade de tombamento.²⁰⁹

A seguir, traremos apontamentos sobre o processo de nº 346-T, referente à *Capela interna da antiga Casa Grande do sítio Querubim*, aberto no ano de 1945.²¹⁰ O processo teve início com uma correspondência, de próprio punho, de Saia para Rodrigo M. F. de Andrade informando acerca da Capela do Sítio Santo Antonio, e que aparentemente Saia esteve no local no ano de 1939.²¹¹ Em 6/2/1945, Saia informou a Rodrigo M. F. de Andrade da intenção do proprietário de realizar obras no Sítio Querubim e que isso poderia impactar de maneira irreparável a edificação do século XVI. Saia também recomendou que apenas a Capela fosse alvo de tombamento, já que os demais edifícios restantes estavam em estado de ruínas. Saia ainda sinalizou que a delegacia regional de São Paulo notificou o proprietário para que aguardasse um pronunciamento do SPHAN para que pudesse realizar obras na propriedade.²¹²

Em 9 de fevereiro de 1945, Rodrigo M. F. de Andrade, notificou o proprietário de que a Capela interna da antiga Casa Grande do sítio Querubim seria tombada nos *Livros de Tombo Histórico* e no *das Belas Artes* e que esperava a anuência do proprietário.²¹³ A notificação foi enviada para São Paulo, na responsabilidade de que Saia encaminhasse ao proprietário e retornasse o recibo de anuência para sede no Rio de Janeiro.²¹⁴

Saia informou a Rodrigo M. F. de Andrade que o proprietário recusou-se a receber e assinar o recibo, embora tenha sido informado de que a assinatura significava que

²⁰⁸*Idem, ibidem, s/p.*

²⁰⁹*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁰BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da Capela*. Nº Processo “T” 346. São Paulo – SP. 1945.

²¹¹*Idem, ibidem, s/p.*

²¹²*Idem, ibidem, s/p.*

²¹³*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁴*Idem, ibidem, s/p.*

recebeu a notificação e não que estava de acordo com o tombamento.²¹⁵ Rodrigo informou a Saia que solicitaria “intermédio da Procuradoria Regional da República, em São Paulo”, para que o proprietário fosse notificado de modo judicial.²¹⁶ Em seguida, no processo, está o ofício encaminhado ao Procurador Geral da República solicitando auxílio na questão, levando em consideração que não foi possível entendimento por meio administrativo.²¹⁷

Na sequência, ocorreram trocas de documentos administrativos entre os órgãos e também internamente entre a sede da Procuradoria no Rio de Janeiro e a delegacia de SP.²¹⁸ No mês de abril do mesmo ano, em umas dessas trocas de informações, a Procuradoria Geral da República informou que Emílio Guerra não era o proprietário do imóvel de acordo com o Oficial do Registro de imóveis da Comarca de São Roque.²¹⁹ Continuaram as trocas de informações entre os órgãos e também internamente no órgão de Patrimônio.²²⁰

Luís Saia, em abril de 1945, informou a Rodrigo M. F. de Andrade que, de fato, Emilio Guerra era o proprietário do imóvel, mas como a compra foi realizada com herdeiros do sítio e o inventário não estava finalizado, ele não constava como o proprietário do imóvel, porém ele já estava de posse da propriedade em tela. Saia solicitou que Melo Franco de Andrade desse prosseguimento ao processo junto à Procuradoria Geral da República.²²¹ Seguiram-se mais trocas de informações administrativas.²²²

Saia, em setembro de 1945, informou a Rodrigo M. F. de Andrade “que o Snr. Juiz de Direito daquela comarca, em resposta ao ofício nº57/45, que lhe dirigi em 14 deste, informou que a averbação de um gravame que deve pesar sobre a capela em questão, foi feita em 9 de maio de 1945.”²²³

²¹⁵*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁶*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁷*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁸*Idem, ibidem, s/p.*

²¹⁹*Idem, ibidem, s/p.*

²²⁰*Idem, ibidem, s/p.*

²²¹*Idem, ibidem, s/p.*

²²²*Idem, ibidem, s/p.*

²²³*Idem, ibidem, s/p.*

Por fim, em 15/2/1959, de modo compulsório, a Capela da Casa-Grande do Sítio Querubim foi tombada e inscrita no *Livro do Tombo Histórico*.²²⁴ Percebemos que este foi o primeiro processo que teve um tombamento com desfecho de modo compulsório.

O processo de tombamento de nº348-T62, aberto em 1945, referiu-se ao *Mosteiro e Igreja de São Bento*, no município de Santos²²⁵. O processo foi aberto com uma correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade para Luís Saia:

Estando o Mosteiro de São Bento, de Santos, na iminência de sofrer certas obras que lhe poderão gravemente prejudiciais, o nosso amigo D. Clemente advertiu-me a esse respeito e lembrou-me que por não se achar ainda tombado o referido monumento, estaríamos sem elementos para orientar aquelas obras e até para impedir que as mesmas lhe viessem a causar danos graves. À vista das circunstâncias, submeti o caso ao estudo do Lúcio que, tendo examinado a documentação fotográfica relativa ao mosteiro aqui existente no arquivo, opinou pelo tombamento imediato, embora o monumento não lhe pareça de excepcional valor. Tomei, pois, a iniciativa de expedir a notificação correspondente, embora condicionando a respectiva entrega a sua aquiescência: remeto-a por seu intermédio, afim de que, se você julgá-la conveniente e oportuna, providenciar para fazê-la chegar as mãos do destinatário e, caso não concorde com o tombamento, queira devolvê-la a esta sede, com as ponderações que lhe ocorrerem.²²⁶

Rodrigo M. F. de Andrade, mencionou nesta correspondência D. Clemente, muito provavelmente era D. Clemente Maria da Silva Nigra, religioso pertencente à ordem beneditina e funcionário do IPHAN, especialista em arte sacra.²²⁷ Religioso que chegou

²²⁴*Idem, ibidem*, s/p.

²²⁵BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945.

²²⁶*Idem, ibidem*, s/p.

²²⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.436, anexo 1 – quadro, por grupo, de autores e sua participação, por número, na *Revista do SPHAN* (1938-1946), p.436 e anexo 2 – quadro geral de autores, membros do conselho consultivo e/ou técnicos do SPHAN (anos 1930-1940), p.443. ; SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cintia Mayumi de Carli Silva*. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.105 - Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 02/07/2019.

a interceder dentro da ordem em outro processo de tombamento, como já mencionamos anteriormente.²²⁸

No mesmo dia, Rodrigo M. F. de Andrade comunicou ao Prior Aidano Erbert, por meio da notificação nº 525, que havia sido determinada a inscrição nos *Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes*, por meio do decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, da Igreja e Mosteiro de São Bento, propriedade do Priorado de Nossa Senhora do Auxílio.²²⁹

Há um breve relatório do ano de 1947 acerca deste processo informando que a notificação nº525 não pôde ser entregue devido à II Guerra Mundial, pois a comunidade do mosteiro estava afastada de Santos a pedido da Polícia do Estado tendo em vista sua nacionalidade alemã, inclusive a do prior. Também mencionou a importância de inscrever imagens, objetos e pinturas nos livros do tomo, levando em consideração que existia a pretensão de alugar o prédio e de o edifício sofrer alterações. Não há o nome do técnico que assinou o relatório, por conta de perda de informação no próprio documento pesquisado.²³⁰

Em agosto de 1947 indicaram-se para preservação oficial Igreja e o Mosteiro do Priorado de Santos e objetos pertencentes a ele.²³¹

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Revm^a, para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição nos Livros do Tombo a que se refere o art. 4º, nºs 2 e 3, do citado decreto-lei, dos seguintes bens pertencentes ao Priorado de Nossa Senhora do Auxílio, do qual é V. Revm^a digno representante legal:

Igreja e Mosteiro de São Bento, da cidade de Santos, Estado de São Paulo, compreendendo não apenas o edifício como também as seguintes peças de escultura:

1. Imagem de N^a S^a do Monteserrate, em barro, da autoria de Frei Agostinho de Jesus (60 cms.);

²²⁸ MAYUMI, Lia. Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005. 329f. Tese (doutorado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 264-267. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/pt-br.php>>, último acesso em 01/07/2019.

²²⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945, s/p.

²³⁰ *Idem, ibidem.*

²³¹ *Idem, ibidem.*

2. Imagem de N^a S^a da Conceição, da autoria do mesmo artista, procedente do antigo Mosteiro de Parnaíba e atualmente em Jundiá (85 cms.);
3. Imagem de Santa Luzia, procedente da casa paroquial de Parnaíba, também atualmente em Jundiá (51 cms.);
4. Imagem de São Bento, em madeira, igualmente em Jundiá (1,12 cms.);
5. Imagem de Santa Gertrudes, em madeira (86 cms.);
6. Imagem de N^a S^a da Conceição, em barro (26 cms.);
7. Imagem de Cristo crucificado, em marfim (40 cms.);
8. Imagem de Cristo crucificado, em madeira (1,40 cms.);
9. Imagem de Cristo crucificado, em madeira (1,40 cms.);
10. Conjunto de imagens da Sagrada Família (madeira);
11. Imagens de Sant'Ana e N^a S^a menina, em barro (62 cms.);
12. Dois painéis pintados sobre madeira, representando “A Assunção” e “A Visitação” (74 cms. X 70 cms.);
13. Dois castiçais de prata seiscentista;
Uma custódia de prata, atualmente em Jundiá.²³²

Em março de 1948, Aidano Erbert assinou ter recebido a notificação de número 539, só há uma observação, à tinta, que não é um painel de pintura de Assunção, mas sim da Anunciação.²³³ Em março de 1948, a Igreja e o Mosteiro de São Bento e peças de esculturas foram inscritas no *Livro do Tombo das Belas Artes*.²³⁴ Neste processo nota-se que embora as duas notificações de anuência tenham sinalizado que os bens deveriam ter sido inscritos no *Livro do Tombo Histórico* e no *das Belas Artes*, apenas foram inscritos no *das Belas Artes*. Nada no processo justificou tal escolha. Podemos levantar a hipótese de que tal decisão possa ter se originado em uma sugestão de D. Clemente Nigra, um especialista em artes sacras²³⁵, e possível deflagrador do desfecho para a preservação dos bens²³⁶

²³²*Idem, ibidem.*

²³³*Idem, ibidem.*

²³⁴*Idem, ibidem.*

²³⁵CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os *Arquitetos da Memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 436, anexo 1 – quadro, por grupo, de autores e sua participação, por número, na *Revista do SPHAN* (1938-1946) e anexo 2 – quadro geral de autores, membros do conselho consultivo e/ou técnicos do SPHAN (anos 1930-1940), p.443. ; SILVA, Cintia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*: editor, autores e temas / Cintia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010, p.105 - Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 02/07/2019.

²³⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945, s/p.

O processo de tombamento nº 384-T-48, referente à *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*, na cidade de Itu, aberto no ano de 1948 foi um processo mais denso e longo, contando em sua composição 4 volumes e um anexo.²³⁷

Em 2 de setembro de 1948, diretor Alcides da Rocha Miranda, chefe da S.H., ao Diretor-Geral da D.E.T.:

Aham-se inventariados no arquivo desta Divisão, como conjunto arquitetônico digno de aprêço, o convento e igreja do Carmo, de Itu, no Estado de São Paulo. Não obstante reformas sucessivas por que passaram tanto o convento como a igreja, apresenta o edifício características apreciáveis de construção do século XVIII, conservando ainda a igreja sua bela decoração daquela época, magníficos exemplares de pintura e ótimas peças de imaginária e torêutica. Para maior resguardo desses elementos, esta Divisão toma a iniciativa de propor-vos a inscrição do conjunto no Livro de Tombo das Belas Artes.²³⁸

Na mesma data fora providenciada uma notificação de tombamento, que em seu interior continua o desejo de tombar além das edificações também as obras de artes inseridas nestas edificações.²³⁹ Esta notificação foi respondida pouco mais de 15 dias depois pelo Frei Celso Figueiredo, Superior da Província Carmelitana em São Paulo, sendo o proprietário Província Carmelitana Fluminense, dona do bem em questão.²⁴⁰ Figueiredo respondeu informando que o convento e a igreja não possuíam valor histórico e nem artístico e no quesito arquitetônico estava desconfigurado devido às mudanças sofridas, enumerando muitas delas, por isso acreditava que o tombamento não seria adequado.²⁴¹

Rodrigo M. F. de Andrade chegou a enviar um parecer de Luís Saia ao religioso Figueiredo.²⁴² Saia, em correspondência, afirmou que o religioso aceitou receber uma

²³⁷BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948.

²³⁸*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²³⁹*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴⁰*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴¹*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴²*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

visita técnica para inspeção dos imóveis.²⁴³ Em outubro daquele ano, Rodrigo M. F. de Andrade pediu urgência no andamento do processo.²⁴⁴

No ano de 1950, o diretor do IPHAN solicitou uma resposta de Saia de como estava o andamento do processo, mas, Saia respondeu que ainda não tinha sido possível fazer um levantamento do bem.²⁴⁵

Em março de 1967, um ofício de Saia para o diretor substituto do DPHAN, Renato Soeiro, informou que era possível dar prosseguimento ao processo da Igreja do Carmo em Itu e em Mogi das Cruzes, já que naquele momento, o DPHAN em São Paulo tinha pessoal suficiente. No mesmo documento, Saia informou que a igreja de Mogi das Cruzes poderia ser demolida, e que a do Carmo de Itu tinha tido suas pinturas trabalhadas pelo professor Edson Mota à guisa de restauração.²⁴⁶

Aqui é interessante notar que ficou transparente no processo de tombamento a dificuldade de dar andamento nos trabalhos por falta de funcionários, ficando evidente as práticas corriqueiras de atuação em condições desfavoráveis frente à sanha do mercado imobiliário junto a comunidades religiosas.²⁴⁷

O tombamento é, porém, efetivado em 1967, mas o processo vai sendo alimentado por discussões entre a proprietária do bem, a prefeitura, a população de Itu devido uma obra nas imediações do patrimônio, ocorrendo o envolvimento, inclusive, da polícia em certo episódio.²⁴⁸

A vaga expressão “*Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*”, é o mote do processo de tombamento que tramitou sob número 514-T-51, datado de 1951, na cidade de São Vicente.²⁴⁹

²⁴³*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴⁴*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴⁵*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴⁶*Idem, ibidem*, Vol. I, s/p.

²⁴⁷ MALLORGA, Bruna Valença. *A Igreja de São Gonçalo nas perspectivas dos órgãos de preservação*. (mimeo)

²⁴⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948. Vol. I, s/p.

²⁴⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*. Nº Processo “T” 514. São Paulo – SP. 1951.

O processo foi iniciado tendo por base uma discussão acerca da lei nº 1618-A, de 06.06.1952. Na capa do processo há a informação de que ele versa sobre os “edifícios e logradouros remanescentes da vila colonial São Vicente Est. De São Paulo”²⁵⁰ e à tinta, há um acréscimo: “Particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas, erigidas em Monumento Nacional, pela lei nº 1618-A, de 06.06.1952.”²⁵¹

Um parecer está apensado, o qual foi elaborado pela Comissão de Educação e Cultura que versou sobre um projeto apresentado pelo Deputado Antonio Feliciano que visava “erigi[r] em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de São Vicente, em São Paulo.”²⁵² O projeto estava baseado em um de outro deputado, Medeiros Neto, para a cidade de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.²⁵³

Na tramitação do projeto, lemos que:

Não nos parece conveniente, sob nenhum ponto de vista, que cidades inteiras sejam erigidas em monumento nacional, como é bem de ver-se, por maiores que sejam as suas características históricas, nenhuma cidade brasileira, já agora, é composta totalmente de edifícios ou de bens outros históricos. Sempre existirão nelas prédios modernos, ou mesmo edifícios velhos, mas que não oferecem interêsse nenhum à defesa do patrimônio histórico e artístico do País.²⁵⁴

Seguiram argumentando acerca da dinâmica de ação do DPHAN, apontando que o órgão selecionava e salvaguardava os bens que deveriam ser preservados, e sendo um órgão de tutela, autorizações de modificações e reparos nos bens tombados deveriam ser expedidas por ele. Também frisou que tombar uma cidade significaria pedir autorização até para coisas mais banais, como realizar limpezas nos edifícios ou pequenos reparos cotidianos.²⁵⁵ Concluíram frisando, ainda, a possibilidade de punição para aqueles que não cumprissem suas exigências, seja por dolo ou culpa.²⁵⁶

²⁵⁰*Ibidem*, Capa.

²⁵¹*Idem, ibidem*.

²⁵²*Idem, ibidem*, f. 1.

²⁵³*Idem, ibidem*.

²⁵⁴*Idem, ibidem*.

²⁵⁵*Idem, ibidem*, fls. 1 e 2.

²⁵⁶*Idem, ibidem*.

A questão é que, de fato, os remanescentes foram tombados pelo órgão preservacionista, porém mesmo após o tombamento o legislativo não tinha uma definição do que eram estes remanescentes. Esta discussão se arrastou por muito tempo e ainda não está claro o que de fato está tombado se analisarmos o processo de tombamento.²⁵⁷

O processo de tombamento nº 556-T-57, aberto em 1957 tinha a finalidade de preservar o *Retábulo da Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, situado perpendicularmente à nave da Igreja de Santo Antônio do Valongo*, em Santos.²⁵⁸

Em 8 de março 1957, após uma inspeção do órgão no Estado de São Paulo, dentre outros bens, recomendou-se ao diretor geral do SPHAN o tombamento do: “Retábulo da Capela-lateral da Igreja de Santo Antônio do Valongo. Peça de expressivo teor artístico e documental da talha e risco dos fins do séc. XVII.” Como diziam no documento, naquele momento, a peça estava “em bom estado de conservação”²⁵⁹, tal documento fora assinado por Edgard Jacintho da Silva.²⁶⁰

O processo foi se arrastando com poucas informações. Em 1999, o IPHAN voltou-se para este processo, dando-lhe continuidade.²⁶¹ Houve uma visita de um técnico que identificou a descaracterização do bem, salientando que o tombamento não seria interessante. Todavia, apontou-se um interesse da municipalidade de Santos no tombamento já que área em questão estava passando por um processo de intervenção urbana promovido pela prefeitura santista.²⁶² Por fim, por aprovação do Conselho

²⁵⁷Na certidão de tombamento não constou quais são estes remanescentes da Vila. *Idem, ibidem*, f.31

²⁵⁸BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. São Paulo – SP. 1957.

²⁵⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. São Paulo – SP. 1957. Volume I. Folha 1.

²⁶⁰Arquiteto que fez parte da leva de funcionários que iniciaram os trabalhos no SPHAN entre os anos de 1937-1940, locados no Rio de Janeiro com a função de coordenar as atividades do órgão. Foi “chefe da Divisão de Conservação e Restauração” da DPHAN. Auxiliou no projeto de concepção do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Informações disponíveis em: CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista IEB*, São Paulo, n. 55, p. 89-107, 2012, p. 94. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n55/a06n55.pdf>>, acesso em 18/10/2019; FERREIRA, Maria de Simone. De Ruínas a Museus: os casos do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu. *Revista Tempo Amazônico*. V.3, N.1, julho-dezembro de 2015, p. 80-105, p. 84 e 96. Disponível em: <http://www.pr.anpuh.org/resources/download/1482275479_ARQUIVO_Texto6ArtigodeMariaDeSimoneFerreiraFinalizado.pdf>, último acesso em 18/10/2019.

²⁶¹*Idem, ibidem*, fls. 3-16.

²⁶²*Idem, ibidem*, fls. 19- 37; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. São Paulo – SP. 1957. Volume II. Fls.118-190.

Consultivo, o bem foi tombado em 2003. Diga-se de passagem, um tombamento realizado de maneira compulsória.²⁶³

O processo de tombamento nº790-T-67, aberto no ano de 1967, pretendia tomar os seguintes bens: *Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo*, ambas no município de Mogi das Cruzes; e a *Igreja e Convento do Carmo de Itu*, no município de Itu. Porém só as edificações da cidade de Mogi das Cruzes foram contempladas com a chancela do tomo, salientado que ocorreu de maneira compulsória. Ocorreu resistência por parte da instituição religiosa o tomo.²⁶⁴

A seguir, abordaremos o processo de tombamento nº 993-T-78 que versou sobre a *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*, no município de Barueri.²⁶⁵ O processo de tombamento foi uma iniciativa da Assembleia Legislativa, na figura do deputado Januário Mantelli Neto, por meio da Moção 95 de 1977 de “apelar” ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, para que medidas fossem feitas com o intuito de tomar a Aldeia de Barueri pelo órgão de preservação federal, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.²⁶⁶

Foi realizado um estudo para a *Aldeia de Barueri*, porém o corpo técnico justificou que o tombamento para a região não era cabível já que estava descaracterizada. O mesmo corpo técnico, porém, frisou a importância da *Imagem de Nossa Senhora da Escada*, que estava na Capela da Aldeia de Barueri.²⁶⁷ Foi realizado, também, um estudo para *Imagem*.²⁶⁸

Em 13 de março de 1979 foi enviado ao conselho consultivo do IPHAN um resumo do processo, concluindo que não era necessário tomar a aldeia de Barueri, mas, sim, inscrever a Imagem de Nossa Senhora da Escada nos *Livros do Tombo Histórico e no das Belas Artes*. Recomendava-se, ainda, entrar em contato com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para verificar a probabilidade de abranger a Aldeia de

²⁶³BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. São Paulo – SP. 1957. Volume II. Fls. 305 - 306.

²⁶⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo*. Nº Processo “T” 790. Mogi das Cruzes – SP. 1967.

²⁶⁵ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*. Nº Processo “T” 993. Barueri – SP. 1978.

²⁶⁶*Idem, ibidem*, s/p.

²⁶⁷*Idem, ibidem*, fls. 5 e 6.

²⁶⁸*Idem, ibidem*, fls.34 e 35.

Barueri no Projeto do Parque Ecológico do Tietê, pretendendo-se assim preservar o sítio histórico.²⁶⁹ A inscrição em ambos os livros foi realizada em abril de 1980.²⁷⁰

O último processo de tombamento que teve a chancela do tombo para os bens religiosos católicos no Estado de São Paulo foi o de número 1176-T-85. Este processo versou sobre *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo[...]*. É um processo composto por dois volumes e 5 anexos. Além disso, dentro dele, também foi anexado o processo 586-T-58, referente à *Igreja do Carmo, 3ª Ordem, em São Paulo*.²⁷¹

Em 30 de novembro de 1983, o responsável pelo Museu de Arte Sacra de Itu solicitou o tombamento “das telas pintadas pelo Padre Jesuíno do Monte Carmelo” ao SPHAN de São Paulo, para o diretor regional, Antonio Luiz Dias de Andrade.²⁷² Alegava-se que elas poderiam ser vendidas e que a cidade viria a perder com a saída das imagens.²⁷³

Em 5.9.1985 o diretor geral da 9ª DR/SPHAN/FNPM, Antonio Luiz Dias de Andrade, encaminhou um ofício ao diretor da DTC/SPHAN, Dr. Augusto Carlos da Silva Telles solicitando as providências necessárias para resolução do pedido de tombamento. Em anexo, enviava o parecer realizado pela regional sobre as obras de arte.²⁷⁴

Em 3.9.1985 Carlos G.F. Cerqueira realizou o parecer e encaminhou a Antonio Luiz Dias de Andrade. Disse Cerqueira:

Encaminho-lhe parecer acerca do tombamento das telas do Pe. Jesuíno do Monte Carmelo existentes na igreja de N. Sra. do Patrocínio, de Itu. Como poderá observar no parecer, proponho que se estenda o tombamento à parte paulistana da obra de Jesuíno, de forma a se complementar a proteção do SPHAN

²⁶⁹*Idem, ibidem*, fls. 36-38.

²⁷⁰*Idem, ibidem*, s/p.

²⁷¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP.* Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP.

²⁷²BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP.* Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. Volume I. Folha 1.

²⁷³*Idem, ibidem*.

²⁷⁴*Idem, ibidem*, f.2.

sobre o conjunto de sua produção de pintor sacro. Em decorrência é também proposto o tombamento de outros elementos que julgamos essenciais para a valorização da referida obra.²⁷⁵

No parecer há a informação de que Mário de Andrade já havia feito um estudo sobre as pinturas. O parecerista ainda alertou sobre a importância das pinturas, já que restavam poucos exemplares em São Paulo da obra do pintor religioso.²⁷⁶

O parecer também apontou a existência de outro processo 568-T-58 que versava principalmente sobre a Igreja, o qual não teve o desfecho do tombamento devido à descaracterização da edificação.²⁷⁷

Carlos G.F. Cerqueira fez um parecer de 6 páginas em que trouxe um histórico acerca da edificação e das pinturas. O texto apontava para a importância dessas imagens, assim como de pinturas de freis existentes em outras Igrejas no Estado de São Paulo. O parecer era datado de maio de 1985.²⁷⁸ Também há, em anexo, nesse parecer, um levantamento de “imagens existentes na Capela da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo” e “equipamentos de culto – Capela da Ordem 3ª do Carmo de São Paulo.”²⁷⁹ Há, também, uma lista de 7 imagens de “telas pintadas pelo Padre Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio – Itu.”²⁸⁰ Arrolaram-se, ainda, 11 “pinturas do Padre Jesuíno do Monte Carmelo Igreja da Ordem 3ª do Carmo de S. Paulo”²⁸¹. O documento ainda traz anexadas 17 fotografias das “telas (óleo sobre madeira) pintadas pelo Pe. Jesuíno para antigo Recolhimento de Santa Teresa – S. Paulo Igreja da Ordem 3ª do Carmo de S. Paulo – corredor lateral”²⁸²

Também foram anexadas 3 fotografias das “pinturas existentes na Igreja da Ordem 3ª do Carmo de São Paulo”.²⁸³ Por fim, foram acrescentadas 22 fotografias da “Igreja da Ordem 3ª do Carmo de São Paulo (arquitetura interna, imaginária)”²⁸⁴. Por fim, apensou-

²⁷⁵*Idem, ibidem*, f.3

²⁷⁶*Idem, ibidem*, f.4.

²⁷⁷*Idem, ibidem*, f.7

²⁷⁸*Idem, ibidem*, fls. 3 - 9.

²⁷⁹*Idem, ibidem*, fls. 10 - 15.

²⁸⁰*Idem, ibidem*, fls. 16 - 23.

²⁸¹*Idem, ibidem*, fls. 24 - 35.

²⁸²*Idem, ibidem*, fls. 36 - 53.

²⁸³*Idem, ibidem*, fls. 54 - 57.

²⁸⁴*Idem, ibidem*, fls. 58 - 69.

se uma “relação dos livros de documentos existentes no Arquivo” da “Venerável Ordem Terceira do Carmo de São Paulo.”²⁸⁵

No desenrolar do processo, foram realizados estudos detalhados dos bens. O segundo volume do processo é composto majoritariamente por trocas de informações de memorandos e pareceres institucionais. Em 1996, os responsáveis legais pelos bens em questão foram notificados sobre o tombamento e com ele anuíram.²⁸⁶ O tombamento foi homologado em 1999²⁸⁷.

Como já mencionado, no processo de número 1176-T-85 foi anexado um outro processo de tombamento, o de nº 586-T-58, aberto em 1958 que se referia à *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo*.²⁸⁸

De próprio punho, em novembro de 1958, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou um exame na edificação já que existia a possibilidade de reformas nela.²⁸⁹

O relatório de janeiro de 1959, que versou sobre a visita técnica do órgão federal na Igreja de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, ambas pertencentes à Ordem Terceira do Carmo, acusava maior interesse pela São Francisco. O breve relatório²⁹⁰ foi

²⁸⁵ *Idem, ibidem*, fls. 70 - 74.

²⁸⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP.* Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. Volume II. Folha 235-240, 244 e 245.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, f. 271.

²⁸⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP.* Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. Anexo BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP. 1958. Capa.

²⁸⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP.* Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP. 1958, s/p.

²⁹⁰ *Idem, ibidem*.

elaborado por Edgard Jacintho da Silva, Hermann Hugo Graeser²⁹¹ e Armando Rebollo^{292, 293}.

Em março de 1959, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou a Luís Saia parecer sobre o tombamento da Igreja da Ordem 3ª do Carmo, salientando que se não versasse sobre o edifício pelo menos ponderasse sobre as pinturas de Padre Jesuíno do Monte Carmelo.²⁹⁴

Em 12 de dezembro de 1959, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou a Saia a inscrição das pinturas e que o responsável fosse notificado.²⁹⁵

No dia anterior, Paulo Thedim Barreto, chefe da S.A. informou a Rodrigo M. F. de Andrade de que com a reforma executada, não informando quando ocorreu tal fato, a Igreja perdeu seu valor arquitetônico, mas recomendava o tombamento das pinturas.²⁹⁶

Em março de 1960, Melo Franco de Andrade esperava um posicionamento de Saia sobre o assunto.²⁹⁷ Em janeiro de 1962, mais uma vez Rodrigo M. F. de Andrade solicitou

²⁹¹Fotógrafo, em 1945 foi contratado pelo IPHAN, Costa afirmou que:” este fotógrafo foi um dos poucos contratados como parte efetiva do corpo de funcionários, para esta atividade.”, sendo que prestou serviços para o Instituto desde 1937 de modo freelancer. Também teve papel de informante trazendo informações ao Instituto de possíveis bens que poderiam vir a serem preservados. Costa afirmou ainda que: “Em São Paulo, os documentos produzidos por este fotógrafo são, ainda hoje, as mais consultadas e aquelas que servem de referência enquanto *feição original* do patrimônio.” Informações de COSTA, Eduardo Costa. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN* / Eduardo Augusto Costa. – Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. P.14, 29, 55, 56 e 276. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281153>>, último acesso em 18/10/2019.

²⁹²Arquiteto. Foi técnico do 4º distrito. Foi chefe substituto do IPHAN, no lugar de Luís Saia. Chefe do 4º Distrito Regional do IPHAN. Diretor da 8ª DR/IPHAN. Informações coletadas em: COSTA, Eduardo Costa. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN* / Eduardo Augusto Costa. – Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 236. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281153>>, último acesso em 18/10/2019.; JABUR, Rodrigo Sartori. *Paranaguá: identidade e preservação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2015, p. 65. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-08032016-101211/publico/RodrigoJabur_versaocorrigida.pdf>, acesso em 18/10/2019.; MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. 2005. 329f. Tese (doutorado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.163, 210 e 214. Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/publico/TAIPA_CANELAPRETA_CONCRETO.pdf>, último acesso em 18/10/2019.

²⁹³BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP*. Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP. 1958, s/p.

²⁹⁴*Idem, ibidem*, s/p.

²⁹⁵*Idem, ibidem*, s/p.

²⁹⁶*Idem, ibidem*, s/p.

²⁹⁷*Idem, ibidem*, s/p.

o tombamento para “o mais breve possível”. Porém, o processo findou. Nada mais foi incorporado ao processo.²⁹⁸

Doravante abordaremos os processos de tombamento que tiveram como desfecho o indeferimento para a chancela de proteção. Ao todo foram seis processos, que foram abertos entre os anos de 1946 e 1974 versando sobre os seguintes bens: *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*, no município de Taubaté; *Capela do Padre Bento*, no município de Itu; *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*, no município de Jundiá; *Palácio Episcopal*, no município de São Carlos; *Igreja Pilar*, no município de Ribeirão Pires; e *Igreja: Matriz*, no município de Franca.²⁹⁹

De todos estes processos, apenas o do *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*(362-T-46) gerou dúvidas quanto de quem partiu o pedido de tombamento: se foi uma demanda interna do IPHAN ou de algo externo a ele. Porém, para os outros cinco processos de tombamentos a solicitação de abertura foi uma demanda externa ao órgão. Estes processos também passaram por um momento de hiato de tempo muito grande entre as suas aberturas e as suas resoluções, acarretando em seus arquivamentos.³⁰⁰ De todos estes casos o único que talvez pudesse ter tido um desfecho diferente era o do *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*, porém, houve um desentendimento com o bispo acerca do que seria tombado e com o passar do tempo as peças perderam sua unidade, embora algumas delas ainda estivessem preservadas sob a guarda do museu de Arte Sacra de Taubaté.³⁰¹

O processo de tombamento que versou sobre a *Capela do Padre Bento*, localizada no município de Itu, sob o número 366-T-46, foi aberto em 1946.³⁰² O pedido de

²⁹⁸*Idem, ibidem*, s/p.

²⁹⁹Escrevemos um artigo intitulado *Os bens religiosos católicos: os processos de tombamento indeferidos pelo IPHAN no Estado de São Paulo* que versou sobre os primeiros cinco primeiros processos de tombamento que foram indeferidos para o 3º *Simpósio Internacional / 16º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)* e estamos aguardando um parecer.(mimeo)

³⁰⁰BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*. Nº Processo “T” 362. Taubaté – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela do Padre Bento*. Nº Processo “T” 366. Itu – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*. Nº Processo “T” 743. Jundiá – SP. 1964.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Palácio Episcopal*. Nº Processo “T” 868. Santos – SP. 1972.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Pilar*. Nº Processo “T” 874. Ribeirão Pires – SP. 1973. BRASIL. Ministério da Cultura.; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974

³⁰¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*. Nº Processo “T” 362. Taubaté – SP. 1946.

³⁰²BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela do Padre Bento*. Nº Processo “T” 366. Itu – SP. 1946.

tombamento foi solicitado pelo Deputado Novelli Jr.³⁰³ A edificação estava deteriorada, porém existia a possibilidade de restauro, e fizera parte de um complexo hospitalar para hansenianos em que Padre Bento assistiu tais doentes.³⁰⁴ Porém, o tempo foi passando, e o CONDEPHAAT também chegou a abrir um processo de tombamento, mas decidiu que o bem já estava descaracterizado e, portanto, não deveria ser tombado.³⁰⁵ Na década de 1990, o IPHAN emitiu um parecer alegando que a edificação não tinha valor excepcional para tombamento, ressaltando que a ICAR já possuía muitos exemplares tombados e que no momento da abertura do processo o bem já estava descaracterizado, o que levou o IPHAN, por fim, decidir-se pelo arquivamento do processo.³⁰⁶

Outro bem que não recebeu a chancela do tombo pelo IPHAN foi a *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*, localizada no município de Jundiá. O processo que versou sobre este bem foi o de número 743-T-64 e foi aberto em 1964.³⁰⁷ O pedido de tombamento teve sua abertura solicitada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a justificativa de que era primeira igreja construída por imigrantes italianos da região, e que, portanto, deveria ser preservada pelo IPHAN.³⁰⁸ Embora Rodrigo M. F. de Andrade tenha pedido um pronunciamento do Conselho Consultivo e informações acerca do bem para o 4º distrito,³⁰⁹ só no final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1997, houve nova informação anexada ao processo: a edificação havia sido demolida em 1968.³¹⁰ No parecer que informava sobre a demolição, havia uma ponderação de que mesmo que se este fato não tivesse ocorrido, a edificação não seria tombada, pois não possuía valor excepcional que justificasse a chancela do tombo em caráter nacional.³¹¹ A anuência do arquivamento ocorreu no ano de 1999.³¹²

Em 1972, a Prefeitura de São Carlos, por meio da figura do interventor federal no município, A.T. Vianna, solicitou ao IPHAN o tombamento do *Palácio Episcopal*. Esta discussão recebeu o número de processo de tombamento 868-T-72. O mote do pedido era

³⁰³*Idem, ibidem*, f.2

³⁰⁴*Idem, ibidem*, fls.21-24.

³⁰⁵*Idem, ibidem*, fls. 25-76.

³⁰⁶*Idem, ibidem*, fls. 95-101.

³⁰⁷BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*. Nº Processo “T” 743. Jundiá – SP. 1964.; BRASIL.

³⁰⁸*Idem, ibidem*, f.1.

³⁰⁹*Idem, ibidem*, fls.2-3.

³¹⁰*Idem, ibidem*, fls. 4-7.

³¹¹*Idem, ibidem*, f.10.

³¹²*Idem, ibidem*, f.14.

a presença de pinturas de Benedito Calixto na edificação.³¹³ As pinturas de Benedito Calixto não foram suficientes para justificar o tombamento, mas o IPHAN, em despacho, aconselhou os interessados a procurarem o CONDEPHAAT, apontando “valor regional”. O interventor foi avisado da negativa de tombamento em 1973,³¹⁴ porém, o processo só foi arquivado mais de 4 décadas depois, em 2014.³¹⁵

Ainda sobre processos que sofreram o indeferimento do tombamento temos o que versou sobre a *Igreja do Pilar* (874-T-73), localizada no município de Ribeirão Pires, datado do ano de 1973.³¹⁶ A prefeitura do Município solicitou o tombamento do bem ao IPHAN trazendo um suposto breve histórico e a informação de que a igreja era datada no ano de 1549.³¹⁷ Foram pedidas informações e fotografias para o prefeito da cidade.³¹⁸ Há um grande hiato de tempo no processo, mas, por fim, no ano de 2016, decidiu-se por não tomba a edificação pela falta de valor excepcional.³¹⁹

Outro processo de tombamento que foi indeferido pelo órgão preservacionista federal é o de número 915-T-74 que versou sobre a Igreja Matriz de Franca, localizada no município de Franca composto por dois volumes.³²⁰ Esse processo apresentou dois momentos: o primeiro no ano de 1974 quando foi aberto a pedido do Vereador José Euripedes de Oliveira Ramos justificado pelas obras que estavam acontecendo na edificação e poderia vir a danificá-la.³²¹ Ainda nesse mesmo ano fiéis fizeram um abaixo-assinado solicitando que o bispo reconduzisse à igreja a sua antiga posição de destaque.³²² E Renato Soeiro, diretor do IPHAN, solicitou documentação acerca da edificação para a Câmara Municipal de Franca³²³. E então temos o segundo momento, iniciado no ano de 2014, e com continuidade nos anos subsequentes de 2015 a 2017, o processo é retomado após 40 anos com trâmites administrativos burocráticos, inclusive solicitando

³¹³BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Palácio Episcopal*. Nº Processo “T” 868. Santos – SP. 1972, f.1.

³¹⁴*Idem, ibidem*, fls. 6 e 9.

³¹⁵*Idem, ibidem*, f. 14.

³¹⁶BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Pilar*. Nº Processo “T” 874. Ribeirão Pires – SP. 1973.

³¹⁷*Idem, ibidem*, fls. 1-2

³¹⁸*Idem, ibidem*, fls.16 e 18.

³¹⁹*Idem, ibidem*, fls.45-45v.

³²⁰BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974. Volumes I e II

³²¹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974. Volume I, fls. 24 e 25. 7

³²²*Idem, ibidem*, fls. fls.02-23v.

³²³*Idem, ibidem*, fl.26

documentação ao arquivo histórico municipal – Capitão Hipólito Antonio Pinheiro, para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Turístico do Município de Franca (CONDEPHAT) , e à Paróquia Sé Catedral Nossa Senhora da Conceição, tendo seus pedidos atendidos pelas duas primeiras entidades.³²⁴ Após toda essa documentação encaminhada nos foi apresentado um parecer elaborado por Juliana Mendes Prata, arquiteta IPHAN/SP,³²⁵ no qual trouxe informações como o resumo do andamento do processo; a localização do bem; seu histórico; “caracterização do estado de conservação e preservação” bem ; “outros exemplos de neo-gótico” ; “análise do mérito”; e para concluir o parecer:

Em conclusão, considero que a Igreja Matriz de Franca não possua os atributos para proteção por meio do tombamento federal, por não ter expressão e representatividade de âmbito nacional.

Pelo acima exposto, meu parecer é, s,m,j,, pelo não tombamento da Igreja Matriz de Franca (Catedral Nossa Senhora da Conceição) , no município de Franca, SP, e conseqüente arquivamento do pedido de tombamento.³²⁶

Finalmente, em 2017 o processo de tombamento foi encaminhado para o arquivamento pelo o presidente-substituto do IPHAN.³²⁷

Temos a impressão de que as demandas exteriores ao órgão levavam muito mais tempo para serem processadas ou às vezes nem eram atendidas, não apenas pela perspectiva daquilo que não foi tombado, mas até mesmo pelos bens que foram tombados. Quando existia um pedido advindo de personagens externos ao IPHAN, tem-se a impressão de ser mais morosa a tramitação. Fazemos tal afirmação baseados na leitura dos processos de tombamento para esta dissertação.³²⁸

³²⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974. Volume I fls. 41-200 e volume II fls.202-237.

³²⁵BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974. Volume II fls. 238-251.

³²⁶*Idem, ibidem, s/p.*

³²⁷*Idem, ibidem, fl.255.*

³²⁸BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Referente às *Igrejas de São Gonçalo, de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa, de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180 – Vol. I. São Paulo – SP. 1938.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*. Nº Processo “T” 188. Itu – SP. 1938.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santana; Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*. Nº Processo “T”

Por fim, ainda mencionamos os processos de tombamento que ainda não foram concluídos, portanto não sabemos se serão arquivados ou se receberão a chancela do tombamento.

O processo de número 911-T-74, referente à *Igreja Matriz de N. Sr^a do Monte Serrat* localizada no município de Cotia, ao qual tivemos acesso por meio do SEI 01458.000819/2014-75. No ano de 1974, por iniciativa externa ao IPHAN, foi solicitado o tombamento da Igreja em questão. Renato Soeiro, diretor do órgão, solicitou que Luís

215. Itanhaém – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de São João Batista e Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*. Nº Processo “T” 221. Carapicuíba – SP e Guararema - SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna*. Nº Processo “T” 222. Santana de Parnaíba – SP; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora do Pilar*. Nº Processo “T” 343. Taubaté – SP. 1944.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da capela*. Nº Processo “T” 346. São Roque – SP. 1945.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*. Nº Processo “T” 362. Taubaté – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela do Padre Bento*. Nº Processo “T” 366. Itu – SP. 1946.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*. Nº Processo “T” 514. São Vicente – SP. 1951.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. Santos – SP. 1957.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3^a)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP. 1958.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*. Nº Processo “T” 743. Jundiaí – SP. 1964.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo*. Nº Processo “T” 790. Mogi das Cruzes – SP. 1967.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Nº Processo “T” 822. São Paulo – SP. 1969.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)*. Nº Processo “T” 824. São Paulo – SP. 1969.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Palácio Episcopal*. Nº Processo “T” 868. Santos – SP. 1972.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Pilar*. Nº Processo “T” 874. Ribeirão Pires – SP. 1973.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*. Nº Processo “T” 993. Barueri – SP. 1978.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio; e Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, incluindo também o*. Nº Processo “T” 1176. Itu e São Paulo – SP. 1985.

Saia, chefe do 4º distrito, emitisse uma opinião sobre o tombamento.³²⁹ Quarenta anos depois dessa solicitação de Soeiro há movimentações administrativas solicitando providências documentais.³³⁰ Em abril de 2019, exarou-se um parecer da lavra de Jaelson Bitran Trindade³³¹, do qual trazemos alguns excertos a seguir:

Balanço feito, este parecer caminhará - que se diga desde logo - no sentido de considerar a Igreja Matriz de Cotia como um testemunho de interesse regional e local e, desse modo, por algumas de suas características consideradas mais adiante neste Parecer, deveria ser objeto de reconhecimento pelo CONDEPHAAT - Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado ou, ainda, objeto de lei municipal que a preservasse nas condições em que hoje existe, tal como ocorreu, por exemplo, no município paulista de Limeira com a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, erguida em 1867, tombada por lei municipal por ser considerado um edifício significativo para a cidade. [...] ³³²... O IPHAN, na jurisdição de São Paulo, ao longo de 80 anos - e dentro de suas possibilidades e objetivos - tombou várias igrejas e seus elementos artísticos integrados (obras de talha, pintura, escultura, etc.); dentre elas, algumas contêm, no todo ou em parte, obras de talha de retábulos associados ao período dito "rococó" (último terço do séc. XVIII - primeira década do XIX), à qual pertence o pequeno conjunto que resta na igreja matriz de Cotia. Ordens Primeira e Terceira de N. S. do Carmo de Santos, São Paulo, Ordens Primeira e Terceira de N. S. do Carmo de Itu e Ordens Primeira e Terceira de N. S. do Carmo de Mogi das Cruzes; Mosteiro da Luz (capital); Igreja Matriz de Itu, e, no Vale do Paraíba, a Capela do Pilar, em Taubaté. Nelas, para além do conjunto, existem obras-chaves do estilo em sua feição paulista, embora trazendo, como não podia deixar de ser, elementos visíveis na talha portuguesa, mineira e fluminense. Nesses conjuntos são encontrados, também, retábulos de feitio mais modesto. [...] ³³³... Em suma, diante do e em relação ao patrimônio de arte religiosa aqui exposto, das muitas obras realizadas em igrejas paulistas da época, especialmente no que se refere à talha de retábulo, e da situação estilística afinada com elas, tanto o conjunto de talha e marcenaria da fase primitiva da igreja matriz, como as suas fachadas, frutos de recursos mais modestos mereceriam ser preservadas, conforme foi dito no início, no âmbito da administração estadual e municipal.³³⁴

³²⁹BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de N. Srª do Monte Serrat*. Nº Processo "T" 911. Cotia - SP. 1974, fls. 01-04.

³³⁰*Idem, ibidem*, fls. 11-14

³³¹Historiador, perito em patrimônio cultural, atuante no IPHAN por quase cinco décadas. Informação disponível em: Trindade, J. (2014). Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das "moradas paulistas". *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (18-19), 123-169. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/117005>> , último acesso em 22/10/2019.

³³²BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de N. Srª do Monte Serrat*. Nº Processo "T" 911. Cotia - SP. 1974, s/p.

³³³*Idem, ibidem*, s/p.

³³⁴*Idem, ibidem*, s/p.

E como atitude final deste processo que começou físico, mas está sendo dado prosseguimento eletrônico³³⁵, temos como última informação de junho de 2019:

Estando de acordo com a manifestação exarada por meio do **PARECER TÉCNICO** (SEI 1174120), em que o historiador Jaelson Bitran Trindade se posiciona **contrário ao tombamento federal**, encaminhado para avaliação dessa Diretoria e prosseguimento do processo.

Outro processo de tombamento que ainda está em tramitação dentro do órgão preservacionista é o de número 593-T-59, referente ao tombamento da Igreja da Ordem 3ª de S. Francisco, localizada no município de São Paulo. O acesso a este processo deu-se por meio do SEI 01458.000278/2013-02. A primeira página do processo refere-se a um ofício de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do PHAN, ao chefe do 4º distrito, Luís Saia, na data 15 de janeiro de 1962, no qual o diretor solicitou algumas providências³³⁶:

Empenhada esta Diretoria em proceder à revisão dos bens inscritos nos Livros do Tombo, para efeito de publicar a respectiva relação devidamente atualizada, reitero as solicitações anteriores no sentido de V. Sa. opinar, com a maior brevidade possível, acêrca da conveniência do tombamento da Igreja da Ordem 3ª de São Francisco de Assis, dessa Capital, cuja inscrições nos livros instituídos pelo Decreto-Lei nº 25, de 30.11.1937, o arquiteto Paulo T. Barreto, Chefe da S.A. da D.E.T., recomenda desde longo tempo.

Na hipótese de V.Sa. se manifestar pelo tombamento recomendado, peço-lhe comunicar a esta sede o nome do logradouro em que a igreja em causa é situada, bem como o título, o nome e o endereço do representante legal da Ordem 3ª.³³⁷

³³⁵*Idem, ibidem*, f.18.

³³⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959, fl.1

³³⁷*Idem, ibidem*.

Em períodos anteriores (anos de 1959 e 1960) Rodrigo M. F. de Andrade, já havia solicitado posicionamento de Saia³³⁸, inclusive de modo urgente.³³⁹ Entre os dias 29 e 31 de dezembro de 1958 foi realizada uma vistoria por Edgard Jacintho da Silva, Hermann Hugo e Armando Rebollo, sobre o dia 31 de dezembro:

Vistoriamos pela manhã as Igrejas Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco, ambas da Ordem 3^a., nesta Capital, parecendo-nos interessante cuidar do seu tombamento, especialmente a de São Francisco que em seu gênero e época, si não for a única subsistente, é sem dúvida a mais notável, mormente considerando que ainda se mantem quase sem nenhuma modificação ou reformas, ou pelo menos sem reformas violentas e deturpantes.³⁴⁰

Em parecer do ano de 1959 afirmava-se o interesse do tombamento da edificação.³⁴¹ Apresentou-se um grande hiato de tempo na documentação deste processo e o próximo documento anexado é do ano de 1999.³⁴² Documentos a seguir de ordem administrativa e burocrática relacionados a pouco mais de 40 processos que estão parados originados até a década de 1950 que precisam ser concluídos.³⁴³

Em tramitações internas em 2006 informou-se que na capa do processo constava que foi arquivado na década de 1960, porém como não houve aval do conselho consultivo tal processo foi nulo (como não tivemos acesso à capa do processo não podemos confrontar tal informação), concluiu-se que como a edificação resiste e que havia um

³³⁸ Quando há a leitura seriada dos processos do IPHAN em SP, pelo menos para os processos que versaram sobre os bens religiosos católicos, objeto desta pesquisa, observa-se que Luís Saia não atendeu a uma parte significativa das demandas do IPHAN Central. Nota-se que houve demora por períodos por mais de 5 anos ou nem a solicitação foi atendida. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP*. Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3^a)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP. 1958, s/p.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959, fls. 2 e 3.

³³⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959, fls. 2 e 3.

³⁴⁰ *Idem, ibidem*, f.4.

³⁴¹ *Idem, ibidem*, f.05.

³⁴² *Idem, ibidem*, f.06.

³⁴³ *Idem, ibidem*, fls. 06-09.

interesse de tombá-la consultaria a Superintendência Regional (SR) e pediram o processo de tombamento realizado pelo CONDEPHAAT com o intuito de “[...] complementar os autos do processo 593-T-59”.³⁴⁴ Nos anos de 2012, 2013 e 2015, mais tramite administrativo burocráticos.³⁴⁵

Em parecer de Carlos Gutierrez Cerqueira de agosto de 2015, funcionário do IPHAN/SP³⁴⁶ trouxe palavras de Mário de Andrade sobre a edificação: “É uma das poucas relíquias coloniais existentes na cidade de S. Paulo, com interessantes dispositivos arquitetônicos internos, e boa talha nos altares. Merece tombamento imediato.”³⁴⁷

Houve a solicitação de documentação à Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco (Ordem Terceira) e ao Convento São Francisco (Ordem Primeira).³⁴⁸ Ambas enviaram documentações³⁴⁹. Em 2018 o processo físico foi encerrado e aberto de modo digital por meio do SEI³⁵⁰. Foi incluso o processo de tombamento de número 40 do ano de 1971 realizado pelo CONDEPHAAT referente à “Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores da Cidade de São Paulo , situada no Largo São Francisco – Capital”³⁵¹ e o processo de número 41 de 1971 referente à “Igreja das Chagas do Seraphico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo , situada no largo do São Francisco – Capital”³⁵². Também foi anexado o “Projeto de Restauração da Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores e Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil” realizado pela Albatroz – arquitetura, construção e restauro ltda. e com informações sobre a edificação e fotografias.³⁵³ “Regulamentação da área envoltória dos bens tombados no largo de São Francisco” tanto na perspectiva municipal quanto na estadual³⁵⁴ e “levantamento de imagens para registro da situação do local no momento atual” (ano de 2014) também na perspectiva municipal quanto na estadual³⁵⁵.

³⁴⁴*Idem, ibidem*, fls.10 e 11

³⁴⁵*Idem, ibidem*, fls. 12- 20.

³⁴⁶*Idem, ibidem*, f.38.

³⁴⁷MÁRIO DE ANDRADE: cartas de trabalho APUD BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959, f.21

³⁴⁸BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959, fls. 39-41.

³⁴⁹*Idem, ibidem*, fls. 43-51.

³⁵⁰*Idem, ibidem*, f. 58.

³⁵¹*Idem, ibidem*, s/p.

³⁵²*Idem, ibidem*, s/p.

³⁵³*Idem, ibidem*, s/p.

³⁵⁴*Idem, ibidem*, s/p.

³⁵⁵*Idem, ibidem*, s/p.

Em 2019 foi elaborado o parecer técnico nº 94/2019/COTEC IPHAN-SP/IPHAN-SP, pela arquiteta Juliana Mendes Prata, funcionária do IPHAN/SP, referente ao pedido de tombamento “Igreja de São Francisco (Ordem Terceira): Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo, localizada no Largo São Francisco, 173, Centro, no município de São Paulo, estado de São Paulo”³⁵⁶este parecer trouxe um histórico da tramitação do processo até aquele momento apontando que:

Em 03/08/2015, o historiador Carlos Gutierrez Cerqueira elabora parecer técnico [...] que conclui favoravelmente ao tombamento da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo, bem como recomenda a extensão do tombamento à Igreja de São Francisco (a conventual) e o acautelamento dos acervos artísticos e documental das igrejas.³⁵⁷

O parecer continuou apontando quais são os bens e suas referidas localizações, informações históricas, fotografias, descrições dos objetos de tombamentos, sinalizou a proteção existente, o entorno ³⁵⁸. A parecerista afirmou que:

Em conclusão, entendo fundamental que seja reconhecido o valor histórico e artístico de ambas as igrejas, como remanescentes da arquitetura, do urbanismo e da arte colonial paulista, não apenas como raros remanescentes, mas sobretudo pela importância no quadro da arte e arquitetura barrocas no Brasil. Ademais, outros bens paulistas da mesma época já foram reconhecidos e tombados, bem como outros conjuntos franciscanos no Brasil, não havendo motivo para não se reconhecer o valor e corrigir essa lacuna, concluindo esse processo aberto há 60 anos!³⁵⁹

A parecerista opinou que caso o tombamento se concretize ambas as igrejas deveriam ser inscritas no *Livro do Tombo Histórico e das Belas Artes*.³⁶⁰A última

³⁵⁶*Idem, ibidem, s/p.*

³⁵⁷*Idem, ibidem, s/p.*

³⁵⁸*Idem, ibidem, s/p.*

³⁵⁹*Idem, ibidem, s/p.*

³⁶⁰*Idem, ibidem, s/p.*

informação anexada ao processo foi um despacho de março de 2019 que retomou os últimos passos dados pela instituição e acrescentou os próximos passos:

O processo segue agora para a análise dessa equipe técnica, quanto ao patrimônio móvel e integrado, haja visto o rico acervo de bens integrados, além do acervo de bens móveis e acervo documental, que deverão ser analisados.

Nesta fase final, considerando apenas os recursos humanos disponíveis hoje no IPHAN/SP, nos comprometemos a entregar uma manifestação técnica em até março de 2020 (12 meses).

O estudo final poderá indicar uma eventual necessidade de contratação de terceiros para fazer o inventário do acervo móvel e documental.

Caso opte-se por contratar mão de obra de terceiros, através de Plano de Ação específico para tal, o processo poderá ser desmembrado da sua parte já concluída e enviado para ao DEPAM, para que seja dado prosseguimento do processo de tombamento, passando a ter seu próprio rito e prazos a serem observados.³⁶¹

Importante frisarmos que ao abrirmos o processo de tombamento na plataforma do SEI verificamos que alguns documentos pertencentes ao processo não eram possíveis que tivéssemos acesso dentro do mesmo arquivo do processo, porém foi possível acessá-los à parte: Levantamento Fotográfico realizado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – UPPH/CONDEPHAAT, na fase de projeto básico de restauração da Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco; Regulamentação da Área Envolvória do Largo São Francisco pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP - ; assim como o mapa desta resolução realizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH); ³⁶² Resolução SC-22, de 07-05-2015 que:

Dispõe sobre a redefinição da área envoltória da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores, do Túmulo Júlio Frank, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre e do Edifício Saldanha Marinho no Largo de São Francisco, no município de São Paulo³⁶³

³⁶¹*Idem, ibidem, s/p.*

³⁶²*Idem, ibidem, s/p.*

³⁶³*Idem, ibidem, s/p.*

Ainda se tratando de processo de tombamento que se encontra em período de tramitação mencionamos o de número 1371-T-96, referente Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas³⁶⁴ e por meio do SEI 01458.000165/2016-41. Em papel timbrado do *Museu Arquidiocesano de Campinas Catedral Metropolitana* datado em 05 de agosto de 1996 ao Presidente do SPHAN, Glauco Campelo:

[...]

A Catedral Metropolitana de Campinas foi tombada pelo Condephaat e Condepaac (orgão municipal que cuida do patrimônio), tem recebido visitas constantes de turistas estrangeiros e de outros estados que são unânimes em dizer que ela deveria ser considerada monumento nacional. Esses comentários chegaram aos ouvidos de nosso pastor Dom Gilberto Pereira Lopes, arcebispo metropolitano de Campinas, que aquiesceu a minha vontade de trazer a V. Excia o nosso pedido formal para que a nossa Catedral seja tombada por essa Secretaria. A fim de avaliar a nossa proposta segue junto, cópia xerográfica de todo o processo de tombamento feito no Condephaat. [...]³⁶⁵

Documento assinado por Antonio Éuler Lopes Camargo, diretor técnico. À tinta, “Ao DEPROT solicitando instaurar o processo para o tombamento em 16.8.96”, informação assinada e carimbada por Glauco Campello, presidente do IPHAN³⁶⁶. Em seguida foi incorporado o processo de tombamento realizado pelo CONDEPHAAT³⁶⁷, apenas a capa numerada como processo 9516 do ano de 1969, e de número 20217 de 1977, ambos solicitavam o tombamento da Catedral Metropolitana de Campinas, frisamos que esse segundo processo recapeou o primeiro.³⁶⁸ Também é anexado ao processo uma documentação produzida pela Fundação Nacional Pró-Memória referente ao Palácio dos Azulejos localizado em Campinas³⁶⁹. Então iniciam-se os trâmites burocráticos e administrativos³⁷⁰ para dar seguimento ao processo de tombamento que foi

³⁶⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas*. Nº Processo “T” 1371. Campinas – SP. 1996.

³⁶⁵*Idem, ibidem*, f.01.

³⁶⁶*Idem, ibidem*.

³⁶⁷*Idem, ibidem*, fls. 02-84.

³⁶⁸*Idem, ibidem*, fls.02 e 03.

³⁶⁹*Idem, ibidem*, fls.85-90

³⁷⁰*Idem, ibidem*, fls. 91-107

solicitado pelo Museu Arquidiocesano de Campinas.³⁷¹ Em abril de 1997, dentro da documentação burocrática administrativa que versava sobre os processos em tramitação:

Dentre os referidos processos encontra-se o caso do de nº 764-T-65, Catedral de Campinas, sobrestado no DID, mas que, de acordo com informações dos técnicos da Regional, refere-se ao mesmo bem que é objeto do processo 1.371-T-96, em andamento nesta divisão.

Considerando o exposto, assim como o que consta do Artigo 8º da portaria 11, de 11 de setembro de 1986, solicitamos que seja expedida correspondência ao DID, pedindo que o mesmo nos encaminhe o original do processo 764-T-65, Catedral de Campinas, para que o mesmo seja apensado aos autos do de nº 1.371-T-96.³⁷²

Desta leva documental burocrática administrativa há um hiato entre os anos de 1998 e 2014, quando há uma nova retomada ao processo.³⁷³ Em 2017, foi elaborado um parecer técnico por Eneida Carvalho Ferraz Cruz, arquiteta da superintendência do IPHAN em São Paulo, composto dos seguintes tópicos: “resumo da tramitação do processo desde sua abertura”; “histórico do bem”; “caracterização do estado atual de conservação e preservação do imóvel”; “avaliação técnica indicando a pertinência, ou não, do tombamento do imóvel”; “poligonais de tombamento e entorno propostos, no caso de opção pelo tombamento”; “diretrizes para gestão”; e “conclusões e encaminhamentos”³⁷⁴. Acerca da localização do bem informou discrepância entre o que é apresentado no processo do IPHAN para os elaborados pelo órgão estadual e municipal:

Em atendimento a solicitação de análise e manifestação do processo nº 1.371-T-96, referente ao pedido de tombamento a Catedral Metropolitana no Município de Campinas, temos a informar preliminarmente que seu endereço é Praia José Bonifácio, s/n - Centro, Campinas - SP, CEP 13010-19 [...].

Informamos também que o imóvel é de propriedade da Arquidiocese de Campinas, SP, [...] e é tombado pelo Condephaat sob a denominação Catedral de Campinas, Processo nº 20217/77, [...]. Ainda no Condephaat consta como endereço a Rua Regente Feijó, 1013.

Pela municipalidade a Catedral Metropolitana de Campinas é tombada pelo Conselho de

Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC - em 1988, Processo 05/88. Foi um dos três primeiros imóveis tombados em nível municipal na Resolução nº 001 de 19 de dezembro de 1988.

³⁷¹*Idem, ibidem*, f.92.

³⁷²*Idem, ibidem*, f.98.

³⁷³*Idem, ibidem*, fls.98- 113v.

³⁷⁴*Idem, ibidem*, fls. 114-133v.

Também no Condepacc consta o endereço de Rua Regente Feijó, 1.013 - Centro.³⁷⁵

O parecer conclui-se:

Em que pese a grandiosidade da intenção e da obra, tendo em vista a época em que foi iniciada com a técnica da taipa de pilão, esta recebeu acréscimos significativos que, se não podemos dizer que a descaracterizaram ao menos se sobrepuseram a ela ou suplantaram-na em quantidade e visibilidade. Ao mesmo tempo, como representante da tradição paulista da taipa de pilão, outros exemplares dessa técnica poderão ser mais fiéis e representativos. Por outro lado, se formos considerar a feição com que a obra foi finalizada após 76 anos de construção, a que se apresenta atualmente, com sua fachada frontal classicizante de Cristóvão Bonini e fachadas dos fundos e encamisamento de tijolo de Ramos de Azevedo, este já se encontra devida e exaustivamente reconhecida no panorama estadual e nacional. Portanto a obra não se constitui em representante fiel de um ou outro dos estilos, técnicas e fases de sua construção.

Já a talha merece consideração à parte. Após a visita e a constatação da presença *dos tesouros artísticos de seu interior*, a impressionante talha de madeira da majestosa nave, das capelas laterais, trabalhada por Vitoriano dos Anjos e Bernardino Sena Reis e Almeida, tendo como ápice o altar mor, entendo que o julgamento do mérito da Catedral Metropolitana de Campinas coma patrimônio cultural nacional já foi antecipado pelo conselheiro do Condephaat, Carlos Lemos, com a opção pelo tombamento somente de interior da igreja, em suas palavras *“é muitíssimo melhor resolvido que o exterior e merece o cuidado e o zelo do povo campineiro. Somos de opinião que se deva tomba unicamente seu interior”*.

Visto isso, entendo também que a arquitetura Catedral Metropolitana de Campinas, hoje, não deve ser tombada como patrimônio nacional, mas tão somente seus bens integrados, quais sejam, as talhas. Sugiro, assim, que sejam consultados os técnicos de Bens Móveis e Integrados do IPHAN-SP, para manifestar seu parecer quanto ao valor nacional do interior da Catedral.³⁷⁶

Em janeiro de 2019, o processo de tombamento de modo físico é encerrado³⁷⁷. O processo de tombamento 764-T-65 tornou-se anexo 1 do processo de tombamento 1371-T-96³⁷⁸. Em 1965, por meio do vereador Eder Sebastião Guimarães Leme, é solicitado o

³⁷⁵*Idem, ibidem*, fls.114-114v.

³⁷⁶*Idem, ibidem*, f.132v.

³⁷⁷*Idem, ibidem*, f.134.

³⁷⁸BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral*. Nº Processo “T” 764. Campinas – SP. 1965. Anexado ao BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas*. Nº Processo “T” 1371. Campinas – SP. 1996.

tombamento para Catedral de Campinas³⁷⁹, Renato Soeiro, diretor substituto, respondeu a solicitação requerendo documentação acerca do edifício³⁸⁰. Em seguida no processo foi incorporado o anexo 2³⁸¹. Neste anexo foi acrescentado um documento elaborado pelos seguintes órgãos de patrimônio: IPHAN, CONDEPHAAT e pela Secretaria do Planejamento e Coordenação e pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura do Município de Campinas, que abordaram a as diretrizes de valorização da Catedral Metropolitana e do Palácio de Azulejos³⁸².

Enfim, é incorporado o despacho 190.2019 COTEC IPHAN-SP/IPHAN-SP em 15 de fevereiro de 2019, em que o arquiteto Ronaldo Cunha Ruiz, encaminhou o processo de tombamento para análise e manifestação técnica para o técnico Marcus Benedeti³⁸³.

O último processo sobre o qual nos debruçaremos foi o de número 1437-T-98, referente ao bem Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto, com localização na Comunidade do Quilombo de Ivaporanduva, na cidade de Eldorado, pelo SEI 01458.001517/2011-71.³⁸⁴

O processo de tombamento foi aberto a pedido do Ministério Público Federal (MPF)³⁸⁵. Em 16 de outubro de 1998, a procuradora da República, Isabel Cristina Groba Vieira, por meio do ofício nº13019, fez uma série de recomendações, baseadas na Constituição Federal (CF), para o IPHAN³⁸⁶, dentre elas:

[...]

Considerando que a despeito de a IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS ter sido tombada pelo CONDEPHAAT, que, inclusive, já providenciou junto à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo a instauração de procedimento de licitação visando à recuperação do prédio, **constitui, a todas as luzes, atribuição do IPHAN o seu tombamento, por ser o bem, inegavelmente, portador de referência à identidade e à memória de grupo formador da nossa sociedade, e destarte bem de interesse de toda a nação, dada a sua vinculação a fatos da história do Brasil;**

³⁷⁹*Idem, ibidem*, fls. 01 e 02.

³⁸⁰*Idem, ibidem*, f.03.

³⁸¹*Idem, ibidem*, s/p.

³⁸²BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas*. Nº Processo “T” 1371. Campinas – SP. 1996, s/p.

³⁸³*Idem, ibidem*.

³⁸⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*. Nº Processo “T” 1437. Eldorado – SP. 1998.

³⁸⁵*Idem, ibidem*, fls.01-05 e 80

³⁸⁶*Idem, ibidem*, fls.01-05.

Considerando que o § 5º do artigo 216 da Constituição Federal considera, desde logo, tombados os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos;

Considerando que tal dispositivo constitucional tem aplicabilidade imediata, impondo o tombamento pelo IPHAN como ato meramente declaratório, eis que somente irá identificá-lo e inscrevê-lo;

Considerando, ademais, que o tombamento é ato vinculado para o poder público sempre que a conservação de determinado bem, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, seja de interesse público (artigo 216 da CF/88 e art. 1º do DL nº 25/37); [...]³⁸⁷

Finalmente, resolveram recomendar, que:

ao INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL a declaração jurídico-formal de tombamento da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS, localizada na comunidade de quilombo de Ivaporunduva, no município de Eldorado, neste Estado de São Paulo, e, sem embargo das medidas iniciais voltadas à preservação do bem cultural e histórico em questão que vêm de ser tomadas pelo CONDEPHAAT, recomendar que esse IPHAN promova as necessárias atividades de restauração do acervo danificado pelas chuvas, realizando as reformas que se fizerem necessárias, providenciando a manutenção e conservação.

A presente recomendação é expedida em ordem a prevenir eventual responsabilidade funcional e pessoal dos servidores e agentes públicos que, por ato comissivo ou omissivo, derem causa ao perecimento do bem integrante do patrimônio cultural brasileiro, nos termos do artigo 11, inciso II da Lei nº 8.429/92 e em face do que fica fixado o prazo de 20 dias úteis para que sejam presentes neste MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL informações sobre as medidas adotadas ao fim da implementação da presente.³⁸⁸

A seguir foi incorporado ao processo a *ficha de identificação do bem tombado*³⁸⁹ pertencente ao processo 18942/70 (não está claro a origem deste processo) e sinalizando que ocorreu a inscrição no livro do tomo histórico.³⁹⁰ Aparente início do processo realizado pelo CONDEPHAAT sob o número 31776 do ano de 1994, com

³⁸⁷*Idem, ibidem*, fls.03 e 04

³⁸⁸*Idem, ibidem*, fls.04 e 05.

³⁸⁹*Idem, ibidem*, fls.08-12.

³⁹⁰*Idem, ibidem*, f.08.

majoritariamente reproduções de imagens, que infelizmente, deixou muito a desejar na qualidade das imagens.³⁹¹

Ainda em 1998 foram realizados alguns procedimentos técnicos administrativos no IPHAN após as recomendações do MPF³⁹², dentre eles podemos citar um memorando de outubro de 1998³⁹³ enviado pela Procuradora Jurídica/IPHAN, Sista Souza dos Santos, para Senhora Coordenadora de Proteção/DEPROT/IPHAN, Dra. Adalgiza Maria Bomfim d'Eça, em que a procuradora baseando-se nas leis sinalizou que o pedido do MPF deveria ser observado com cautela, já que o tombamento está ligado aos bens materiais, sejam eles móveis e imóveis e não às práticas imateriais, e ainda apontou que não caberia ao Instituto arcar com os ônus da restauração, apontando que o bem era privado, logo sua manutenção deveria ser realizada pelo proprietário, ainda mencionou um grupo de trabalho interministerial proposto pelo MinC focado na questão sendo que: “[...] a proposta a ser elaborada destina-se a estabelecer a forma e os meios pelos quais serão outorgados os títulos de propriedade das terras aos remanescentes das comunidades quilombolas que as estejam ocupando.”³⁹⁴

De fato, foi incorporado ao processo discussões anteriores ao ano de 1998 acerca dos quilombos no âmbito do IPHAN.³⁹⁵ Em maio de 1998, houve a sinalização de um processo de tombamento para “Área conhecida como Ivaporanduva” de número 1410-T-98.³⁹⁶ Incorporado ao processo texto produzido por Carlos Alberto C. Lemos *A Capela de Ivaporanduva* publicado na *Revista Acrópole* e “parte do texto de Carlos Rath, geógrafo alemão que percorreu a região do Vale do Ribeira entre 1852 e 1854, publicado nas pags. 161 e 162 do livro “*Encantos, Lendas, Mitos e Curiosidades das Cidades Históricas Paulistas – Vale do Ribeira.*” – 1982 publicada pela Secretaria de Estado da Cultura do Governo de São Paulo.”³⁹⁷ Em julho de 1998, o IPHAN elaborou um parecer a respeito de como estavam procedendo com a questão relacionada à preservação dos quilombos.³⁹⁸ Em novembro de 1998, por meio do memorando 0856/98/DID, a chefe do Arquivo Noronha Santos informou a diretora do DEPROT sobre a abertura do processo

³⁹¹*Idem, ibidem*, fls. 13-23.

³⁹²*Idem, ibidem*, fls. 24-26.

³⁹³*Idem, ibidem*, fls. 26-32.

³⁹⁴*Idem, ibidem*, f.28.

³⁹⁵*Idem, ibidem*, f.42-49.

³⁹⁶*Idem, ibidem*, f.50.

³⁹⁷*Idem, ibidem*, fls.51-56.

³⁹⁸*Idem, ibidem*, fls.57-66.

de tombamento 1.437-T-98, para que as providências necessárias fossem realizadas.³⁹⁹ Ainda em novembro o IPHAN respondeu ao MPF, informando da abertura do processo de tombamento referente ao bem requisitado, salientando que havia a averiguação sobre se o bem de fato estaria de acordo com as práticas de tombamento e que medidas já estavam sendo providenciadas.⁴⁰⁰ Nos meses finais de 1998 e início de 1999 ocorreram medidas dentro do IPHAN para que o processo seguisse seu curso.⁴⁰¹ Inclusive permanecem interações com o MPF e sobre ele dentro do Instituto.⁴⁰² Segue com alguns desenhos da localidade e do bem.⁴⁰³ Em março de 1999 MPF realizou um *termo de ajustamento de conduta* (TAC) com o CONDEPHAAT e a empresa Exata Engenharia de Projetos e Construções Ltda. referente a obra que restauração que estava sendo realizada pela supracitada empresa e que deveria ter sido fiscalizada pelo CONDEPHAAT e como ocorreu danos ao bem foi necessário este *termo*⁴⁰⁴. A seguir foi incorporado um relatório técnico realizado por um arquiteto do CONDEPHAAT, uma das exigências do acordo do TAC⁴⁰⁵. Em maio de 1999, foi elaborado um laudo de vistoria de número 09/99⁴⁰⁶ pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, em que apontou que na atual situação deveria ser caracterizada como ruína, mas que pode vir a alterar este *status*, ainda sinalizou a “situação das fundações; “estrutura portante (paredes”; “fachadas”; “elementos de composição”; “cobertura”; “espaços internos”; dentre outras características, concluindo que: “o prédio como igreja não mais existe, tendo sido destruído. O que hoje se encontra no local são apenas as ruínas do mesmo, ainda assim bastante alteradas e correndo riscos de desaparecerem, caso não sejam tomadas medidas urgentes para repor a cobertura do prédio”⁴⁰⁷. Pelo mesmo historiador foi elaborado o parecer 026/99⁴⁰⁸, que em linhas gerais defendeu que: “[...] o processo seja encaminhado ao Conselho Consultivo, com a recomendação de que o mesmo seja arquivado, por o bem não ter condições de ser inscrito nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos termos do parágrafo 1º do Decreto-Lei 25/37.”⁴⁰⁹ O processo seguiu com informações de caráter burocráticas e administrativas internas ao órgão entre os anos de

³⁹⁹*Idem, ibidem*, f.67.

⁴⁰⁰*Idem, ibidem*, fls.69-72.

⁴⁰¹*Idem, ibidem*, fls. 74-90.

⁴⁰²*Idem, ibidem*, fls.90-95.

⁴⁰³*Idem, ibidem*, fls.96-100.

⁴⁰⁴*Idem, ibidem*, fls.101-108.

⁴⁰⁵*Idem, ibidem*, fls.109-116.

⁴⁰⁶*Idem, ibidem*, fls.120-127.

⁴⁰⁷*Idem, ibidem*, f.122.

⁴⁰⁸*Idem, ibidem*, fls. 128 e 129.

⁴⁰⁹*Idem, ibidem*, f. 129.

1999 e 2006, com hiatos de tempo na documentação.⁴¹⁰ Em 2011, foi solicitado que o processo recebesse tratamento arquivístico para que pudesse voltar a tramitar⁴¹¹, neste mesmo ano tornou-se eletrônico⁴¹² e a última informação anexa tem como assunto “Tramitação de Processo de Tombamento 1437-T-98 (CPROD 01458.001517/2011-71)”⁴¹³ e informou que o dito processo “atualmente é composto por este volume principal”.⁴¹⁴

Como ficou evidente alguns dos processos que abordamos nesta pesquisa há diálogo com o CONDEPHAAT, inclusive reprodução de alguns processos de tombamento, portanto, resolvemos apresentar uma tabela na qual consta a informação se o referido bem estudo pelo IPHAN que selecionamos nesta pesquisa, por ventura foi tombado pelo CONDEPHAAT, embora salientamos que o órgão paulista não é objeto desta pesquisa.

Tabela 3
Comparação entre os bens tombados pelo CONDEPHAAT com os
processos de tombamento abertos pelo IPHAN⁴¹⁵
Elaboração: Bruna Valença Mallorga, 2019.

Número do Processo	Processo Referente à/ao	Cidade	Tombamento CONDEPHAAT	Processo CONDEPHAAT
180	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	Embu	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1974	00366/73
180	Igreja de São Miguel Paulista	São Paulo	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1974	00368/73
180	Igreja de São Gonçalo	São Paulo	Tombado	25428/71
188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	Itu	Tombado	16765/70
215	Igreja Matriz de Santana	Itanhaém	Não	
215	Convento e Igreja Franciscanos de	Itanhaém	Não	

⁴¹⁰*Idem, ibidem*, fls. 130-138.

⁴¹¹*Idem, ibidem*, f. 139.

⁴¹²*Idem, ibidem*, f.140.

⁴¹³*Idem, ibidem*, f. 141.

⁴¹⁴*Idem, ibidem*.

⁴¹⁵ As informações acerca dos bens tombados pelo CONDEPHAAT podem ser consultadas no seguinte domínio: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protégidos-online/>>, último acesso em 01/11/2019.

	Nossa Senhora da Conceição			
216	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	Santos	Não	
217	Igreja e Convento de N.S.do Carmo	Santos	Não	
221	Capela de São João Batista	Carapicuíba	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1974 (processo também abarca a aldeia de Carapicuíba)	00339/73
221	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	Guararema	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1972	00345/73 e 08569/69
222	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	Santana de Parnaíba	Não	
325	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	São Paulo	Não	
343	Capela de Nossa Senhora do Pilar	Taubaté	Não	
346	Sítio Querubim: forro da capela	São Roque	Não	
348	Mosteiro e Igreja de São Bento	Santos	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1971	00357/73
362	Altar-Mor da Catedral de Taubaté	Taubaté	Não	
366	Capela do Padre Bento	Itu	Não	
384	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos	Itu	Não	
482	Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Porto Feliz	Não	
514	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as	São Vicente	Não	

	obras de talha e imagens antigas			
556	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	Santos	Tombado (conjunto de Santo Antônio do Valongo)	22391/82
586	Igreja: Carmo (Ordem 3ª)	São Paulo	Não	
593	Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)	São Paulo	Tombado a Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores e / Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco	00040/71 / 00041/71
661	Arquivo: Convento do Carmo	Santos	Não	
743	Igreja Matriz do Núcleo Colonial	Jundiaí	Não	
764	Igreja: Catedral	Campinas	Tombado	20217/77
790	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Mogi das Cruzes	Não	
822	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	São Paulo	Tombamento do Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo. A Imagem de Nossa Senhora das Dores pertence ao museu de acordo com seu processo de tombamento. ⁴¹⁶	22013/82
824	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do	São Paulo	Não	

⁴¹⁶BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Nº Processo “T” 822. São Paulo – SP. 1969.

	Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)			
868	Palácio Episcopal	São Carlos	Não	
874	Igreja: Pilar	Ribeirão Pires	Tombado	00523/75
911	Igreja Matriz de N. Sr ^a do Monte Serrat	Cotia	Não	
915	Igreja: Matriz	Franca	Não	
993	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri	Barueri	Tombado de modo <i>ex-officio</i> em 1979	20849/79
1176	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	Itu	Não	
1176	Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, incluindo também o (...)	São Paulo	Não	
1251	Igreja da Ordem 1 ^a do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo.	Santos	Não	
1371	Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas	Campinas	Tombado	20217/77
1437	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Eldorado	Tombado	18942/70
1490	Capela cristo operário	São Paulo	Tombado	42558/01

Retornando aos processos de tombamento abertos pelo IPHAN, e após estes breves resumos dos ditos processos de tombamentos, surgiu-nos uma questão: quão perto do rito administrativo solicitado por Rodrigo M. F. de Andrade estava a elaboração destes processos de tombamentos pelo IPHAN? O rito pressupunha que o processo de tombamento deveria estar ancorado em levantamento bibliográfico, iconografia e pesquisa acerca do bem.⁴¹⁷ Márcia Scholz de Andrade Kersten, na tese intitulada *Os rituais do tombamento a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*, expõe como o IPHAN deve proceder após a instauração destes processos de tombamento:

O decreto-lei nº 25/37, que ainda orienta os tombamentos no Brasil, foi editado no bojo de transformações mais amplas trazidas pelos anos trinta e prevê processo administrativo pelo qual cabe ao órgão do Executivo avaliar os bens que merecem proteção federal, os quais ficam sob tutela especial do Estado, integrando seu domínio eminente.

A instância especialmente designada, por esse Decreto-lei, que detêm a palavra final sobre o valor e importância de determinado bem é o Conselho Consultivo do Patrimônio. Portanto, o tombamento é praticado pelo Conselho mediante deliberação coletiva e submetido à autoridade responsável para homologação. O Conselho, por não ser instância administrativa, é auxiliado por outros órgãos ou agentes administrativos que informam o processo. Estudos técnicos determinarão, segundo a legislação, as hipóteses em que bens são considerados. Para que o processo de tombamento seja legitimado é necessário que tenha este caráter probatório, garantido por um corpo de *especialistas*, investidos de poder delegado pelo Estado. Esses *sacerdotes modernos* compõem os Conselhos de Patrimônio e o corpo técnico administrativo das instituições públicas.

De maneira geral, cabe à União proteger bens considerados como de importância nacional em qualquer parte do território. Os limites dados aos Estados e Municípios obedecem à sua fronteira e à proteção de bens de interesse regional. Portanto, enquanto ato jurídico, o tombamento abrange os âmbitos político-administrativos: federal, estadual e municipal, e a legislação não coloca óbice a que essas três instâncias, possam, em princípio, agir em conjunto.⁴¹⁸

⁴¹⁷ ANDRADE, 1987b: 125 APUD GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214p, p. 49-50.

⁴¹⁸ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais Do Tombamento e a Escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1998, p.42-43. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27014/T%20-%20KERSTEN%2c%20MARCIA%20SCHOLZ%20DE%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em 18/10/2019.

A autora descreve, ainda, algo que nos é muito relevante frisar:

Segundo a legislação, o ato de tombamento pode ser solicitado por qualquer pessoa. O motivo acionado deve ser o interesse que o bem desperta e que o candidata a transfigurar-se em *bem nacional*. Entretanto, para que o processo seja deflagrado é necessário o desencadeamento de um conjunto de atos juridicamente preordenados: o inventário, a classificação, a inscrição, a restauração.

Para efetivar o ato de tombamento, o agente manifesta a vontade delimitada pela lei e assenta a razão do ato no interesse público, impondo nova essência ao bem, transformando sua existência jurídica e social. Sendo assim, pressupõe uma seleção, por parte do poder público, que considera o bem segundo seu valor simbólico, abrangido pela definição, determinada pelo Decreto-lei 25, que considera passíveis de tombamento [...] *os bens móveis ou imóveis, privados, públicos, ou eclesiásticos, que estejam vinculados a fatos memoráveis da história, ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, ou por serem considerados monumentos naturais, tais como os sítios e paisagens particularmente dotados pela natureza* (Decreto-Lei 25/37).

Após a seleção e o reconhecimento, normalmente levados a cabo por funcionários técnicos especializados, e sua sacralização em reuniões oficiais do Conselho, o bem é registrado num dos quatro Livros-tombo, que reúnem os elementos que o identificam: 1- Livro do Tombo Arqueológico; Etnográfico e Paisagístico; 2- Livro do Tombo Histórico; 3- Livro do Tombo de Belas Artes; 4- Livro do Tombo de Artes Aplicadas. Por isso mesmo, *tomb* significa *inscrever* determinado bem em livros especiais. A partir do momento da inscrição, o bem está submetido à proteção especial, de onde decorrem direitos, obrigações e restrições. Só então, o ato jurídico torna-se efetivo, elevando o bem à categoria *de bem da nação*.⁴¹⁹

Por meio destes excertos e das breves descrições acerca dos processos de tombamento notamos que, por diversas vezes, o ritual administrativo da execução de um processo de tombamento não foi cumprido. Apenas em poucos casos notamos informações preocupadas em realizar um histórico do bem a ser possivelmente tombado, por exemplo, como já afirmava, em 1992, Silvana Rubino. Na maioria dos casos observamos que a justificativa do tombamento não estava expressa dentro do processo de tombamento, sendo apenas *en passant* apresentada para fins de justificativa.

⁴¹⁹*Idem, ibidem*, p. 43-44.

2.2. Análise dos processos de tombamento

Sabe-se que o IPHAN construiu a imagem da proteção patrimonial baseado no conceito de *pedra e cal*, no qual as edificações foram privilegiadas pela prática do tombamento, sendo que o período colonial e barroco foi preponderante.⁴²⁰

Para termos uma ideia da expressão colonial no universos preservacionista, em 1938, ano que começaram efetivamente os tombamentos no órgão,⁴²¹ de acordo com Silvana Rubino foram inscritos 215 bens, sendo que o período colonial foi o responsável por pouco mais de 75% destas inscrições divididas entre os séculos XVI, com 16 inscrições, o XVII com 44 inscrições e o XVIII com 103. Para o século XIX foram realizadas 36 inscrições e para o XX, apenas 1. Ainda ficaram 15 bens sem identificações temporais.⁴²²

Como já mencionado o enfoque deste trabalho é o território paulista, portanto, cabe-nos analisar se a preferência pelo colonial imperou no Estado de São Paulo, pelo menos na perspectiva religiosa. Para todos os processos de tombamento que nos dedicamos a analisar nesta dissertação elaboramos uma tabela para verificar em que período o bem que sofreu o processo se encaixava. A metodologia foi pensada a partir da dissertação de Silvana Rubino que também apresentou dados desta forma sobre o IPHAN de modo geral e não apenas para uma região, como é o nosso caso.⁴²³

⁴²⁰ MENEZES, Aline Bezerra de. O papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico. P. 13-35, p.15. IN: CHUVA, Márcia (org). *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados*. Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_1_AssentamentosJesuíticos_m.pdf>, último acesso em 30/10/2019.; OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. *O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. Recife, 2007, p. 45 e 46. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/811/1/arquivo4349_1.pdf>, último acesso em 30/10/2019.

⁴²¹ RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história*. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1968. 1992. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 100.

⁴²² *Ibidem*, p. 120, quadro nº 2 – Tombamentos em 1938.

⁴²³ RUBINO, Silvana Barbosa. *Op. cit.*

Tabela 4
Datação dos Bens Religiosos da ICAR tombados pelo IPHAN no Estado de São Paulo
Elaboração: Bruna Mallorga, 2019

Número do Processo	Processo Referente à/ao	A qual século pertence o bem	Situação
180	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	XVII ⁴²⁴	SIM
180	Igreja de São Miguel Paulista	XVI ⁴²⁵	SIM
180	Igreja de São Gonçalo	XVIII ⁴²⁶	Cancelado
188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	XVIII [1777] ⁴²⁷	SIM
215	Igreja Matriz de Santana	XVII [1639] ⁴²⁸	SIM
215	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	XVII [1699] ⁴²⁹ - informação referente à igreja	SIM
216	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	XVIII ⁴³⁰	Rerratificado
221	Capela de São João Batista	XVII ⁴³¹	SIM
221	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	XVII [1698] ⁴³² - informação referente à igreja	SIM

⁴²⁴ ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. 2ª ed. revista e atualizada. Companhia Editora Nacional: São Paulo – SP, 1966, p.107-120. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/379/1/331%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>, último acesso em 28/06/2019.

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, p. 41-51.

⁴²⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa, e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938. Volume I. Folha 07.

⁴²⁷ COSTA, Érica Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. As igrejas matrizes novas de itu e campinas – estudo comparativo dos processos construtivos e das relações com o espaço urbano. *Anais do XX Encontro de Iniciação Científica* – ISSN 1982-0178 Anais do V Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – ISSN 2237-0420 22 e 23 de setembro de 2015.

⁴²⁸ ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015, p. 47. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/publico/Corrigida1.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, p. 46.

⁴³⁰ *Idem, ibidem*, p. 47

⁴³¹ ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. 2ª ed. revista e atualizada. Companhia Editora Nacional: São Paulo – SP, 1966, p.95-106. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/379/1/331%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>, último acesso em 28/06/2019.

⁴³² ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015, p. 52. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/publico/Corrigida1.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

222	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	1687 ⁴³³ XVII	SIM
325	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	XVI ⁴³⁴	SIM
343	Capela de Nossa Senhora do Pilar	XVIII [1725] ⁴³⁵	SIM
346	Sítio Querubim: forro da capela	XVI ⁴³⁶	SIM
348	Mosteiro e Igreja de São Bento	XVII [1649] ⁴³⁷ - informação referente ao Mosteiro	SIM
384	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos	XVIII ⁴³⁸	SIM
514	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	XVIII [1757] ⁴³⁹ - informação referente à igreja	SIM
556	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	XVII [1640] ⁴⁴⁰	SIM
790	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	XVIII ⁴⁴¹	SIM

⁴³³ *Idem, ibidem*, p. 58.

⁴³⁴ DANON, Diana Dorothea; ARROYO, Leonardo. *Memória e Tempo das Igrejas de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, Síntese Cronológica, s/p.

⁴³⁵ ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015, p. 52. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/publico/Corrigida1.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

⁴³⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da Capela*. Nº Processo “T” 346. São Paulo – SP. 1945, s/p.

⁴³⁷ TOLEDO, Benedito Lima de. A cidade de Santos: Iconografia e História. *REVISTA USP*, São Paulo, n.41, p. 48-61, março/maio 1999, p. 52. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i41p48-61>>, último acesso em 12/10/2019.

⁴³⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948. Volume I, s/p.

⁴³⁹ ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015, p. 63. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/publico/Corrigida1.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 52.

822	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	XVIII ⁴⁴²	SIM
824	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)	XVII ⁴⁴³	SIM
993	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri	XVI ⁴⁴⁴	SIM
1176	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	XIX ⁴⁴⁵ - informação referente à igreja	SIM
1176	Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontaria, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas aí localizadas, especialmente a obra pictória do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, [...]	XVII ⁴⁴⁶	SIM

Por meio da tabela podemos observar que a maioria esmagadora dos bens que foram tombados pertence ao período chamado colonial, seguindo o padrão nacional do IPHAN, observado pelo período estudado por Rubino, como mencionamos anteriormente.⁴⁴⁷ Padrão observado por outros especialistas na área do patrimônio,

⁴⁴²BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Nº Processo “T” 822. São Paulo – SP. 1969.

⁴⁴³BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)*. Nº Processo “T” 824. São Paulo – SP. 1969.

⁴⁴⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*. Nº Processo “T” 993. Barueri – SP. 1978, folha 05.

⁴⁴⁵Informação disponível no website do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2901>, último acesso em 31/10/2019.

⁴⁴⁶Informação disponível no website do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2784>, último acesso em 31/10/2019.

⁴⁴⁷RUBINO, Silvana Barbosa. *Op. cit.*

podemos como exemplo citar Gilberto Velho⁴⁴⁸ e Flávia Brito do Nascimento, sendo que Nascimento apontou que:⁴⁴⁹

A escrita da história era pressuposto da atividade de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Preservou-se aquilo que seria fonte da história ou prova documental da articulação identitária nacional. A arquitetura colonial e barroca era testemunho de épocas progressas, às quais articulavam-se os conceitos e preceitos de constituição nacional. Ela era fonte de produção de conhecimento, institucionalizada nas práticas de preservação no Brasil e nos primeiros momentos de escrita da história da arquitetura. A preservação de certos exemplares garantiria o conhecimento do que se gostaria de escrever como história. Lançou-se mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura, defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória. No caso dos arquitetos “modernos da repartição”, fundadores das práticas de preservação no Brasil, a relação entre materialidade e escrita da história esteve lado a lado das justificativas por proteções legais dos bens selecionados. A história da arquitetura era operacionalizada também por meio das fontes (no caso bens culturais) disponibilizados às gerações futuras.⁴⁵⁰

Importante frisarmos que este foco no período colonial levou, conseqüentemente a arquitetura colonial a sobressair-se de modo majoritário. São Paulo, então, teve o mesmo escopo de bens tombados que os verificados no ambiente nacional, como ficou evidente pela tabela. Este universo foi verificado também por Marly Rodrigues para o Estado de São Paulo nos tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT⁴⁵¹.

Outro aspecto que observamos ao analisarmos todos estes processos de tombamento conduzidos pelo SPHAN / IPHAN foi o atinente à localização geográfica. Contamos, desta forma, com bens pertencentes à ICAR tombados em 13 municípios

⁴⁴⁸VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *MANA* 12(1): 237-248, 2006, p. 237. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009>, último acesso em 30/10/2019.

⁴⁴⁹ NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016, p.123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n3/1982-0267-anaismp-24-03-00121.pdf>>, último acesso em 18/10/2019.

⁴⁵⁰*Idem, ibidem*, p.123.

⁴⁵¹RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

paulistas: Barueri, Carapicuíba, Embu das Artes, Guararema, Itanhaém, Itu, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Santos, São Paulo, São Roque, São Vicente e Taubaté.



Legenda: 1.Barueri; 2.Carapicuíba; 3.Embu das Artes; 4.Guararema; 5.Itanhaém; 6.Itu; 7.Mogi das Cruzes; 8.Santana de Parnaíba; 9.Santos; 10.São Paulo; 11.São Roque; 12.São Vicente; 13. Taubaté.
 Mapa I: *Mapa de Bens católicos tombados em SP pelo IPHAN com processos de tombamento abertos entre os anos de 1937-2002.* Mapa disponível no *website* da Biblioteca Virtual do Estado de São Paulo: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/sao-paulo-aspectos-territoriais.php>>, último acesso em 01/11/2019.

Para entender o que pode ter significado ter bens neste território, iremos nos valer de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno em *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Sobre a expansão do território paulista afirmou que:

Os diversos contornos assumidos pelo atual estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa intrincada rede urbana, viária e fluvial, viabilizada graças à sábia simbiose com os indígenas. Malgrado os avanços da historiografia recente, ainda temos pouco a dizer, do ponto de vista da história da urbanização, acerca dessa simbiótica relação entre indígenas e portugueses na produção do território do Brasil meridional. Tampouco dispomos de levantamentos sobre a rede eclesiástica – de capelas, freguesias – e de aldeias indígenas e jesuíticas

em solo paulista, o que muito elucidaria esse lento processo de apropriação do sertão.⁴⁵²

Este excerto apontou que a chegada à porção de terra sertaneja foi um processo expansionista lento que podemos associar, inclusive, com a localização dos bens tombados, que por meio dos mapas observamos ser na faixa mais próxima ao litoral.

Podemos observar que o Estado de São Paulo seguiu os mesmos rumos que nortearam a preservação no Brasil, sendo que se optou por preservar aquilo que era pertencente ao período colonial.

Adiante investigaremos em qual livro optou-se por inscrever os bens paulistas.

⁴⁵² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009, p.253. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5522/7052>>, último acesso em 30/10/2019.

Capítulo III

Os Livros de Tombo Histórico e das Belas Artes: como foram preservados os bens religiosos católicos em São Paulo

A discussão sobre os *Livros de Tombo* do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN - deve ser aberta a partir da afirmação do escritor Mário de Andrade direcionada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, a respeito da pouca possibilidade de tombamento direcionada à estética no Estado de São Paulo, pontuando que a saída possível para o problema seria ter uma visão histórica para o bem sobre o qual estava estudando a possibilidade de tombamento.⁴⁵³ Importante salientar que esses dois personagens são consagrados na historiografia relacionada ao estudo do patrimônio: o primeiro por ser o autor do *Anteprojeto* de criação do SPHAN e o segundo por dirigir o órgão por cerca de três décadas ⁴⁵⁴.

Porém a afirmação sobre as “chagas” que o Estado de São Paulo carregou por não possuir bem com grande beleza pode vir a cair por terra se olharmos para os processos de tombamento de bens de tipologia religiosa-católica⁴⁵⁵ neste Estado. Dos 17 processos de tombamento desta tipologia que tiveram como desfecho o tomo, 9 destes processos tiveram seus bens inscritos tanto no *Livro do Tombo Histórico* quanto no *Livro do Tombo das Belas Artes*; 4 destes processos tiveram seus respectivos bens inscritos apenas no *Livro do Tombo Histórico*; e 4 destes processos de tombamento tiveram seus bens inscritos no *Livro do Tombo das Belas Artes*. Observamos que mais de 75% do que foi tombado para tipologia que analisamos foi inscrito no *Livro do Tombo das Belas Artes*.

3.1. Os livros do Tombo

O primeiro aspecto a ser apontado é o significado de *Tombo*. Analisando a etimologia do verbo *tombado*, podemos ver, no Dicionário Aurélio Buarque de Holanda

⁴⁵³ ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p. 69,77 e 88.

⁴⁵⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.28; SIVIERO, Fernando Pasquotto. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.80-108, jun. 2015, p.84. Disponível em: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108>, último acesso em: 13/06/2019.

⁴⁵⁵ Adotamos esta nomenclatura para os bens que tiveram processos de tombamento abertos com características da religião católica e que fossem partes integrantes do culto religioso e não apenas fossem de propriedade católica.

século XXI, que ele se aplica a duas classes de palavras. A primeira, de uso corriqueiro e atrelado ao ato de cair e variações, e, a segunda, de caráter administrativo, que nos interessa mais. Lemos, então, que tomar é

“1. fazer o tombo de; arrolar, inventariar, registrar. 2. Pôr (o Estado) sob sua guarda, para os conservar e proteger (bens móveis ou imóveis cuja conservação e proteção sejam do interesse público, por seu valor histórico, ou artístico, ou arqueológico, ou etnográfico, ou paisagístico ou bibliográfico).”⁴⁵⁶

O vocábulo *patrimônio* não apareceu no dicionário de modo a expressar a parte cultural que pudesse ter, na publicação de 1943/1944 o verbo tomar, dentre outros significados, apareceu como: v. tr. dir. Fazer o tombo de; inventariar.⁴⁵⁷

É sabido que a expressão tomar foi aplicada aos atos administrativos da preservação do patrimônio no Brasil, por ser vocábulo corrente junto aos órgãos que conservavam e listavam bens em Portugal. Santos e Telles ao discutirem a expressão tombamento para um Dicionário do IPHAN sobre Patrimônio Cultural, explicitaram que:

O termo tombamento passou a ser conhecido no Brasil, na década de 1930, a partir de sua utilização em uma das propostas de norma de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país conhecida como anteprojeto de Mário de Andrade (1936), e desde 1937, com a publicação do Decreto-lei nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, o termo passou a ser reconhecido como a ação do Estado ao colocar, sob sua tutela, bens cuja conservação fosse de interesse público, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e bibliográfico⁴⁵⁸.

Neste aspecto, Sônia Rabelo nos mostra que o tombamento

⁴⁵⁶FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. – 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 1961.

⁴⁵⁷FREIRE, Laudelino (org). *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A noite. Volume V. Publicado entre março de 1943 a janeiro de 1944, p.4956.

⁴⁵⁸SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016, p.2 e 3. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livros%20do%20Tombo%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>>, último acesso em 13/06/2019.

é a forma pela qual o poder público seleciona coisas – bens materiais – que, por seus atributos culturais, devem ser preservadas contra mutilações e destruição; ou seja, coisas que, por serem portadoras de valor cultural, devem ser conservadas.(...) Portanto, o tombamento serve para preservar o direito coletivo público ao patrimônio cultural nacional, estadual ou municipal, do qual as coisas, públicas ou privadas, podem ser portadoras. (...)O valor cultural que o bem porta é a causa, o motivo do tombamento, e a sua conservação é a consequência que se quer alcançar com a tutela; o efeito da imposição desse interesse público, sua finalidade. Se há o reconhecimento desse atributo cultural no bem material, impõe-se a tutela desse valor na coisa pelo poder público, e o tombamento é instrumento jurídico por excelência para proteger e conservar o interesse público cultural materializado em coisas móveis e imóveis.⁴⁵⁹

Assim, notamos que ao longo da existência do IPHAN, a sociedade brasileira, embora ainda lidando de maneira atabalhoada com o termo tombamento, foi-lhe associando ao vocabulário do patrimônio. Notamos, cotidianamente, e também por meio dos processos de tombamento que estudamos, que a sociedade vista em amostra nesta dissertação, podia até desconhecer a aplicabilidade do termo, mas sabia que ele se referia ao mundo da preservação.

O SPHAN foi pensado para operar o tombamento como instrumento privilegiado da prática preservacionista. Desta maneira, criaram-se quatro livros de tombos distintos: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; *Livro do Tombo Histórico*; *Livro do Tombo das Belas Artes* e *Livro do Tombo das Artes Aplicadas*⁴⁶⁰. Entretanto é necessário frisarmos que no *Anteprojeto* concebido por Mário de Andrade, em 1936, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Ministério sob o qual o SPHAN era subordinado, com o intuito de criar normativas e formas para órgão que viria a ser configurado, também postulou-se a organização dos bens tombados por meio de quatro livros com a mesma nomenclatura que acima indicamos. O *Anteprojeto* de 1936 foi adaptado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e percebemos pela leitura que, pelo menos no aspecto sobre os *Livros de Tombo*, ocorreram modificações significativas de

⁴⁵⁹RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento), p.7. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>>, último acesso em 01/11/2019.

⁴⁶⁰BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>, último acesso em 31/07/2017.

supressão de características de pertencimento a cada livro na prática efetiva do SPHAN / IPHAN. Rubino trouxe a riqueza de como Mário de Andrade elaborou estes *Livros*⁴⁶¹. Embora há quem defenda que a mudança mais substancial no *Anteprojeto* tenha sido relacionada ao número dos profissionais da arquitetura: “O predomínio maciço de arquitetos foi uma das poucas e, com toda certeza, mais substancial alteração que Rodrigo Melo Franco imprime ao projeto de Mário de Andrade.”⁴⁶²

Antes, porém de nos atentarmos sobre o que são e quais as relevâncias dos *Livros de Tombo* para a preservação do patrimônio histórico e artístico pertencente ao Brasil é necessário que entendamos qual são as etapas que antecedem a inscrição em um livro do tomo, Márcia Scholz de Andrade Kersten em *os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990* trouxe diversas características dos trâmites administrativos que deveriam compor um processo de tombamento⁴⁶³, como já mencionamos anteriormente.

Porém o que notamos é que há alguns rituais pelos quais o bem sobre o qual se há a intenção de tombado deve passar para que por fim, se assim o órgão analisar necessário, será inscrito em livro do tomo designado. Porém para os processos de tombamento que analisamos de caráter religioso católico para o Estado de São Paulo notamos que, por muitas vezes, os trâmites administrativos que envolveram a prática preservacionista não seguiram à risca estes rituais, levando em consideração que muitos deles tem uma composição inconsistente na fase do inventário. Podemos citar exemplos como os processos de números 180-T-38 – versou sobre Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa, Igreja de São Miguel e Igreja de São Gonçalo - ; 188-T-38 – referiu-se à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária - e 215-T-39 – versando sobre a Igreja Matriz de Santana e Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição -, todos tiveram suas aberturas na década de 1930, nenhum conta com imagens ou informações sobre as edificações, são compostos majoritariamente pelas notificações do

⁴⁶¹RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992, p. 73-79.

⁴⁶²CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p, p. 186.

⁴⁶³ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais Do Tombamento e a Escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1998, p. 42-44.

tombamento aos responsáveis pelos bens em questão. A notificação era do seguinte modo, como podemos perceber pelo do processo 188-T-38:

Revd.^{mo} Senhor Vigário Capitular da Arquidiocese de São Paulo.
 Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento, para os fins determinados no Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que foi deliberada a inscrição nos Livros do Tombo a que se refere o artº 4º, n^{os} 2 e 3, do referido decreto-lei, da seguinte obra de arquitetura religiosa pertencente a essa Arquidiocese: Igreja Matriz da cidade de Itú (Estado de São Paulo)
 Rogando vos digneis responder à presente notificação [...].⁴⁶⁴

Percebemos, pela estrutura da notificação que: a) é direcionada ao responsável pelo bem que pretende ser tombado. Observamos para este três processos de tombamento que mencionamos que a notificação era o documento geralmente inserido após a capa do referido processo, reafirmando a não existência de um levantamento de informações prévios, pelo menos, ao analisarmos os processos não notamos evidências de que foram incorporados a estes dossiês; b) informação sobre em qual dispositivo legal está ancorado o tombamento; c) em que livros pretendesse inscrever o dito bem; d) qual é a proprietária do bem e o bem em questão que deverá sofrer a ação do tombo.

Também é importante explicarmos qual o papel de cada *Livro do Tombo*. No decreto de nº 25 de 30 de novembro de 1937 ficou decretado no *Capítulo II: do Tombamento*

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

⁴⁶⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*. Nº Processo “T” 188. Itú – SP. 1938.

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.⁴⁶⁵

Por meio do decreto não temos muita informação sobre o que de fato poderiam ser enquadrados nestes *Livros do Tombo*, portanto tentando obter o maior número de especificidade naquilo que engloba as características do *Livro do Tombo Histórico* e o *Das Belas Artes*, que são sobre os quais tratamos neste capítulo frisando que os bens sobre os quais nos debruçamos foram inscritos apenas neste dois *Livros*, recorreremos ao *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, que apresentou uma definição com mais detalhes e exemplos sobre estes dois *Livros*:

Livro do Tombo Histórico - Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).⁴⁶⁶

Livro do Tombo das Belas Artes - Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, art.4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>, acesso em: 31/07/2017.

⁴⁶⁶BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portal IPHAN. *Copyright* 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>, último acesso em 13/06/2019.

⁴⁶⁷BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portal IPHAN. *Copyright* 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>, último acesso em 13/06/2019.

3.2. As inscrições nos *Livros do Tombo* para os bens religiosos católicos paulistas

Doravante, enfatizaremos a análise do território paulista a partir dos processos de tombamento que foram abertos para os bens católicos religiosos no Estado de São Paulo e que tiveram como desfecho o tombamento. Portanto, trataremos dos bens que foram inscritos em pelo menos um *Livro do Tombo*. Nesta situação encontramos 18 processos.

Primeiramente, deteremos nosso olhar naqueles bens que tiveram seus processos abertos nas décadas de 1930 e 1940. O olhar atento a este período justifica-se primeiramente porque dos 18 processos de tombamento, 11 pertencem a este período, ou seja, pouco mais de 60% daquilo que analisaremos. O período também fundamenta-se levando em consideração a permanência de Mário de Andrade na composição do corpo técnico,⁴⁶⁸ prestando serviços ao Instituto até o ano de seu falecimento no ano de 1945.⁴⁶⁹

Mário de Andrade, em 16.10.1937, escreveu para o diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, um relatório relatando suas atividades em territórios paulista, apresentando suas dificuldades e apontando características daquilo que poderia vir a ser tombado posteriormente, optamos por trazer um trecho deste relatório:

Cumpre-me ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Ex.^a verbalmente. Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ Mário de Andrade, como já mencionado, foi o autor do Anteprojeto para o SPHAN, trabalhou nos anos 1937 e 1938 como assistente técnico da 6ª região administrativa do SPHAN. No ano de 1938 é obrigado deixar São Paulo por questões políticas, indo para o Rio de Janeiro. Retornou para São Paulo no ano de 1941, fazendo parte ainda do corpo de funcionários do SPHAN. Informações obtidas em FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: Uma vocação de Escritor Público. IN: ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

⁴⁶⁹ Informação disponível no website do IPHAN, pelo seguinte caminho: página inicial > Iphan- Paraná > Notícias > Mário de Andrade. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>>, último acesso em 04/11/2019.

⁴⁷⁰ ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.80

Mário de Andrade sinalizou que o Estado de São Paulo não contava em sua jurisdição com patrimônio cultural com significativo valor artístico. Afirmamos esta que podemos conjecturar que poderia fazer com que o Estado não tivesse em seu interior valor significativo de bens que poderiam vir a serem tombados. Ainda mais se levamos em consideração que a questão estética era a característica primária e principal em ser valorizada, pelo menos nos períodos iniciais do SPHAN, como evidenciou Márcia Chuva:

Se, nas décadas anteriores, a consideração do valor artístico de um bem era o critério prioritário, recorrendo-se ao valor histórico como única justificativa, basicamente, para o tombamento daqueles bens que se enquadravam na letra do decreto-lei nº25, de 30.11.37, mas que eram desprovidos de qualidade estética, ou haviam sofrido adulterações, a partir dos anos 70 a perspectiva histórica, ampliada, levou, inclusive, a uma reconceituação dos valores artísticos.⁴⁷¹

E numericamente dos 456 bens tombados pelo SPHAN em todo território nacional, sendo de todas as tipologias não apenas pela perspectiva religiosa católica apostólica romana – só retiramos desta análise os bens do Estado de São Paulo, já que pretendíamos ver como SPHAN trabalhou fora do território paulista para podermos comparar - que foram inscritos nos *4 Livros de Tombo* entre os anos de 1938-1949 e que estão localizados em dezessete Estados : Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Deste número 199 foram inscritos nos *Livros de Tombo Histórico e das Belas Artes*; 193 apenas no *Livro do Tombo das Belas Artes*; 49 apenas no *Livro do Tombo Histórico*; 8 no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; apenas um bem foi inscrito no *Livro do Artes Aplicadas*; cinco bens foram inscritos em três Livros: no *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ; Histórico; e das Belas Artes*, no entanto, nem todas as inscrições foram realizadas no mesmo período, podemos citar o caso de *Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico*, em 1938 foi inscrito no *Livro do Tombo das Belas Artes* e quase 5 décadas após está inscrição, no ano de 1986, foi inscrito também nos *Livros de Tombo Histórico* e no *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; e por fim, apenas um bem foi inscrito simultaneamente nos *Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e*

⁴⁷¹FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p.193.

*Paisagístico e no das Belas Artes*⁴⁷². A seguir apresentamos uma tabela na qual está detalhado em quais livros foram inscritos os bens e a qual estado pertence bem tombado.

Tabela 5
Em quais livros inscreveram os bens tombados pelo SPHAN nas décadas de 1930 e 1940 em território nacional⁴⁷³
Elaboração: Bruna Valença Mallorga, 2019.

Estado / Livro	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Livro do Tombo Histórico	Livro do Tombo das Belas Artes	Livro do Tombo das Artes Aplicadas	Livro do Tombo Histórico + Livro do Tombo das Belas Artes	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico+ Livro do Tombo Histórico + Livro do Tombo das Belas Artes	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico + Livro do Tombo das Belas Artes	Total de Bens
Alagoas					1			1
Bahia	1	17	58	1	43			120
Ceará	1							1
Espírito Santo		3	1		3			7
Goiás		1						1
Maranhão	1		2					3
Minas Gerais	1	2	86		9	1		99
Pará	1	5			2			8
Paraíba		4	7		4			15
Pernambuco		3	9		35			47
Piauí					6			6
Paraná		1	4		2	2		9
Rio de Janeiro	3	8	18		69	1	1	100
Rio Grande do Norte		1						1
Rio Grande do Sul		3	8		1			12
Santa Catarina					4	1		5

⁴⁷²Análise da tabela Informações coletadas em IPHAN. *Bens Tombados e Processos em Andamento 2019 Maio*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>>, último acesso em 08/10/2019.

⁴⁷³*Idem, Ibidem.*

Sergipe		1			20			21
Total	8	49	193	1	199	5	1	456

Observando apenas os números paulistas do mesmo período podemos afirmar que o *Livro do Tombo das Belas Artes* ao lado do *Histórico* compartilham o protagonismo das inscrições de tombamento, já que a maioria dos bens foram inscritos em ambos *os Livros*, situação um pouco distinta do cenário nacional, em que embora muitos bens tenham sido inscritos simultaneamente nos dois *Livros*, os números referente ao Livro de Tombo das Belas Artes são muito mais expressivos.

Tabela 6
Em quais livros inscreveram os bens tombados pelo SPHAN nas décadas de 1930 e 1940 no Estado de São Paulo⁴⁷⁴
Elaboração: Bruna Valença Mallorga, 2019.

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Livro do Tombo Histórico	Livro do Tombo das Belas Artes	Livro do Tombo Histórico + Livro do Tombo das Belas Artes
1	2	3	13

Retomando o relatório apresentado por Mário de Andrade para a cidade de São Paulo e seus arredores, teceu comentários alguns sobre edificações de caráter religioso católico: *Ordem Terceira de N.S. do Carmo; Nossa Senhora da Boa Morte; Convento de N.S. da Luz; São Benedito e São Francisco; N.S. dos Remédios; Igreja de S. Gonçalo; Igreja de São Miguel e Capela de Santo Antônio*. Sobre as ditas edificações mencionou em alguns momentos seus valores arquitetônicos e históricos, mas não chegou a mencionar valor artístico ou estético⁴⁷⁵. Seguindo com o relatório Mário de Andrade fez incursões em outras diversas localidades como São Roque; Atibaia e Perdões; S. Luís do Paraitinga e Ubatuba; Parnaíba; Santos e Arredores; Itu, Porto Feliz e Sorocaba; Vila Bela e São Sebastião; Iguape e Cananéia; Vale do Paraíba; e Campinas, em todas estas regiões mencionou edificações religiosas de caráter católico, mas também observou outros tipos

⁴⁷⁴*Idem, Ibidem.*

⁴⁷⁵ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.81-82

de edificações como Casa de Trem, Fortes e arquitetura civil , porém majoritariamente do que foi mencionado estava ligado à religião católica⁴⁷⁶.

Mário de Andrade apontou diversas vezes ao diretor do SPHAN a pobreza artística do Estado de São Paulo, como quando em período anterior ao relatório mencionado acima, em uma carta data de 14.09.1937, afirmou que “Feia ou bonita, acho que se devera fotar qualquer fachada de igreja que se pretende por qualquer motivo tombar.”⁴⁷⁷ A afirmação tornou-se muito significativa ao apontar a importância de fotografar igrejas: ou seja, muito provavelmente, por ser um bem de interesse do órgão, se levarmos em consideração os números de tais edificações de arquitetura religiosa do período, como já apontamos diversas vezes ao longo do texto, houve maior “detalhamento” nas investigações do bem.

Ocorreram o envio de diversas missivas de Mário de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade.⁴⁷⁸ As correspondências de Mário de Andrade que fizeram parte do acervo do escritor foram tombadas em 1995 pelo IPHAN, sendo que a correspondência ganhou publicação por meio da *Coleção Correspondência de Mário de Andrade* no âmbito do Instituto dos Estudos Brasileiros – IEB – pertencente ao corpo da Universidade de São Paulo – USP⁴⁷⁹. Mário de Andrade trocou correspondências com diversas personalidades entre elas Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros⁴⁸⁰.

Em uma destas cartas endereçadas a Rodrigo M. F. de Andrade, o outro Andrade, Mário, no mês de maio de 1937⁴⁸¹ afirmou que:

[...]

E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosa, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensar e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram

⁴⁷⁶*Idem, ibidem*, p.80-106.

⁴⁷⁷*Idem, ibidem*, p.77.

⁴⁷⁸ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

⁴⁷⁹ ANDRADE, Mário de. Correspondência: Mário de Andrade & Alceu Amoroso Lima/ organização, introdução e notas Leandro Garcia Rodrigues. – São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p.9-13

⁴⁸⁰*Idem, ibidem*,p.9-13.

⁴⁸¹ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.66-69.

grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais.[...] ⁴⁸²

Mário de Andrade, como sugeriram Silvana Rubino e Cristiane Gonçalves ⁴⁸³, e como os textos de sua própria lavra, de modo *ipsis litteris*, induzem, pintou uma situação para a preservação paulista alicerçada em parâmetros que não os valores artístico ou estético. Porém, a análise que empreendemos mostrou que ao longo das décadas de trabalho do SPHAN sobre os bens religiosos católicos em São Paulo, o panorama se mostrou outro, ao fim e ao cabo. Embora não tenhamos lido os outros processos abertos neste período em território paulista, podemos aferir que dos dezenove bens que foram inscritos no período em *Livros de Tombo*, treze foram inscritos no *das Belas Artes* e no *Histórico*, simultaneamente; três foram inscritos somente no *das Belas Artes*; dois no *Histórico*; e apenas um no *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Porém para os processos que analisamos que foram aqueles de tipologia católica religiosa tombados individualmente, ou seja, que não abarcaram tombamentos de centro-históricos, por exemplo, notamos que 100% dos processos de tombamento que foram abertos e concluídos no período entre as décadas de 1930 e 1940 foram inscritos no *Livro do Tombo das Belas Artes*, sendo que onze dos doze bens tombados também foram inscritos no *Livro do Tombo Histórico*, fazemos uma ressalva para apontar que um destes bens: a Igreja de São Gonçalo, que foi inscrita em ambos os *Livros*, teve seu tombamento cancelado na década de 1950 devido à descaracterização do bem ⁴⁸⁴. Há dois processos de tombamento da tipologia que analisamos que foram abertos na década de 1940, porém concluídos na década seguinte e o desfecho foi a inscrição apenas no Livro *Histórico*. E o único bem rerratificado também foi inscrito em ambos os *Livros*. ⁴⁸⁵

⁴⁸² *Idem, ibidem*, p.69.

⁴⁸³ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.; GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica – a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2007. ISBN 978-85-7419-680-0.

⁴⁸⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938.

⁴⁸⁵ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Nº Processo “T” 216. Santos – SP. 1939.

Tabela 7
Indicação dos Livros de Tombo utilizados para inscrição dos Bens Religiosos da
ICAR tombados pelo IPHAN no Estado de São Paulo⁴⁸⁶
Elaboração: Bruna Valença Mallorga, 2019.

Nº Processo	Bem Tombado	Ano de Abertura do Processo	Ano de Encerramento	Livro(s) em que foram inscritos
180	Igreja de São Miguel Paulista / Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	1938	1938	Histórico e das Belas Artes
180	Igreja de São Gonçalo (tombamento cancelado na década de 1950)	1938	1938	Histórico e das Belas Artes
188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	1938	1938	Histórico e das Belas Artes

⁴⁸⁶Tabela elaborada a partir da tabela *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento* pertencente ao IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, acesso em: 16/12/2016. E também com a leitura e análise dos seguintes processos: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa*. Nº Processo “T” 180. Embu – SP. 1938.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*. Nº Processo “T” 188. Itu – SP. 1938.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santana*. Nº Processo “T” 215. Itanhaém – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*. Nº Processo “T” 215. Itanhaém – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de São João Batista*. Nº Processo “T” 221. Carapicuíba – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*. Nº Processo “T” 221. Guararema – SP. 1939.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna*. Nº Processo “T” 222. Santana de Parnaíba - SP; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora do Pilar*. Nº Processo “T” 343. Taubaté – SP. 1944.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da capela*. Nº Processo “T” 346. São Roque – SP. 1941 (?); BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945.; BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948.

215	Igreja Matriz de Santana / Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	1939	1941	Histórico e das Belas Artes
216	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	1939	Última informação incorporada ao processo de tombamento foi do ano de 2015.	Histórico e das Belas Artes
221	Capela de São João Batista / Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	1939	1941	Histórico e das Belas Artes
222	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	1939	1941	Histórico e das Belas Artes
325	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	1943	1943	Histórico e das Belas Artes
343	Capela de Nossa Senhora do Pilar	1944	1944	Histórico e das Belas Artes
346 ⁴⁸⁷	Sítio Querubim: forro da capela	1945	1959	Histórico
348	Mosteiro e Igreja de São Bento	1945	1948	das Belas Artes
384	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes	1948	1967	Histórico

⁴⁸⁷ Na tabela *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento* está sinalizada uma dúvida de que talvez este processo tenha sido aberto em 1941, informação em: IPHAN. *Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento*. A tabela está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>, acesso em: 16/12/2016. Entretanto com a leitura do processo observamos que ele foi aberto no ano de 1945, mas que Luis Saia já tinha ido ao local no ano de 1939, informações em: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da capela*. Nº Processo “T” 346. São Roque – SP. 1941 (?).

	dos referidos monumentos			
514	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	1951	1955	Histórico
556	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	1957	2003	Belas Artes
790	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	1967	1967	Histórico
822	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho/ Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	1969	1969	Belas Artes
824	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída	1969	1969	Belas Artes

	a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)			
993	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri	1977	1980	Histórico e das Belas Artes
1176	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo (...)	1985	1999	Histórico e das Belas Artes

Importante mencionarmos que Mário de Andrade não era o único que afirmava que São Paulo não era detentor de belezas significativas patrimoniais. Luís Saia que prestou por anos serviços ao IPHAN⁴⁸⁸ afirmou que:

Um confronto mais detido entre a arquitetura religiosa de Minas e São Paulo do século XVIII revela que abundava naquela o que faltava às construções paulistas: aquela riqueza proveniente da fartura do ouro e da nitidez das teses coletivas de instalação. Às matrizes mineiras do século XVIII, ricas como as de Sabará e Antônio Dias, se opõem as matrizes paulistas, mais pobres do que propriamente severas, como as de Porto Feliz e Taubaté; às igrejas Terceiras mineiras, vigorosas e decididas na sua formulação de Ouro Preto ou São João Del Rey, se opõem as igrejas paulistas apoucadas e pobres, sem pretensão de representar coisa alguma que não fosse uma proteção governamental interessada, mas pífia, e o natural fervor religioso da população da época. Enquanto nessa época, em Minas, as construções religiosas têm uma retaguarda armada numa forma gregária bem definida, carregada de intenções e com grande vivacidade no plano da emulação, em São Paulo representam um empenho do governo e do clero, ambos tentando aparentar vitalidade, sobretudo um desesperado esforço da população em luta contra a pobreza e a insolubilidade da vida coletiva falta de substância econômica.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ PEREIRA, Juliana Melo. *Admiráveis insensatos*: Ayrtton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, Recife, 2012, p. 15. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11356/1/Admir%C3%A1veis%20Insensatos_BIBLIOTECA.pdf>, último acesso em 04/11/2019.

⁴⁸⁹SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p.46.

Portanto, notamos que embora São Paulo tivesse sido apontado como um território sem belezas significativas, mesmo assim seguiu o padrão nacional de inscrição predominante no *Livro do Tombo das Belas Artes*.

Considerações Finais

A maioria esmagadora de fontes usadas para esta pesquisa refere-se à tipologia dos processos de tombamento. Este “instrumento preservacionista”, de acordo com Fernando Atique, encarnou, no Brasil, a própria ideia de preservação. Este autor comenta que

A ideia de que só se preserva mediante o tombamento ainda se apresenta como o único caminho perante a sociedade brasileira. Esse instrumento, cuja eficácia tem sido reavaliada na contemporaneidade, ainda não foi substituído no senso mais amplo, levando a considerações do quão importante se faz a ampliação da discussão sobre preservação no país.⁴⁹⁰

Face a esta proeminência nas políticas preservacionistas, o tombamento é quase um protagonista nas ações do IPHAN. Por este motivo, esta dissertação decidiu abordá-lo. Para que pudesse ser mais delimitada a investigação, duas molduras analíticas foram então feitas: 1) este instrumento deveria ser visto à luz dos processos que incidiam sobre a ICAR; 2) restringiríamos nosso recorte espacial ao Estado de São Paulo. A temporalidade de tramitação de um processo de tombamento é muito variável, pois alguns documentos são abertos e encerrados rapidamente, com tramitação muito célere no IPHAN, e, alguns outros, tiveram trajetórias administrativas que demoraram décadas. Desta maneira, nosso recorte temporal é pouco importante, pois ele vem a reboque das práticas atreladas aos processos de tombamento.

Uma situação que notamos, explorando este assunto e nossas fontes, foi que os processos de tombamento acerca dos bens da ICAR são, via de regra, muito enxutos. Isso levava a uma suposição, pela historiografia de que a participação da ICAR junto às resoluções era também diminuta. Porém, a bibliografia que mobilizamos, proporcionou que entendêssemos o papel da instituição religiosa no debate preservacionista de forma mais multifacetada, embora, ainda existam dimensões sobre a presença da ICAR nestes processos, mas em especial, no IPHAN, que precisam ser exploradas por outros pesquisadores.

⁴⁹⁰ ATIQUE, Fernando. A midiatização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. *An. mus. paul.* vol.24 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2016, p. 163. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n3/1982-0267-anaismp-24-03-00149.pdf>>, último acesso em 02/11/2019.

Outro aspecto que devemos mencionar foi a figura de Mário de Andrade, que muito embora não tenha sido figura central da pesquisa, acabou “aflorando” durante as investigações. Sua atuação junto ao IPHAN dos primeiros anos, possibilitou que trouxéssemos ao debate a perspectiva estética para o nosso trabalho, levando-se em consideração que para esse autor o território paulista padecia de uma patente ausência de *belos* exemplares passíveis de tombamento. Para Andrade, então, em São Paulo deveria sobressair a perspectiva *histórica* dos bens. Porém, ao nos debruçarmos sobre os processos de tombamento vinculados à ICAR, observamos que o IPHAN acabou agindo em uma direção oposta àquela que preconizava Mario de Andrade, ou seja, os bens religiosos católicos, em sua maioria, foram inscritos no *Livro de Tombo das Belas Artes*, figurando, *simultaneamente*, no *Livro Histórico*. Esta dupla figuração não é casuística, em nossa interpretação, pois ela revela que as próprias concepções sobre relevância artístico-arquitetônica, e conseqüentemente de beleza, foram alteradas ao longo do século XX. Neste ponto, ancorados no texto de Lucília Santos Siqueira, que abordou processos de tombamento atinentes ao período cafeeiro paulista, afirmamos, como faz a autora, de que “este estudo não trata de, anacronicamente, cobrar dos responsáveis pelo ‘patrimônio histórico e artístico’ de décadas atrás, que tivessem sobre o passado uma compreensão mais democrática e antropologizada, a que somente chegamos em tempos posteriores.”⁴⁹¹ Muito menos, de imputar ao IPHAN uma conduta “pré-fabricada” acerca dos bens, seguindo cegamente as recomendações andradianas. Isto, então, nos deixa imunes de imputar a Mário de Andrade um papel equivocado ou mesmo de apontá-lo como um personagem néscio acerca dos possíveis rumos a serem seguidos pelo IPHAN em sua trajetória preservacionista. Contudo, nós buscamos contribuir revisitando a história da preservação do patrimônio brasileiro, por meio do recorte paulista, para compreendermos o que este território pode ter significado para a prática do tombamento.

Coube-nos, desta forma, contrastar o quanto a compreensão de patrimônio paulista alterou-se ao longo da existência do IPHAN. Se, para Mario de Andrade, “não era possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional”⁴⁹² frisando a

⁴⁹¹ SIQUEIRA, Lucília Santos. A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.49–79, jun. 2015, p.53. Disponível em: <<http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p49-79>>, último acesso em 06/11/2019.

⁴⁹² ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.80

“miséria artística tradicional” paulista,⁴⁹³ ao lermos os processos de tombamento dos bens católicos paulistas, notamos que a perspectiva da ausência estética deixou de fazer sentido, já que um grande número destes processos foram inscritos no *Livro do Tombo das Belas Artes*.

Desta maneira, a análise de todos estes casos nos apontou que o IPHAN, assim como sua nomenclatura, foi uma instituição de múltiplas faces. As temporalidades do rito do tombamento também são diversas, como foram as práticas preservacionistas. De toda maneira, vale apontar que a Igreja sempre foi pauta constante ao longo dos mais de 80 anos ininterruptos de atuação. Se, como apontou Atique, na citação presente no começo destas considerações finais, o tombamento ficou adossado à prática dos órgãos de patrimônio no Brasil, a imagem da igreja branca, de feição colonial, se ficou na imagem do brasileiro, por ação do IPHAN. E ao contrário do que se possa pensar, São Paulo também entra nesta categoria. A ICAR, desta maneira, está entrelaçada ao patrimônio, como defendemos aqui.

⁴⁹³*Idem, ibidem.*

Documentação

Processos de Tombamento

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Gonçalo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa; e Igreja de São Miguel Paulista*. Nº Processo “T” 180. São Paulo – SP. 1938. Volume I e II.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária*. Nº Processo “T” 188. Itu – SP. 1938.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santana; Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição*. Nº Processo “T” 215. Itanhaém – SP. 1939.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Nº Processo “T” 216. Santos – SP. 1939.;

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de N.S.do Carmo*. Nº Processo “T” 217. Santos – SP. 1939.;

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de São João Batista e Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência*. Nº Processo “T” 221. Carapicuíba - SP e Guararema – SP. 1939.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna*. Nº Processo “T” 222. Santana de Parnaíba – SP. 1939.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal*. Nº Processo “T” 325. São Paulo – SP. 1943.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela de Nossa Senhora do Pilar*. Nº Processo “T” 343. Taubaté – SP. 1944.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítio Querubim: forro da Capela*. Nº Processo “T” 346. São Paulo – SP. 1945.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mosteiro e Igreja de São Bento*. Nº Processo “T” 348. Santos – SP. 1945.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Altar-Mor da Catedral de Taubaté*. Nº Processo “T” 362. Taubaté – SP. 1946.;

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Capela do Padre Bento*. Nº Processo “T” 366. Itu – SP. 1946.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos*. Nº Processo “T” 384. Itu – SP. 1948.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas*. Nº Processo “T” 514. São Paulo – SP. 1951.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo*. Nº Processo “T” 556. São Paulo – SP. 1957.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Carmo (Ordem 3ª)*. Nº Processo “T” 586. São Paulo – SP.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja de São Francisco (Ordem Terceira)*. Nº Processo “T” 593. São Paulo – SP. 1959.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Arquivo: Convento do Carmo*. Nº Processo “T” 661. Santos – SP. 1962.;

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz do Núcleo Colonial*. Nº Processo “T” 743. Jundiaí – SP. 1964.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral*. Nº Processo “T” 764. Campinas – SP. 1965.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo*. Nº Processo “T” 790. Mogi das Cruzes – SP. 1967.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Nº Processo “T” 822. São Paulo – SP. 1969.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)*. Nº Processo “T” 824. São Paulo – SP. 1969.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Palácio Episcopal*. Nº Processo “T” 868. Santos – SP. 1972.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Pilar*. Nº Processo “T” 874. Ribeirão Pires – SP. 1973.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de N. Sr^a do Monte Serrat*. Nº Processo “T” 911. Cotia – SP. 1974.

BRASIL. Ministério da Cultura.; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Matriz*. Nº Processo “T” 915. Franca – SP. 1974

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldeia de Barueri*. Nº Processo “T” 993. Barueri – SP. 1978.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP.; Oito quadros do século XIX, de autoria de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos em edifício conventual das Irmãs de São José, em Itu, SP*. Nº Processo “T” 1176. São Paulo – SP e Itu – SP. 1985;

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja da Ordem 1ª do Carmo e seu acervo (arquivo) documental, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo*. Nº Processo “T” 1251. Santos – SP. 1987.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja: Catedral Metropolitana de Campinas*. Nº Processo “T” 1371. Campinas – SP. 1996.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*. Nº Processo “T” 1437. Eldorado – SP. 1998.

Outras documentações

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>, último acesso em 13/09/2018.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, de 10 de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>, último acesso em 01/07/2019.

SILVA NIGRA, Dom Clemente Maria da. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades / Dom Clemente Maria da Silva Nigra. Caixa 112/Pasta 368.

Referência Bibliográfica

ANDERSON, Benedict. Introdução. IN: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, 1987b: 125 APUD GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214p.

ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Mario. A capela de Santo Antônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 26, p.24-29, 1997. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat26_m.pdf>, último acesso em: 29/10/2019.

ANDRADE. Mário de. *Correspondência: Mário de Andrade & Alceu Amoroso Lima*/ organização, introdução e notas Leandro Garcia Rodrigues. – São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. 2ª ed. revista e atualizada. Companhia Editora Nacional: São Paulo – SP, 1966. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/379/1/331%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>, último acesso em 28/06/2019.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. 2ª ed. revista e atualizada. Companhia Editora Nacional: São Paulo – SP, 1966, p.95-106. Disponível em:<<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/379/1/331%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>, último acesso em 28/06/2019.

ATIQUÉ, Fernando. A midiatização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. *An. mus. paul.* vol.24 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2016, p. 163. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n3/1982-0267-anaismp-24-03-00149.pdf>>, último acesso em 02/11/2019.

AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BASSANEZI, Maria Silvia C.B. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. *Idéias*. Dossiê: Migrações e Seção Livre, v. 2, n. 1 (2011), p. 89-107. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649332/15887>>, último acesso em 12/09/2018.

BENHAMOU, Françoise. *Economia do patrimônio cultural*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

BOXER, Charles. O Padroado da Coroa e as missões católicas. In: BOXER, Charles. O Império marítimo português 1415-1825 / Charles Boxer; tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5522/7052>>, último acesso em: 30/10/2019.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Porvir do Povo. IN: CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed 7. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. Cap.4.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 1779-1825. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca / organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello – São Paulo: Ed. 34, 2001, 648p. (Coleção Formadores do Brasil).

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Minc—IPHAN, 2000.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Interpretações do Patrimônio: Arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960*. São Carlos: EduFSCAR, 2013.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo:Estação Liberdade: Editora Unesp, 2006.

CHRISTO REDEMPTOR. Direção e Produção: Bel Noronha. Rio de Janeiro – Brasil: Bel Noronha Produções Artísticas, 2005. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=christo_redemptor>, último acesso em 21/10/2019.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista IEB*, São Paulo, n. 55, p. 89-107, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n55/a06n55.pdf>>, acesso em 18/10/2019.

COSTA, Eduardo A. O Iphan e seu arquivo fotográfico. *Acesso Livre*. Rio de Janeiro, p.164-172, jul.-dez.2015. Disponível em: <<https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/eduardo-augusto-costa.pdf>>, último acesso 30/10/2019.

COSTA, Eduardo Costa. *Arquivo, poder, memória : Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN / Eduardo Augusto Costa*. – Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281153>>, último acesso em 18/10/2019.

COSTA, Érica Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. As igrejas matrizes novas de Itu e Campinas – estudo comparativo dos processos construtivos e das relações com o espaço urbano. *Anais do XX Encontro de Iniciação Científica* – ISSN 1982-0178 Anais do V Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – ISSN 2237-0420 22 e 23 de setembro de 2015.

CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. 3.ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DANON, Diana Dorothèa; ARROYO, Leonardo. *Memória e Tempo das Igrejas de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, Síntese Cronológica, s/p.

DEL PRIORE, Mary. *A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Diogo Antônio Feijó: padre regente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. – 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 1961.

FERREIRA, Maria de Simone. De Ruínas a Museus: os casos do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu. *Revista Tempo Amazônico*. V.3, N.1, julho-dezembro de 2015, p. 80-105. Disponível em: <http://www.pr.anpuh.org/resources/download/1482275479_ARQUIVO_Texto6Artigo deMariaDeSimoneFerreiraFinalizado.pdf>, último acesso em 18/10/2019.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN (1937-1987). In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008 Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>, último acesso em: 15/10/2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.217.

FREIRE, Laudelino (org). *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A noite. Volume IV. Publicado entre fev.1942 a fev. 1943, p. 3856.

FREIRE, Laudelino (org). *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A noite. Volume V. Publicado entre março de 1943 a janeiro de 1944.

FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 3ª edição, Volume IV, 1957.

FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: Uma vocação de Escritor Público. IN: ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. – Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional em São Paulo: o caso da restauração do sítio Santo Antônio, 1940-1947. *Pós*, n.21, São Paulo, p. 168-187, junho 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43514/47136/>>, último acesso em 28/10/2019.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da historiografia*. Número 02, p. 50-66. março 2009. Disponível em: <<https://historiadahistoriografia.com.br/revista/search/authors/view?firstName=Hugo&middleName=&lastName=Hruby&affiliation=PUC-RS&country=BR>>, último acesso em: 12/08/2016.; AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/07.pdf>>, último acesso em 18/09/2019.

IBCP Notícias, ed. esp. 27.2.92, p. 4 APUD FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p.108

IPHAN. Aos 43 anos, um novo caminho. Restauração e uso social pesquisa, reflexão e referência, 1979. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_0.pdf>, último acesso em: 29/10/2019.

JABUR, Rodrigo Sartori. *Paranaaguá: identidade e preservação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-08032016-101211/publico/RodrigoJabur_versaocorrigida.pdf>, acesso em 18/10/2019.;

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), p. 127-175. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação; histórias. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais Do Tombamento e a Escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1998.

LIMA, Francisca Helena Barbosa. Introdução. IN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 10. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>, último acesso em 17/10/2019.

LOPES, Reinaldo José. A língua do Brasil, palavra por palavra. *Unespciência*. Edição 01, setembro de 2009. Disponível em: <<http://unespciencia.com.br/2009/09/01/letras-01/>>, último acesso em 21/10/2019.

LUI, Janayna de Alencar. “*Em nome de Deus*”: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88373/230688.pdf?sequence=1>>, último acesso em 13/11/2018.

MALLORGA, Bruna Valença. *A Igreja de São Gonçalo nas perspectivas dos órgãos de preservação*. (mimeo)

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MARINS%252c%20Paulo%20C_G%20Novos%20patrim%C3%B4nios%252c%20um%20novo%20Brasil.pdf>, último acesso em 28/10/2019.

MAYUMI, Lia. Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005. 329f. Tese (doutorado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 264-267. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/pt-br.php>>, último acesso em: 01/07/2019.

MENEZES, Aline Bezerra de. O papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico. P. 13-35. IN: CHUVA, Márcia (org). *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados*. Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_1_AssentamentosJesuiticos_m.pdf>, último acesso em: 30/10/2019.

MICHELAN, Kátia Brasilino. Ordens Religiosas. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/90/ordens-religiosas>>, último acesso em: 29/11/2019.

MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p.259-278, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000100259>, último acesso em: 29/10/2019.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n3/1982-0267-anaismp-24-03-00121.pdf>>, último acesso em 18/10/2019.

NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião do Império e a Igreja*. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial: volume I, 1808-1831*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p.377 – 428.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. *O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/811/1/arquivo4349_1.pdf>, último acesso em 30/10/2019.

PEREIRA, Juliana Melo. *Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11356/1/Admir%c3%a1veis%20Insen%20satos_BIBLIOTECA.pdf>, último acesso em 04/11/2019.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. *Risco*. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc-usp, p. 4-14, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>, último acesso em 28/10/2019.

Proc. 1.072-T-82 APUD FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p.217.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>>, último acesso em 01/11/2019.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, 36-46. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/4710/4054>>, último acesso em 05/11/2018.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/52/diretoria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-dphan-1946-1970>>, último acesso em 16/10/2019.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Secretaria e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/60/secretaria-e-subsecretaria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-1979-1990>>, último acesso em 17/10/2019.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>, último acesso em 28/08/2018.

RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional: Textos De História Da Arte Engajados Na Política De Preservação No Brasil*. 2013. 261f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf>, último acesso em: 30/06/2019.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombração de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)* / Magda M. de O. Ricci. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT – IFCH, 2011.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/publico/Corrigida1.pdf>>, último acesso em: 30/10/2019.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. IN: ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Cap. 1.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

SÁ, Ivan Coelho de. Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. *Museologia & interdisciplinaridade* Vol. IV, nº 8, dez. de 2015.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p.46.

SANTIROCCHI, Ítalo. A igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaa

eConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf>, último acesso em: 17/10/2019.

SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livros%20do%20Tombo%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>> , acesso em: 13/06/2019.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Cintia Mayumi de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7687/CPDOC2010CintiaMayumiCarliSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, último acesso em: 02/07/2019.

SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUSMÁN, Décio de Alencar (org.) *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém, Paka-tatu, 2002.

SISSON, S.A [editor]. – *Galeria dos brasileiros ilustres*. – Brasília: Senado Federal, 1999. V. 1. (Coleção Brasil 500 anos). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027>>, último acesso em 18/09/2019.

SIQUEIRA, Lucília Santos. A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.49–79, jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p49-79>>, último acesso em 06/11/2019.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015.

Disponível em: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108>, último acesso em: 13/06/2019.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *Revista Almanack Braziliense* n°08, p.127-137, novembro 2008. Disponível em: <www.revistas.usp.br/alb/article/download/11700/13471>, último acesso em 02/02/2014.

SOUZA, Nayara Cavalini de. Documentos fotográficos no Arquivo: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ). 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Nayara%20Cavalini%20de%20Souza.pdf>>, último acesso em 26/06/2019.

STEVENS, Garry. *O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. 1 edição. Brasília: Editora UNB, 2003.

Teresinha Marinho. Notícia Biográfica. IN ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos/ Rodrigo M.F. de Andrade*. – Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

TOLEDO, Benedito Lima de. A cidade de Santos: Iconografia e História. *REVISTA USP*, São Paulo, n.41, p. 48-61, março/maio 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i41p48-61>>, último acesso em 12/10/2019.

Trindade, J. (2014). Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (18-19), 123-169. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i18-19p123-169>>, último acesso em: 30/10/2019.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *MANA* 12(1): 237-248, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009>, último acesso em 30/10/2019.

Anexos

Anexo I

Por meio das Atas do Conselho Consultivo conseguimos fazer um levantamento dos membros do Conselho até o ano de 1977.

Sessão Inaugural
Ministro da educação e saúde
Edgar Roquete Pinto
Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Raimundo Lopes
Manuel Bandeira
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Francisco Marques dos Santos
Carlos de Azevedo Leão
Rodrigo M. F. de Andrade
Heloisa Aberto Torres (diretora de museu nacional)
Gustavo Barroso (diretor de museu nacional)
Oswaldo Teixeira (diretor de museu nacional)
Alberto Childe (Ausente)
Afonso Arinos de Melo Franco (retirou-se antes de iniciar a Sessão)

1ª sessão extraordinária (17/5/1938)
Edgar Roquete Pinto
Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Raimundo Lopes
Manuel Bandeira
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Francisco Marques dos Santos
Carlos de Azevedo Leão
Oswaldo Teixeira
Rodrigo M. F. de Andrade
Ausentes
Alberto Childe
Diretores dos museus nacionais

2ª reunião ordinária (14/6/1938)
Rodrigo M. F. de Andrade
Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Raimundo Lopes
Manuel Bandeira
Francisco Marques dos Santos
Carlos de Azevedo Leão
Afonso Arinos de Melo Franco

Oswaldo Teixeira
Heloisa Alberto Torres
Ausentes
Alberto Childe
Edgar Roquete Pinto
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Diretor do museu histórico nacional

3ª reunião ordinária (07/07/1938)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alberto Childe
Heloisa Alberto Torres
Oswaldo Teixeira
Augusto José Marques Junior
Otávio José Corrêa Lima
Afonso Arinos de Melo Franco
Raimundo Lopes
Francisco Marques dos Santos
Manuel Bandeira
Carlos de Azevedo Leão
Ausentes
Gustavo Barroso
Edgar Roquete Pinto
Rodolfo Gonçalves de Siqueira

4ª reunião ordinária (10/08/1938)
Rodrigo M. F. de Andrade
Raimundo Lopes
Edgar Roquete Pinto
Francisco Marques dos Santos
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Heloisa Alberto Torres
Carlos de Azevedo Leão
Oswaldo Teixeira
Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Ausentes
Gustavo Barroso

5ª reunião ordinária (28/08/1938)
Rodrigo M. F. de Andrade
Gustavo Barroso
Raimundo Lopes
Francisco Marques dos Santos
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Heloisa Alberto Torres
Carlos de Azevedo Leão
Oswaldo Teixeira

Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Ausentes
Edgar Roquete Pinto

6ª reunião ordinária (16/01/1939)
Rodrigo M. F. de Andrade
Heloisa Alberto Torres
Manuel Bandeira
Alberto Childe
Francisco Marques dos Santos
Gustavo Barroso
Raimundo Lopes
Otávio José Corrêa Lima
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Lúcio Costa
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco
Oswaldo Teixeira
Edgar Roquete Pinto

7ª reunião ordinária (15/05/1939)
Rodrigo M. F. de Andrade
Gustavo Barroso
Lúcio Costa
Manuel Bandeira
Edgar Roquete Pinto
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Francisco Marques dos Santos
Oswaldo Teixeira
Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco
Alberto Childe
Raimundo Lopes
Heloisa Alberto Torres

8ª reunião ordinária (19/05/1939) - estão escritos sobrenomes e não os nomes completos para alguns conselheiros
Rodrigo M. F. de Andrade
Gustavo Barroso
Lúcio Costa
Raimundo Lopes
Edgar Roquete Pinto
Manuel Bandeira
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Francisco Marques dos Santos
Oswaldo Teixeira

Otávio José Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco
Heloisa Alberto Torres
Alberto Childe

9ª reunião (15/12/1939)
Rodrigo M. F. de Andrade
Otávio José Corrêa Lima
Francisco Marques dos Santos
Augusto José Marques Junior
Edgar Roquete Pinto
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Raimundo Lopes
Heloisa Alberto Torres
Gustavo Barroso
Ausentes
Alberto Childe
Lúcio Costa
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Oswaldo Teixeira

10ª reunião ordinária (16/04/1940)
Rodrigo M. F. de Andrade
Heloisa Alberto Torres
Afonso Arinos de Melo Franco
Alcindo Sodré
Francisco Marques dos Santos
José Otávio Corrêa Lima (acredito que inverteram os dois primeiros nomes)
Oswaldo Teixeira
Gustavo Barroso
Augusto José Marques Junior
Raimundo Lopes
Ausentes
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Roquete Pinto
Lúcio Costa
Manuel Bandeira
Alberto Childe

11ª reunião ordinária (17/07/1946)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alberto Childe
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Francisco Marques dos Santos
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt
Augusto José Marques Junior
Gustavo Barroso

Alcindo Sodré
Manuel Bandeira
Heloisa Alberto Torres
Afonso Arinos de Melo Franco
Ausentes
Edgar Roquete Pinto
Miran de Barros Latif
José Otávio Corrêa Lima (acredito que inverteram os dois primeiros nomes)
Oswaldo Teixeira

12ª reunião ordinária (31/07/1946)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alberto Childe
José Otávio Corrêa Lima (acredito que inverteram os dois primeiros nomes)
Augusto José Marques Junior
Edgar Roquete Pinto
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Francisco Marques dos Santos
Alcindo de Azevedo Sodré
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Heloisa Alberto Torres
Ausentes
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Gustavo Barroso
Oswaldo Teixeira
Miran de Barros Latif

13ª reunião ordinária (22/07/1947)
Rodrigo M. F. de Andrade
Oswaldo Teixeira
Miran de Barros Latif
Afonso Arinos de Melo Franco
Manuel Bandeira
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Heloisa Alberto Torres
Francisco Marques dos Santos
Alcindo de Azevedo Sodré
Ausentes
José Otávio Corrêa Lima (acredito que inverteram os dois primeiros nomes)
Gustavo Barroso
Edgar Roquete Pinto
Alberto Childe
Augusto José Marques Junior

14ª reunião ordinária (22/08/1947)
Rodrigo M. F. de Andrade
José Otávio Corrêa Lima (acredito que inverteram os dois primeiros nomes)
Afonso Arinos de Melo Franco
Rodolfo Gonçalves de Siqueira

Francisco Marques dos Santos
Miran de Barros Latif
Manuel Bandeira
Heloisa Alberto Torres
Oswaldo Teixeira
Ausentes
Augusto José Marques Junior
Alberto Childe
Gustavo Barroso
Alcindo de Azevedo Sodré
Edgar Roquete Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt

15ª reunião ordinária (16/12/1947)
Rodrigo M. F. de Andrade
Pedro Calmon
Manuel Bandeira
Alcindo Sodré
Américo Lacombe
Afonso Arinos de Melo Franco
Côrrea Lima
Marques Junior
Oswaldo Teixeira
Marques dos Santos
Rodolfo Siqueira
Heloisa Alberto Torres

16ª reunião ordinária (04/02/1949)
Rodrigo M. F. de Andrade
Oswaldo Teixeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Américo Lacombe
Pedro Calmon
Rodolfo Siqueira
Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Gustavo Barroso
Francisco Marques dos Santos
Ausentes
Miran de Barros Latif
Heloisa Alberto Torres
Alcindo Sodré
Alberto Childe
Manuel Bandeira
Roquete Pinto

17ª reunião ordinária 10/2/1953
Rodrigo M. F. de Andrade
José Wash Rodrigues
Edgar Roquete Pinto

Manuel Bandeira
Américo Jacobino Lacombe
Francisco Marques dos Santos
Rodolfo Gonçalves de Siqueira
Miran de Barros Latif
Afonso Arinos de Melo Franco
Pedro Calmon
Ausentes
José Otávio Corrêa Lima
Augusto José Marques Junior
Heloisa Alberto Torres
Gustavo Barroso
Osvaldo Teixeira
Paulo Cordovil??
Alcindo Azevedo Sodré (faleceu)
Alberto Childe (faleceu)

Termo de Posse de membros do Conselho Consultivo (20/6/1955)
Paulo Ferreira Santos (professor)
José Soares de Mello (professor)

18ª reunião ordinária (30/6/1955)
Rodrigo M. F. de Andrade
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Melo Franco
Américo Lacombe
Francisco Marques dos Santos
Miran de Barros Latif
José Otávio Corrêa Lima
Osvaldo Teixeira
José Wash Rodrigues
Paulo Ferreira Santos
José Soares de Mello
Ausentes
Augusto José Marques Junior
Gustavo Barroso
Manuel Bandeira
Diretor Substituto do Museu Nacional

19ª reunião ordinária (13/12/1955)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos de Melo Franco
Américo Lacombe
José Cândido Melo Carvalho
José Soares de Mello
José Wash Rodrigues
Manuel Bandeira
Osvaldo Teixeira
Paulo Ferreira Santos
Ausentes
Augusto José Marques Junior

José Otávio Corrêa Lima
Francisco Marques dos Santos
Gustavo Barroso
Pedro Calmon
Miran Latif

20ª reunião ordinária (7/6/1956)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos de Melo Franco
Américo Lacombe
Francisco Marques dos Santos
José Cândido Melo Carvalho
José Otávio Corrêa Lima
José Soares de Mello
José Wash Rodrigues
Oswaldo Teixeira
Miran Latif
Pedro Calmon
Ausentes
Gustavo Barroso
Manuel Bandeira
Augusto José Marques Junior
Paulo Santos

21ª reunião ordinária (6/9/1956)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos de Melo Franco
Francisco Marques dos Santos
José Cândido Melo Carvalho
José Otávio Corrêa Lima
José Wash Rodrigues
Manuel Bandeira
Oswaldo Teixeira
Miran de Barros Latif
Paulo Santos
Pedro Calmon
Ausentes
Américo Lacombe
Augusto José Marques Junior
Gustavo Barroso
José Soares de Mello

Não achei a ata da sessão 22ª

23ª reunião ordinária (14/6/1957)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos de Melo Franco
Francisco Marques dos Santos
José Cândido Melo Carvalho
José Soares de Mello

Miran de Barros Latif
Paulo Santos
Pedro Calmon
Ausentes
Américo Lacombe
Antônio José Marques Junior
Gustavo Barroso
José Otávio Corrêa Lima
Manuel Bandeira
Oswaldo Teixeira

24ª reunião ordinária (18/12/1957)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos de Melo Franco
Manuel Bandeira
Pedro Calmon
Miran Latif
Paulo Santos
Oswaldo Teixeira
Soares de Melo
José Cândido Melo Carvalho
Américo Lacombe
Ausentes
Côrrea Lima
Marques Junior
Gustavo Barroso

Reunião Extraordinária (3/6/1958)
Rodrigo M. F. de Andrade
Manuel Bandeira
Paulo Santos
Miran Latif
Soares de Melo
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Melo Franco
Marques dos Santos
Oswaldo Teixeira
Américo Lacombe
José Cândido Melo Carvalho
Ausentes
Côrrea Lima
Gustavo Barroso

25ª reunião ordinária (17/7/1958)
Rodrigo M. F. de Andrade
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Miran Latif
Castro Faria - diretor substituto do Museu Nacional
Paulo Santos

Oswaldo Teixeira
Américo Lacombe
Pedro Calmon
Ausentes
Marques dos Santos
Gustavo Barroso
Soares de Melo
Côrrea Lima

26ª reunião ordinária (21/8/1958)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Luís de Castro Faria - diretor substituto do Museu Nacional
Côrrea Lima
Oswaldo Teixeira
Manuel Bandeira
Miran Latif
Afonso Arinos de Melo Franco
Paulo Santos
Pedro Calmon
Francisco Marques dos Santos
Ausentes
Gustavo Barroso
Américo Jacobina Lacombe
José Soares de Melo

27ª reunião ordinária (12/5/1959)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Soares de Melo
Miran Latif
Manuel Bandeira
Oswaldo Teixeira
Paulo Santos
Francisco Marques dos Santos
Pedro Calmon
Ausentes
Côrrea Lima
Afonso Arinos de Melo Franco
Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico Nacional)
José Cândido Melo Carvalho (diretor do Museu Nacional)
Américo Lacombe (diretor da Casa Ruy Barbosa)

28ª reunião ordinária (24/7/1959)
Rodrigo M. F. de Andrade
J. A. Corrêa Lima
Paulo F. Santos
Alfredo Galvão

Miran de Barros Latif
J. Soares de Melo
José Cândido Melo Carvalho
Oswaldo Teixeira
Afonso Arinos de Melo Franco
Gilberto Ferrez
F. Marques dos Santos
Ausentes
Manuel Bandeira
Pedro Calmon
Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico Nacional)
Thiers Martins Moreira (diretor da casa Rui Barbosa)

29ª reunião ordinária (24/9/1959)
Rodrigo M. F. de Andrade
Manuel Bandeira
Alfredo Galvão
Paulo Santos
Miran Latif
Gilberto Ferrez
José Cândido Melo Carvalho
Thiers Martins Moreira
Afonso Arinos
Marques dos Santos
Ausentes
Pedro Calmon
Oswaldo Teixeira
J. O. Córrea Lima
J. Soares de Melo
Gustavo Barroso

30ª reunião ordinária (26/1/1960)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
Manuel Bandeira
Gilberto Ferrez
Miran Latif
Afonso Arinos
Paulo Santos
Pedro Calmon
Thiers Martins Moreira (diretor da casa Rui Barbosa)
Luís de Castro Faria (diretor do Museu Nacional)
Josué Montello (Museu Histórico nacional)
Ausentes
Córrea Lima
Soares de Melo
Marques dos Santos
Diretor do Museu Nacional de Belas Artes

31ª reunião ordinária (10/3/1960)

Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
José Cândido Melo Carvalho (diretor do Museu Nacional)
Manuel Bandeira
Afonso Arinos
Thiers Martins Moreira (diretor da casa Rui Barbosa)
Paulo F. Santos
Gilberto Ferrez
Pedro Calmon
Josué Montello (Museu Histórico nacional)
Ausentes
J. O. Corrêa Lima
Oswaldo Teixeira (diretor do museu nacional de belas artes)
J. Soares de Melo
Miran Latif
F. Marques dos Santos

32ª reunião ordinária (1/9/1960)
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Manuel Bandeira
Pedro Calmon
Miran Latif
Paulo Santos
Marques dos Santos
Américo Lacombe (diretor da Casa Rui Barbosa)
Josué Montello (Museu Histórico nacional)
Luís de Castro Faria (diretor substituto do Museu Nacional)
Sérgio Ferreira da Cunha (substituto do Diretor do Museu Nacional de Belas Artes)
Rodrigo M. F. de Andrade

reunião extraordinária (28/2/1961)
Rodrigo M. F. de Andrade
Manuel Bandeira
Alfredo Galvão
Miran Latif
J. O. Corrêa Lima
Paulo F. Santos
Gilberto Ferrez
Francisco Marques dos Santos
José Cândido de Melo Carvalho
Josué Montelo
Américo Lacombe
Manoel Constantino
Pedro Calmon
Ausentes
Afonso Arinos (passou exercer função de ministro de Estado)
Soares de Melo
reunião extraordinária (supostamente 34) (15/3/1961)
Renato Soeiro (presidência dele, até então era do Rodrigo) - diretor substituto
Manuel Bandeira

Pedro Calmon
Josué Montello
José Cândido de Melo Carvalho
Alfredo Galvão
Manuel Constantino
Paulo F. Santos
Gilberto Ferrez
Ausentes
Afonso Arinos (ministro das relações exteriores)
José Soares de Melo
Américo Lacombe
Francisco Marques dos Santos
Miran Latif
J. O. Corrêa Lima

35ª reunião ordinária (16/6/1961)
Rodrigo M. F. de Andrade
Barros Latif
Manuel Bandeira
Francisco Marques dos Santos
Gilberto Ferrez
Paulo Ferreira Santos
Alfredo Galvão
Luís Castro Faria
Manuel Constantino Gomes Ribeiro
Ausentes
Afonso Arinos
José Otávio Corrêa Lima
José Soares de Melo
Josué Montelo
Américo Lacombe

36ª reunião ordinária (10/8/1961)
Renato Soeiro - diretor substituto
Manuel Bandeira
Paulo Ferreira Santos
Miran de Barros Latif
Pedro Calmon
Alfredo Galvão
Soares de Melo
Gilberto Ferrez
Américo Lacombe

37ª reunião ordinária (29/12/1961)
Rodrigo M. F. de Andrade
J.O. Corrêa Lima
Alfredo Galvão
Miran Latif
Manuel Bandeira
Soares de Melo

Gilberto Ferrez
Pedro Calmon
Marques dos Santos
Josué Montelo (Diretor do Museu Histórico Nacional)
José Roberto Teixeira Leite (Diretor do Museu Nacional de Belas Artes)
Américo Lacombe (Diretor da Casa Ruy Barbosa)
Ausentes
Afonso Arinos
Paulo Santos
Diretor do Museu Nacional

38ª reunião ordinária (15/5/1962)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
Miran Latif
Gilberto Ferrez
Manuel Bandeira
Paulo Santos
Francisco Marques dos Santos
Eugênio Gomes (diretor da casa Ruy Barbosa)
José Roberto Teixeira Leite (diretor do museu nacional de belas artes)
Ausentes
Pedro Calmon
José Otávio Corrêa Lima
Newton Santos (diretor do museu nacional)
Afonso Arinos de Melo Franco
José Soares de Melo

39ª reunião ordinária (25/9/1962)
Rodrigo M. F. de Andrade
José Otávio Corrêa Lima
Manuel Bandeira
Francisco Marques dos Santos
Miran Latif
Alfredo Galvão
Paulo Santos
José Soares de Melo
Gilberto Ferrez
Josué Montelo (diretor do museu histórico nacional)
Newton Santos (diretor do museu nacional)
José Roberto Teixeira Leite (diretor do museu nacional de belas artes)
Eugênio Gomes (diretor da casa Ruy Barbosa)
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco

40ª reunião ordinária (23/10/1962)
Rodrigo M. F. de Andrade
Gilberto Ferrez
Paulo Ferreira Santos
Alfredo Galvão

Eugênio Gomes (diretor da casa Ruy Barbosa)
Newton Santos (diretor do museu nacional)
Francisco Marques dos Santos
Donato (?) Júnior (substituto do diretor do museu nacional de belas artes)
Ausentes
Afonso Arinos
José Soares de Melo
Josué Montello

41ª reunião ordinária (26/6/1963)
Rodrigo M. F. de Andrade
Afonso Arinos
Soares de Melo
Paulo Santos
Gilberto Ferrez
Marques dos Santos
Miran Latif
Alfredo Galvão
Manuel Bandeira
Pedro Calmon
Eugênio Gomes (diretor da casa Ruy Barbosa)
Donato (?) Júnior (substituto do diretor do museu nacional de belas artes)
Ausentes
Corrêa Lima
diretor do Museu Nacional
diretor do Museu Histórico Nacional

42ª reunião ordinária (27/5/1964)
Rodrigo M. F. de Andrade
Paulo Ferreira Santos
Miran de Barros Latif
Manuel Bandeira
José Soares de Melo
Alfredo Galvão
Josué Montelo (diretor do museu histórico nacional)
José Roberto Teixeira Leite (diretor do museu nacional de belas artes)
Alfredo Teodoro (?) (diretor do museu imperial)
Ausentes
José Otávio Corrêa Lima
Newton Santos (diretor do museu nacional)
Américo Lacombe (diretor da casa Ruy Barbosa)
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Mello Franco
Gilberto Ferrez

43ª reunião ordinária (25/6/1964)
Rodrigo M. F. de Andrade
Alfredo Galvão
Paulo Santos
Miran Latif

Francisco Marques dos Santos
Soares de Melo
Pedro Calmon
Américo Lacombe (diretor da casa Ruy Barbosa)
Newton Santos (diretor do museu nacional)
Ausentes
Côrrea Lima
Afonso Arinos de Melo Franco
Gilberto Ferrez
Manuel Bandeira
Josué Montello (diretor do museu histórico nacional)

44ª reunião ordinária (20/4/1965)
Rodrigo M. F. de Andrade
Paulo Ferreira Santos
Afonso Arinos de Mello Franco
Alfredo Galvão
José Soares de Melo
Francisco Marques dos Santos
Miran de Barros Latif
Josué Montelo (diretor do museu histórico Nacional)
Americo Jacobina Lacombe (diretor da casa de Ruy Barbosa)
Ausentes
Manuel Bandeira
José Otávio Corrêa Lima
Pedro Calmon
Gilberto Ferrez
Luís de Castro Faria (diretor do museu nacional)

45ª reunião ordinária (7/7/1965)
Rodrigo M. F. de Andrade
Manuel Bandeira
Afonso Arinos
Miran Latif
Paulo Santos
Soares de Melo
Marques dos Santos
Pedro Calmon
Corrêa Lima
Gilberto Ferrez
Luís de Castro Faria (diretor do museu nacional)
Josué Montello (diretor do museu histórico Nacional)
Américo Lacombe (diretor da casa de Ruy Barbosa)
Elza Peixoto Ramos (substituta do diretor do museu nacional de belas artes)
Ausentes
Alfredo Galvão

46ª reunião ordinária (27/7/1966)
Rodrigo M. F. de Andrade
Gilberto Ferrez

José Soares de Melo
Paulo Ferreira Santos
Afonso Arinos de Mello Franco
Francisco Marques dos Santos
Manuel Bandeira
Miran Latif
José Otávio Corrêa Lima
Pedro Calmon
Josué Montello (diretor do museu histórico Nacional)
Luís de Castro Faria (diretor do museu nacional)
Elza Peixoto Ramos (substituta do diretor do museu nacional de belas artes)
Ausentes
Alfredo Galvão

47ª reunião ordinária (6/9/1966)
Rodrigo M. F. de Andrade
Paulo F. Santos
Alfredo Galvão
Afonso Arinos de Mello Franco
Soares de Melo
Gilberto Ferrez
Américo Lacombe
Antônio Joaquim de Almeida
Nair Morais de Carvalho (representando o diretor do museu histórico nacional)
Luís de Castro Faria
Miran de Barros Latif
Manuel Bandeira
Ausentes
Pedro Calmon
Francisco Marques dos Santos
José Otávio Corrêa Lima

48ª reunião ordinária (18/11/1966)
Rodrigo M. F. de Andrade
Paulo F. Santos
Miran Latif
Gilberto Ferrez
Afonso Arinos de Mello Franco
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Américo Lacombe
Josué Montelo
Luís de Castro Faria
Ausentes
Corrêa Lima
Soares de Melo
Pedro Calmon
Manuel Bandeira

49ª reunião ordinária (22/8/1967)
--

Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Paulo F. Santos
Miran de Barros Latif
Gilberto Ferrez
Afonso Arinos de Melo Franco
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Américo Jacobina Lacombe
Pedro Calmon
Soares de Melo
Léo da Fonseca e Silva (diretor do museu histórico nacional)
José Lacerda de Araújo Feio (diretor do museu nacional)
Ausentes
Corrêa Lima
Manuel Bandeira

50ª reunião ordinária (12/3/1968)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Paulo F. Santos
Gilberto Ferrez
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Américo Jacobina Lacombe
Pedro Calmon
José Soares de Melo
José Lacerda de Araújo Feio
Léo da Fonseca e Silva
Lourenço Luiz Lacombe
Ausentes
J. O. Corrêa Lima
Manuel Bandeira
Afonso Arinos de Mello Franco

51ª reunião ordinária (5/9/1968)
Renato Soeiro
Gilberto Ferrez
Paulo Santos
Alfredo Galvão
Pedro Calmon
Américo Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
José Lacerda de Araújo Feio (diretor do museu nacional)
Léo da Fonseca e Silva (diretor do museu histórico nacional)
Rodrigo M. F. de Andrade

52ª reunião ordinária (2/9/1969)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Melo Franco
Alfredo Galvão
Francisco Marques dos Santos

Gilberto Ferrez
José Soares de Melo
José Lacerda de Araújo Feio
Léo Fonseca e Silva
Lourenço Cruz (?)
Paulo Santos
Pedro Calmon
Ausentes
Otávio Corrêa Lima
Américo Jacobina Lacombe

53ª reunião ordinária (21/1/1970)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
José Lacerda de Araújo Feio (diretor do museu nacional)
Léo da Fonseca e Silva (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luiz Lacombe (diretor do museu imperial)
José Soares de Melo
Paulo F. Santos
Prudente de Moraes Netto
Francisco Marques dos Santos
Ausentes
Afonso Arinos de Mello Franco
Gilberto Ferrez
José Otávio Corrêa Lima
Pedro Calmon
Alfredo Galvão (diretor do museu nacional de belas artes)

54ª reunião ordinária (14/5/1970)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Francisco Marques dos Santos
Pedro Calmon
Prudente de Moraes Netto
Afonso Arinos de Mello Franco
Alfredo Galvão
Paulo Ferreira Santos
Lourenço Luiz Lacombe (diretor do museu imperial)
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
Elza Ramos Peixoto (diretora interina do museu nacional de Belas Artes)
Ausentes
Gilberto Ferrez
José Otávio Corrêa Lima
José Soares de Melo
José Lacerda de Araújo Feio (diretor do museu nacional)

55ª reunião ordinária (22/6/1971)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Prudente de Moraes Netto
Paulo Ferreira Santos
Gilberto Ferrez

José Soares de Melo
Pedro Calmon
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
José Lacerda de Araújo Feio (diretor do museu nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Otávio Corrêa dos Santos (diretora do museu histórico nacional)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Ausentes
José Otávio Correia Lima
Francisco Marques dos Santos
Afonso Arinos de Mello Franco

56ª reunião ordinária (25/11/1971)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Paulo Ferreira Santos
Gilberto Ferrez
Luiz Emídio de Melo Filho
Geraldo Britto Raposo da Câmara
Afonso Arinos de Mello Franco
Américo Jacobina Lacombe
Lourenço Luís Lacombe
Alfredo Galvão
Francisco Marques dos Santos
Ausentes
Pedro Calmon
José Otávio Corrêa Lima
Maria Elisa Carrazzoni

57ª reunião ordinária (09/05/1972)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Francisco Marques dos Santos
Pedro Calmon
Otávio Corrêa dos Santos Oliveira representando o diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Ausentes
Afonso Arinos de Mello Franco
José Otávio Correia Lima
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
Dalci Oliveira de Albuquerque (diretor do museu nacional)

58ª reunião ordinária (14/08/1972)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Mello Franco
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez

Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Otávio Corrêa dos Santos Oliveira representando o diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Solon Leontsinis
Ausentes
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
José Otávio Corrêa Lima
Francisco Marques dos Santos
Pedro Calmon
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)

59ª reunião ordinária (31/10/1972)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Alfredo Galvão
Afonso Arinos de Melo Franco
Gilberto Ferrez
Pedro Calmon
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Ruy Barbosa)
Solon Leontsinis (vice-diretor do museu nacional, representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor)
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Ausentes
José Otávio Corrêa Lima
Francisco Marques dos Santos

60ª reunião ordinária (07/02/1973)
Renato Soeiro (presidente)
Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Afonso Arinos de Melo Franco
Gilberto Ferrez
Pedro Calmon
Lourenço Luís Lacombe
Dalcy Oliveira de Albuquerque
Maria Elisa Carrazzoni
Francisco Marques dos Santos
Américo Jacobina Lacombe
Ausentes
José Otávio Correia Lima
Gerardo Câmara
Alfredo Galvão

61ª reunião ordinária (26/06/1973)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Pedro Calmon

Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Dalci Oliveira de Albuquerque (diretor do museu nacional)
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco
José Otávio Corrêa Lima
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)

62ª reunião ordinária (14/12/1973)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Pedro Calmon
Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Neto
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Solon Leontsinis (representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor do museu nacional)
Ausentes
Afonso Arinos de Melo Franco
Américo Jacobina Lacombe
Gilberto Ferrez
José Otávio Corrêa Lima
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)

63ª reunião ordinária (28/03/1974)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Pedro Calmon
Paulo Ferreira Santos
Francisco Marques dos Santos
Alfredo Galvão
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Gilberto Ferrez
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Ausentes
Afonso Arinos de Mello Franco
José Otávio Correia Lima
Prudente de Moraes Netto
Dalcy Oliveira de Albuquerque (diretor do museu nacional)

64ª reunião ordinária (18/07/1974)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)

Afonso Arinos de Mello Franco
Pedro Calmon
Paulo Ferreira Santos
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Francisco Marques dos Santos
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Solon Leontsinis (representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor do museu nacional)
Ausentes
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
José Otávio Corrêa Lima
Prudente de Moraes Netto

65ª reunião ordinária (23/07/1974)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Mello Franco
Gilberto Ferrez
Paulo Ferreira Santos
Pedro Calmon
Prudente de Moraes Netto
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Solon Leontsinis (representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor do museu nacional)
Rafael Carneiro da Rocha (a convite do presidente)
Ausentes
Alfredo Galvão
Francisco Marques dos Santos
José Otávio Corrêa Lima
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)

66ª reunião ordinária (18/09/1974)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Gilberto Ferrez
Paulo Ferreira Santos
Pedro Calmon
Alfredo Galvão
Prudente de Moraes Netto
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Ausentes
Afonso Arinos de Mello Franco
Dalci Oliveira Albuquerque (diretor do museu nacional)
Francisco Marques dos Santos
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)

67ª reunião ordinária (24/09/1974)

Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Gilberto Ferrez
Alfredo Galvão
Afonso Arinos de Mello Franco
Prudente de Moraes Netto
Paulo Ferreira Santos
Pedro Calmon
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Solon Leontsinis (representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor do museu nacional)
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Ausentes
Francisco Marques dos Santos

68ª reunião ordinária (8/10/1974)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Mello Franco
Prudente de Moraes Netto
Alfredo Galvão
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Paulo Ferreira dos Santos
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Pedro Calmon
Gilberto Ferrez
Gerardo Britto Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Solon Leontsinis (representando o conselheiro Dalci Oliveira de Albuquerque - diretor do museu nacional)
Ausentes
Francisco Marques dos Santos
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)

69ª reunião ordinária (10/07/1975)
Renato de Azevedo Duarte Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Melo Franco
Alfredo Galvão
Américo Jacobina Lacombe (presidente da fundação de casa de Rui Barbosa)
Gerardo Raposo da Câmara (diretor do museu histórico nacional)
Gilberto Ferrez
Lourenço Luís Lacombe (diretor do museu imperial)
Dalcy Oliveira de Albuquerque (diretor do museu nacional)
Maria Elisa Carrazzoni (diretora do Museu nacional de Belas Artes)
Paulo Ferreira Santos
Prudente de Moraes Netto
Ausentes
Pedro Calmon

70ª reunião ordinária (8/09/1975)
Renato Soeiro (presidente)
Afonso Arinos de Mello Franco

Pedro Calmon
Américo Jacobina Lacombe
Prudente de Moraes Netto
Gerardo Britto Raposo Câmara
Lourenço Luiz Lacombe
Paulo Ferreira Santos
Dalcy Oliveira de Albuquerque
Alfredo Galvão

71ª reunião ordinária (7/10/1975)
Afonso Arinos de Mello Franco
Américo Jacobina Lacombe
Alfredo Galvão
Gerardo Britto Raposo Câmara
Gilberto Ferrez
Lourenço Luiz Lacombe
Paulo Ferreira Santos
Pedro Calmon
Prudente de Moraes Netto
Renato Soeiro (presidente)

72ª reunião ordinária (1/4/1975)
Afonso Arinos de Mello Franco
Pedro Calmon
Prudente de Moraes Netto
Américo Jacobina Lacombe
Renato Soeiro (presidente)

73ª reunião ordinária (19/09/1975)
Afonso Arinos de Mello Franco
Américo Jacobina Lacombe
Pedro Calmon
Gerardo Brito Raposo Câmara
Alfredo Galvão
Paulo Ferreira dos Santos
Lourenço Luiz Lacombe
Prudente de Moraes Netto
Renato Soeiro (presidente)

74ª reunião ordinária (16/11/1975)
Renato Soeiro (presidente)
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Mello Franco
Prudente de Moraes Netto
Gilberto Ferrez
Alfredo Galvão
Max Justo Guedes
Gerardo Britto Raposo Câmara
Maria Elisa Carrazzoni

Lourenço Luiz Lacombe
Ausentes
Paulo Ferreira dos Santos
Cyro Ilídio Correia de Oliveira Lyra
Fernando Bueno Guimarães

75ª reunião ordinária (13/4/1976)
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Mello Franco
Prudente de Moraes Neto
Paulo Ferreira Santos
Cyro Ilídio Correia de Oliveira Lyra
Gilberto Ferrez
Edson Mota
Luiz Emygdio de Melo Filho
Alfredo Galvão
Max Justo Guedes
Gerardo Britto Raposo da Câmara
Lourenço Luiz Lacombe
Renato Soeiro (presidente)

76ª reunião ordinária (16/5/1976)
Pedro Calmon
Alfredo Galvão
Gilberto Ferrez
Cyro Ilídio Correa Lira
Gerardo Britto Raposo da Câmara
Edson Motta
Paulo Ferreira Santos
Lourenço Luiz Lacombe
Luiz Emygdio de Melo Filho
Renato Soeiro (presidente)

77ª reunião ordinária (5/9/1976)
Pedro Calmon
Afonso Arinos de Mello Franco
Américo Jacobina Lacombe
Paulo Ferreira Santos
Gilberto Ferrez
Luiz Emygdio de Melo Filho
Edson Motta
Alfredo Galvão
Max Justo Guedes
Cyro Ilídio Correia de Oliveira Lyra
Renato Soeiro (presidente)